UTOPIA

1

ABRIL 1995

Onde nos leva este sistema que proclama o fim das ideologias e cujos dirigentes se escondem por detrás de uma pretensa amoralidade para que mais se realce a valorização dos meios, a eficácia tecnocrata?

Sem ideologias, ou pelo menos sem ideários, não estarão os homens a pisar terrenos onde os meios justificam os fins?

UTOPIA

REVISTA ANARQUISTA DE CULTURA E INTERVENÇÃO
semestral nº 1 | abril de 1995

SUMÁRIO

A revista UTOPIA é uma publicação da Associação Cultural A Vida
Correspondência: Apartado 2537 - 1113 Lisboa Codex (Portugal)

UTOPIA - revista anarquista de cultura e intervenção
Director: J. M. Carvalho Ferreira
Propriedade: Associação Cultural A Vida
Apartado 2537 - 1113 Lisboa Codex (Portugal)
Colectivo Editorial: Armando Veiga, Artur Pires, Carlos Nuno, J. M. Carvalho Ferreira, José Luís Félix, José Tavares, Rui Vaz de Carvalho
Colaboradores: Alberto Pimenta, Edgar Passeti, Edgar Rodrigues,
Eduardo Colombo, Francisco Madrid,
Herculano Lapa, Jaime Cubero, Júlio Henriques, Luís Chambel, Lumir Nahodil,
Maria Oly Pey, Maria Pereira,
Miguel Serras Pereira, Quin Sirera, Roberto Freire, Torcato Sepúlveda
Publicação registada no Ministério da Justiça nº 118 640
Publicação semestral
Preço: 800$00
Capa: Olhos em Bico, sobre desenho a lápis de cor de José Tavares
Impresso na Gráfica 2000 - Cruz Quebrada
Abril de 1995

Para onde vamos?

Eis o que se nos impõe perguntar a esta sociedade que enveredou por uma competição desenfreada e cega e que nos deixa submersos num mar de dúvidas. Onde nos leva este sistema que proclama o fim das ideologias e cujos dirigentes se escondem por detrás de uma pretensa amoralidade para que mais se realce a valorização dos meios, a eficácia tecnocrata? Sem ideologias, ou pelo menos sem ideários, não estarão os homens a pisar terrenos onde os meios justificam os fins?

Conhecemos no passado o Liberalismo e a sua desumanização, a destruição sistemática da Natureza teoricamente apoiada por supostas leis dessa mesma Natureza. Hoje, assistimos a um Neoliberalismo que tenta colmatar os estragos ambientais por ele produzidos, mas sem resultados visíveis. E a razão é simples: apoiando-se na economia de mercado, que conduz a uma desigual distribuição e ao desperdício, e estimulando a competitividade em lugar da cooperação, do apoio mútuo e da harmonia entre os seres, o Neoliberalismo é estruturalmente anti-ecológico.

Não foi a liberal Inglaterra que no passado, motivada pelos altos lucros que retirava da comercialização dos opiácios e sem se importar com a abulia e dependência do povo chinês, se lançou na Guerra do Ópio?

Hoje, quando assistimos a um concerto de nações para combater a produção e venda de droga, urge perguntar: de que modo? E com que moral? E se a guerra é ainda um flagelo maior para a humanidade, porque razão não se juntam os responsáveis para acabar com o fabrico e comercialização de armas? Será que a droga trará menos rendimentos a esses Estados do que o armamento?

Utopia pretende ser em primeiro lugar um espaço de reflexão.
E reflectir é de certo modo parar, rever o que foi e interrogar sobre o que vai ser.
E por isso perguntamos: Para onde vamos? Para onde vamos quando a xenofobia,
essa atitude que se consubstancia num "apartheid" - nós e os outros - pretende
fundamentar-se nas teses genéticas de alguns sociobiólogos para quem a cultura nada conta?
Derrubado o muro de Berlim,
parece ter-se desfeito o maniqueismo das duas "democracias"
que durante grande parte deste século regeram o mundo e se enfrentaram
mais pelo argumento das suas forças que pela força dos seus argumentos.
Mas o triunfalismo das democracias ocidentais parece condenado a prazo.
Faltando-lhe a comparação com os autocráticos capitalismos de Estado
que se desmoronaram a Leste, as democracias ocidentais
já só podem olhar para as suas misérias,
para o seu autoritarismo consentido, para as suas corrupções e desigualdades sociais.
Em política e na falta de argumentos mais convincentes,
o que valida um sistema é sempre outro sistema.
Procedendo de modo comparativo com outros, se chegará ao menos mau dos Estados,
ao menos mau dos sistemas políticos.
Mas iremos nós contentarmo-nos com isto e ficarmos de braços cruzados,
numa atitude fatalista, a olhar a sociedade como se ela fosse a alcateia
de Thomas Hobbes e o homem lobo do homem?

A este propósito, Utopia pretende ser mais que uma reflexão.
Quando perguntamos para onde vamos, é natural que nos sintamos mal ou insatisfeitos
e busquemos alternativas. Por isso, é urgente tentar formas de viver e conviver,
procurar outros rumos e o modo de lá chegar.

R. V. C.

social afunilam-se, já que os valores libertários da autonomia, solidariedade, livre pensamento e auto-governo são dificilmente inteligíveis ou aceites pela maioria dos cidadãos amestrados, incapazes de qualquer reflexão crítica, afundados que estão no minimalismo ético e no cinismo pragmático.

Só os excluídos dessa sociedade ou os que nela se não reconhecem podem identificar-se, potencialmente, com esses valores. Em termos objectivos, essa é a nossa margem de actuação nas sociedades do chamado 1º Mundo. Mesmo que saibamos que esse conformismo maioritário pode ser abalado, quer por alterações socio-económicas quer pelo aprofundamento gradual da crise civilizacional que vivemos.

Outra é a situação vivida nos países do hemisfério sul - com algumas semelhanças no leste europeu - onde a super-exploração, a não satisfação das necessidades básicas e uma flagrante desigualdade social, abrem espaços à continuidade de amplos movimentos de luta anti-capitalista.

Olhando ao nosso redor, não seria excesso de pessimismo afirmar que nunca como hoje as forças do estado e do capitalismo foram tão fortes e as tendências libertárias da alternativa social tão fracas. Apesar disso, persistem contradições e tensões fundamentais no sistema dominante. Começando pela miséria absoluta da maioria da população mundial, que contrasta com a riqueza ostensiva e delapidatória de alguns. A própria marginalização de sectores sociais dentro dos países ricos, de jovens, desempregados e velhos, aponta os limites de assimilação do sistema. O desenvolvimento da tendência de crescimento dos empregos informais, a desqualificação do trabalho pela introdução de novas tecnologias, o aumento do desemprego, são problemas congénitos da economia do lucro.

Por outro lado, a natureza predatória da sociedade capitalista-industrial, o esgotamento de recursos, a destruição causada no meio ambiente, o reverso destrutivo desta forma de "progresso" e da sua utilização arbitrária das novas tecnologias, impõem aos gestores desta ordem a integração de uma política de restrições ambientalistas. Mas que não aponta uma solução harmoniosa para o problema do desenvolvimento e da utilização da tecnologia; o capitalismo pode sentir necessidade de contabilizar os prejuízos ou as ameaças futuras, mas não pode assimilar os questionamentos radicais levantados por ecologistas e libertários. Os problemas levantados por Bookchin, Schumacher e Bousquet só podem ser resolvidos no contexto de uma sociedade descentralizada e auto-gerida, capaz de criar e controlar formas tecnológicas adequadas a um desenvolvimento integrado e auto-sustentado. Por isso, Bopal e Chernobyl são apenas uma parte do futuro que o capital nos prepara.

Ao nível político há uma tendência generalizada para a restrição das liberdades e garantias conquistadas em outras épocas, reflectindo-se directamente no ordenamento jurídico, com a reintrodução de conceitos e práticas autoritários e inquisitoriais no direito penal e processual.

A democracia representativa esvazia-se face à inexistência de escolhas reais e à transformação das eleições em simples competições de marketing. Uma crise de legitimidade que é ampliada pela crescente burocratização do Estado e pelo facto de as mais importantes decisões económicas e políticas serem tomadas, quer ao nível privado quer ao nível internacional, fora do controlo do chamado Estado de Direito. O mesmo ocorre com a maioria das decisões técnicas e com aquelas que são tomadas no complexo de segurança, onde predomina o princípio do segredo *(2)*.

Afirma-se a tendência para um estatismo autoritário, afastado do modelo do Estado de Direito clássico e mais ainda do Welfare State, um Estado já não mais preocupado com a participação e os direitos dos cidadãos, mas tão só em garantir as condições de produção, o Estado Polícia.

Neste panorama sombrio, o caminho que estamos a percorrer pode abrir novas possibilidades: o esvaziamento do sentido social do estado e a sua crise de legitimidade facilitam a re-aproximação dos movimentos sociais ao pensamento e à prática anti-estatista. Também a derrocada do mito do socialismo de estado deixa em aberto o campo da alternativa real aos sistemas de dominação, onde se poderá afirmar o socialismo libertário. Com a derrota da estratégia leninista de tomada do poder e de utilização do estado para a criação de um socialismo por etapas, a pertinência dos valores anarquistas, de um socialismo orgânico, descentralizado e federalista, torna-se ainda maior para os que não abdicam de pensar e lutar por uma alternativa ao que aí está.

A partir daqui, duma realidade adversa mas contraditória, o anarquismo pode lutar por retomar o seu papel nos movimentos sociais - nos novos e nos velhos movimentos - o que vai depender, pelo menos em parte, da vontade, lucidez e acção dos libertários.

Por mais que os ideólogos do Poder, e a corte de acólitos arrependidos, proclamem o fim da História, ela teima em afirmar que só morrerá com o próprio Homem. Mesmo que não possamos descartar a hipótese, já um dia levantada por Mannheim, de o mundo "estar a entrar numa fase de aparência estável, uniforme e inflexível".

Mesmo assim, o futuro será sempre uma possibilidade, a escolha dependerá da visão social do mundo que cada um de nós tem. O anarquismo é esse imperativo social e ético que determina as nossas opções.

II. ERROS, LIMITES E POSSIBILIDADES DO ANARQUISMO

Para compreendermos a situação actual do anarquismo, os principais problemas com que se confronta e as possibilidades que se abrem, teremos de rever a sua fase de declínio, que se estende pelas décadas de 20 e 30 e culmina com a derrota da Revolução Libertária em Espanha.

Só a conjugação de múltiplos factores adversos na conjuntura da época explicam esse esvaziamento progressivo do movimento.

a) Se existe uma causa que deve ser apontada em primeiro lugar, essa é a resultante das transformações sofridas pelo capitalismo e pelo estado, nessas primeiras décadas do nosso século.

O surgimento de um estado intervencionista, seja na versão corporativista-fascista, seja na de Estado de Direito Social, levou ao reconhecimento dos direitos económicos e sociais dos trabalhadores e a uma demarcação de limites ao capitalismo de livre concorrência do séc. XIX.

A educação e saúde públicas tornaram-se objectivos de estado e os direitos dos trabalhadores, descanso, férias, assistência social e reforma, passaram a fazer parte das políticas dos governos. O movimento operário conseguiu impôr algumas das suas reivindicações históricas, mas a troco de uma sujeição ao estado, que se traduziu na institucionalização dos conflitos laborais, através de regras de arbitragem ditadas por esse mesmo estado. Os governos criaram esse novo departamento de conciliação social, o ministério do trabalho, que juntamente com tribunais e outros orgãos especializados passaram a interferir nas lutas operárias, na tentativa de desarmar a táctica radical do confronto de classes aplicada pelo sindicalismo revolucionário e pelo anarco-sindicalismo.

O ordenamento jurídico passou a reconhecer como *direitos* a organização, as reuniões, as manifestações e greves, dando-lhes um enquadramento legal que lhes retirava todo o potencial conflitivo. Em contrapartida, a acção directa, a sabotagem, o boicote e a greve de solidariedade passaram a ser criminalizadas e reprimidas de forma ainda mais violenta, estabelecendo-se claramente o limite admissível do sindicalismo: a representação corporativista dos problemas operários.

Também o capital passou a aceitar o sindicalismo dentro desses limites, usando um duplo critério negocial, ao fazer concessões às exigências de sindicatos confiáveis e a reprimir as que tivessem uma dinâmica radical.

O sindicalismo, que nascera como emanação da vontade de emancipação do movimento operário, e sua forma auto-organizativa por excelência, tornou-se a partir desta época um reflexo das intervenções - directas e indirectas - do estado e do seu ordenamento jurídico.

O direito trabalhista, a institucionalização das negociações sindicais, sujeitas a ardilosas análises jurídicas e económicas, favoreceram a burocratização dos sindicatos, e em muitos casos exigiram-na. Só através da criação de estruturas administrativas e da assessoria de especialistas do acordo, advogados, economistas e um sem-número de funcionários exteriores ao movimento operário,

poderiam os sindicatos enquadrar-se neste contexto negocial e nele obter vantagens. A tentação corporativista que nunca chegou a desaparecer do sindicalismo, mesmo nas fases em que se potenciavam mais as formas revolucionárias do confronto de classes, tornavam-se agora preponderantes.

A combatividade dos sindicatos e dos militantes operários passava a não ter correspondência directa com a eficácia na conquista de melhorias contratuais. Os mais eficazes passaram a ser os mais hábeis nas negociações, o que se traduzia na cedência sistemática perante as imposições do capital.

Estavam, assim, criadas as condições para a derrota do sindicalismo anarquista, que se baseava na consciência revolucionária, na acção directa e na auto-organização. Tornava-se "impossível" um sindicalismo onde não cabiam funcionários e dirigentes profissionais e para quem "trabalhadores e capitalistas não têm nada em comum".

Neste panorama de conciliação em que o estado ganhava uma autonomia relativa em relação às classes dominantes, assumindo um rosto pacificador, independente, social, deixava de haver condições para a intelegibilidade do discurso anti-estatista dos anarquistas. A maioria dos trabalhadores começou a vê-lo como entidade beneficiente que garantia a educação, saúde, habitação e a velhice dos cidadãos, e não mais como o aparelho central de gestão da dominação.

b) Uma segunda causa pode ser apontada: o aparecimento de ditaduras terroristas em várias regiões do mundo. Desde logo o nazi-fascismo e as suas variantes ibéricas, e em consequência da expansão alemã a ocupação de vários países europeus. Na América Latina as ditaduras de Vargas e Perón, na Rússia a dos burocratas comunistas.

A repressão desencadeada tornava impossível a sobrevivência do anarquismo como movimento amplo e aberto; *v. g.* o anarco-sindicalismo. Só um movimento estruturado clandestinamente tendo por base os grupos de afinidade poderia resistir. Mesmo nesse caso, a sobrevivência dependeria, a um prazo mais longo, de apoios externos, seja na forma de auxílio material ou na de território de exílio e articulação. E os anarquistas jamais dispuseram, de forma continuada, dessas condições.

A prisão, morte e exílio de um número incalculável de militantes, simultaneamente com a impossibilidade de manter a propaganda e intervenção no movimento social, iria levar em muitos países ao quase esvaziamento do movimento e a uma ruptura de gerações. Quando se tornou possível a re-articulação, os anarquistas estavam cindidos em duas gerações distanciadas por décadas, que só com dificuldade se comunicavam.

c) Finalmente, a terceira causa teve a ver com a vitória da estratégia leninista na Revolução Russa e a consequente criação dos partidos comunistas.

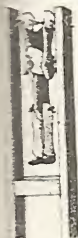
O leninismo, ao tornar-se a estratégia da vitória sobre o capitalismo - ou ao ser interpretado como tal - reintroduziu o marxismo com carisma revolucionário no movimento operário internacional. A ilusão de que esse era o melhor, ou o mais eficiente, caminho para chegar ao socialismo, somada à falta de informação sobre os rumos da revolução soviética, levou muitos anarquistas ao leninismo. Uma adesão mais pragmática que teórica, que os fazia ver na sociedade russa uma concretização dos ideais libertários e os empurrava à criação de organizações que misturavam na sua forma e no seu discurso os princípios anarquistas com um maximalismo ou leninismo incipiente.

É certo que em muitos países os partidos comunistas nasceram da ruptura no seio da corrente social-democrata, mas em quase todos houve uma participação importante de trabalhadores oriundos do anarco-sindicalismo. E pelo menos nos casos de Portugal e do Brasil os partidos comunistas foram uma criação de anarquistas.

Esta atracção pelo leninismo viria a ser ainda maior entre os intelectuais anti-capitalistas que se deixaram conquistar pela ideia de criar o socialismo a partir do Estado, uma manifestação de despotismo esclarecido, originado pela ideia de que o marxismo seria a "ciência" da transformação social e que aos intelectuais estaria reservado um papel especial na vanguarda dirigente. Nascia assim

o socialismo dos intelectuais, tão bem dissecado por Makhaiski.

Mas foi no movimento operário que as divisões introduzidas pelas divergentes concepções de socialismo teriam maiores consequências, já que diminuiram a própria capacidade de resistência às ditaduras que se começavam a instalar. Situação que se agravou após a adopção pelos comunistas de uma estratégia internacional - definida pelo KOMITERN e ISV - de infiltração e cisão dos sindicatos de orientação anarco-sindicalista.

Esta acção insidiosa dos comunistas foi determinante para desarticular o anarco-sindicalismo e possibilitou-lhes a criação das correias de transmissão no movimento sindical, já que para o leninismo essa era a função instrumental dos sindicatos.

Com o agudizar da repressão e na medida em que os comunistas conseguiam sobreviver na clandestinidade, tornavam-se para muitos trabalhadores a única força capaz de articular as lutas operárias contra as ditaduras e o capitalismo. Também a sua maleabilidade táctica, que os levava a não desprezar a luta por pequenas reivindicações ou a integrar conceitos nacionalistas no seu discurso, mostrou-se adequada a um movimento social em que se expandia o reformismo. Começava a dar-se a hegemonia dos comunistas nos meios operários, processo que estava concluído nos finais da década de 40.

A derrota da Revolução em Espanha foi o culminar desta tendência e a sua mais evidente demonstração. Aquele que foi o mais avançado esboço de transformação social libertária, foi empalmado entre fascistas e estalinistas, na mais sinistra combinação de forças contra-revolucionárias da nossa época. Seria a última grande mobilização popular das ideias anarquistas e a mais trágica das derrotas. Uma lição sobre os erros, limites e possibilidades criadoras do anarquismo.

Hoje poderemos, a partir destas mesmas causas que se combinaram para debilitar o movimento anarquista, entender as possibilidades abertas pela derrocada de dois mitos: o do Estado Socialista e o do Estado do Bem Estar Social *(3)*.

III. O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO LIBERTÁRIA

A partir dos anos 40 o anarquismo tornou-se uma pálida imagem do que fora no passado, não possuindo sequer já o vigor, combatividade e obstinação dos primeiros grupos que se formaram na década de 60 do séc. XIX. A fragilidade do movimento - que se prolonga até agora - manifesta-se na sua quase ausência dos movimentos sociais, na sua incapacidade associativa e na reduzida influência no pensamento crítico actual.

Ocorreram, no entanto, momentos de irrupção da utopia e das ideias libertárias, como o que aconteceu no final dos anos 60, quando a um século de distância uma nova geração quase sem contactos com o movimento anarquista histórico retomava as suas ideias.

A crítica da sociedade industrial, a ecologia, o pacifismo e o comunitarismo nascidos no movimento contra-cultural da América do Norte, desenvolveram-se em paralelo ao anti-capitalismo radical dos estudantes e jovens proletários da Europa de 68. Os valores libertários que os anarquistas tinham assumido no movimento social, ao longo de décadas, emergiam novamente de forma criativa e espontânea.

Esta nova geração, ao aproximar-se do velho movimento iria confrontar-se com o problema da distância que os separava dos militantes provindos das lutas dos anos 30. Iria ser complexa e difícil essa integração: a visão do mundo, o discurso, a estratégia - e tantas vezes a origem social - eram distintas, dificultando que a experiência e a história que esses velhos militantes representavam se somasse ao voluntarismo e criatividade das novas gerações.

Passaram a coexistir dois movimentos paralelos, publicações e grupos claramente identificáveis,

que com o tempo acabaram por estabelecer alguns contactos, ligações e colaborações entre si, sem no entanto vencer essa barreira que os separava. Não era o problema um resultado do envelhecimento ou do dogmatismo, mas tão só a barreira inexorável do tempo que afastava os experimentados activistas da realidade da prática social. E aos jovens impedia de apreender o conhecimento e a experiência que na prática outras gerações haviam acumulado.

Estes grupos surgidos a partir do começo dos anos 70, iriam ainda ser marcados por uma fraqueza congénita, sendo constituídos por estratos sociais que se definem pela sua transitoriedade e descontinuidade: os jovens e estudantes, não conseguiam superar o problema com que se debatia o movimento nos últimos anos, o da sua implantação social.

Não está em causa a identificação do anarquismo com uma classe específica, que seja o sujeito revolucionário - nos moldes do marxismo - as forças sociais que os libertários consideravam mobilizáveis para um projecto de mudança sempre foram mais vastas e plurais. Ao lado do proletariado, os camponeses, todos os explorados e excluídos, os outsiders e jovens sempre estiveram igualmente no centro do pensamento anarquista, desde Bakunin e Kropotkin. Mas é condição necessária de concretização de um projecto social a existência de grupos e classes sociais com uma afinidade de interesses e com uma estabilidade e continuidade estrutural que possibilite formas de associação e de luta a prazos mais longos.

O movimento anarquista só teria, ou terá, condições de se tornar presente nos movimentos sociais se participar na sua dinâmica e lutas, e antes do mais das que nascem das condições básicas de produção e de resistência às relações de dominação.

Já que a fábrica, o local de trabalho em geral, será sempre - enquanto não existir a robotização total - o centro das relações fundamentais de dominação e consequentemente o núcleo potencial da resistência ao capitalismo e de luta por uma alternativa social. Foi aí que o anarquismo falhou nos últimos anos e onde conseguiu retomar esse papel, como no Estado Espanhol, foi graças à tradição, que ainda mobiliza largos sectores, não se traduzindo numa recriação da estratégia anarco-sindicalista adaptada às profundas transformações da economia e da própria condição operária, que haviam sido decisivas para debilitar o movimento.

Os problemas com que se tem debatido a CNT após a sua reconstrução em 1977 resultam em parte - já que temos de reconhecer que existe também uma tentativa de infiltração e cerco por parte do Estado - do facto da estratégia anarco-sindicalista, como se definiu historicamente, não se mostrar operante na actualidade. Nem por isso podemos afirmar *à priori* que todo o sindicalismo é hoje inevitavelmente *integrador*, e menos ainda que não existe espaço para uma estratégia de confronto nas actuais relações de trabalho. Embora tenhamos que reconhecer que essa margem se reduziu na maioria dos países de capitalismo maduro, onde a consciência da sujeição desapareceu ante a perspectiva de acesso ao consumo, e onde uma nova e radical divisão se cria no mundo do trabalho, a que nasce da oposição entre os garantidos e os excluídos das relações de produção.

Nem por isso a existência da CNT em Espanha e da SAC na Suécia deixam de ser um desafio que se mede pela distância que vai desse sindicalismo revolucionário ao sindicalismo corporativista, mesmo o de esquerda. As formas de organização, as tácticas, os objectivos, em tudo são diferentes. É, no entanto, uma questão de lucidez reconhecer os limites actuais da prática sindical que tende a desvirtuar-se na prática negocial, ou a encurralar-se na intransigência do confronto, impedindo os ganhos actuais, que são uma componente necessária dessa forma de organização.

Esta reavaliação das relações anarquismo/sindicalismo, e a definição de uma estratégia actual para actuação no mundo do trabalho não deixam de ser importantes, mesmo que levando em consideração a situação na maioria dos países, as perspectivas para os anarquistas sejam, quando muito, a da articulação de núcleos de autonomia e auto-organização nos locais de trabalho, aplicando as ideias e as tácticas do anarco-sindicalismo adequadas à situação.

Na nossa época o sindicalismo para ser revolucionário teria de se tornar mais abrangente, mesmo ao nível reivindicativo, além das tradicionais lutas no campo salarial, de redução de horários, das

condições de trabalho e do desemprego, teria de passar a intervir no redimensionamento do papel do trabalho e da função do trabalhador. Mas indo ainda mais além, actuando nas questões envolventes ao mundo do trabalho, como os transportes, habitação, urbanismo, consumo e qualidade de vida, que são fundamentais a partir de uma visão integrada das relações de dominação e das suas consequências na existência quotidiana dos assalariados *(4)*.

A estratégia anarco-sindicalista foi um exemplo de criatividade dos operários libertários e da sua adaptação às necessidades de luta na época em que surgiu. Foi também a aplicação concreta de estruturas auto-controláveis e auto-dirigidas à sociedade industrial.

A sua recriação actual terá que afastar qualquer pretensão de imitação saudosista e considerar que é *uma* das estratégias possíveis da luta anti-capitalista, talvez a que maiores potencialidades ainda tem em sectores sociais e regiões onde as condições de exploração mantêm desperto o instinto combativo dos trabalhadores.

Por outro lado, toda a análise social focalizada exclusivamente sobre as relações de produção não dá conta dos problemas levantados nos últimos anos pelos novos movimentos sociais, nascidos como resposta a situações e conflitos diferentes. O anarquismo, que já no passado se manifestava e agia nas mais variadas áreas, do anti-militarismo e pacifismo ao naturismo, do esperanto às experiências educacionais, está especialmente atento às potencialidades libertárias destes novos movimentos, nem por isso deixando de apontar a sua principal limitação, que é uma visão parcelada e limitada de problemas estruturais da sociedade. Da organização de consumidores ao ambientalismo, da ecologia ao feminismo, do anti-militarismo às prisões, muitos são os objectivos e as formas de associação que potenciam a auto-organização de largos sectores da sociedade em defesa dos seus interesses, e certamente em todos os casos pode haver uma proposta e uma presença libertária que potencie a articulação e globalização de cada uma dessas lutas.

A ecologia e o anti-militarismo, pelas suas tradicionais afinidades com os valores libertários, são áreas onde a militância anarquista mais se tem exprimido, mas também aí as potencialidades são limitadas se for perdido o sentido de uma estratégia global de ruptura. Nesse caso, acabarão engolidos pelo movimento permanente de integração, através do qual o sistema tende a recuperar em seu benefício toda a crítica parcelar.

Também as lutas relativas às liberdades se têm tornado mais comuns, nos chamados países democráticos, e certamente serão decisivas para impedir a expansão do Estado autoritário. Delas não se podem ausentar os anarquistas com o inócuo pretexto de que em muitas delas estão em causa direitos jurídicos, já que é a liberdade e as garantias que o movimento social impôs ao Estado como seus *direitos* que estão em jogo.

As garantias penais e processuais, os direitos dos presos, o direito de asilo ou de emigrar são, entre muitos outros, os que os estados vêm, paulatinamente, a eliminar ou reduzir. A crítica do Estado concretiza-se no estabelecimento de metas imediatas para a luta social nesta área. Contrariamente a uma recusa abstracta ou uma concepção doutrinária, devemos opôr uma prática radical anti-estatista, que em cada caso e situação se oponha à expansão e hegemonia das relações de poder e favoreça a auto-organização e a criação de espaços de liberdade a partir da própria sociedade.

Todas estas possibilidades, em aberto, para a nossa intervenção, estão condicionadas pela capacidade de nos articularmos e associarmos, já que só movimentos sociais organizados têm condições para romper uma dada situação histórica e social. A nossa fragilidade organizativa, incapacidade de associação e de coordenação, em cada região e mais ainda internacionalmente, são por demais evidentes para não serem vistas como um dos problemas-chave do movimento libertário. Não se solucionando, será impossível qualquer activismo profícuo ou qualquer resultado duradouro para a actividade de crítica e divulgação de ideias.

Por essa razão podemos afirmar que de forma imediata teremos de encarar a questão da associação, articulação e coordenação das nossas actividades. O que passa também pela clarificação do papel da organização libertária, que é antes do mais o da criação de um espaço livre e fraterno de

vivência dos valores e de uma cultura alternativa, ao mesmo tempo que é um núcleo de difusão das ideias libertárias e articulação da resistência e luta por uma transformação social.

As formas concretas podem ser diversas, do anarco-sindicalismo aos grupos de afinidade ou associações de ateneus e centros de cultura, o fundamental é federalizar e colectivizar práticas e experiências isoladas, ampliando assim as possibilidades de uma intervenção social. Só através da associação e no respeito da autonomia, singularidade e diferenças entre cada indivíduo ou grupo poderemos criar uma dinâmica nova no movimento e concretizar as formas organizacionais que propomos para a sociedade.

Este é um modelo reconhecido por qualquer militante libertário mas que tantas vezes transgredimos com posturas dogmáticas, confrontos personalizados, criticismo inconsequente, resultado de um descrompometimento com a ética anarquista.

A questão da ética e da adequação dos meios aos fins, pontos centrais da nossa crítica ao socialismo autoritário, assumem um papel central na militância libertária e condicionam imperativamente a nossa prática social. Uma realidade em que estão presentes tensões permanentes, resultantes das pressões do meio envolvente e das limitações pessoais, mas que será sempre o critério determinante para a avaliação da coerência de cada um.

IV. RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Ao lado da incapacidade organizativa e da reduzida actuação do anarquismo, a cristalização teórica é a sua principal limitação nos tempos presentes.

Existe, certamente, uma relação directa entre esses dois aspectos, quer o pensamento individual quer a elaboração de um conhecimento colectivo estão ligados à participação da praxis de um grupo social. É em função do agir sobre a realidade que qualquer teoria social se vai elaborando, desdobrando e auto-corrigindo. Cada sucesso ou fracasso impõe uma reavaliação do nosso pensar.

Esta relação primordial entre teoria e prática sempre existiu no movimento anarquista histórico, essa foi uma das razões porque não se constituiu uma *intelligentzia* especializada em pensar a mudança social. No marxismo essa ruptura gerou, na maioria dos casos, um pensamento essencialmente ideológico e contemplativo, tipicamente académico e nesse sentido inútil para o movimento anti-capitalista.

A própria natureza heterodoxa do anarquismo impedia essa recuperação ideológica, até porque desde Proudhon se recusava a construção de um sistema teórico fechado e auto-suficiente. E também por isso se diferenciava daquela corrente que se proclamou de socialismo científico e que era a manifestação de uma imensa arrogância e autoritarismo intelectual.

Só que, na medida em que o anarquismo se foi afastando da realidade social, perdendo as suas raízes nos movimentos sociais, também ele se encaminhou para uma cristalização teórica, que se traduziu num pensamento doutrinário e fechado, nuns casos, e numa reflexão académica sem qualquer conteúdo de crítica social, em outros.

O anti-dogmatismo essencial do anarquismo não justifica, no entanto, que nos possamos agarrar a algumas ideias gerais e excluir um sentido de dúvida sistemática e uma necessária recriação permanente. Ao contrário, a complexidade social actual, os novos problemas a encarar e a ampliação permanente do conhecimento, impõem-nos novas elaborações dos valores e dos objectivos libertários. Não como forma de adaptação à realidade - do tipo libertarista pós-moderno - mas sim como meio de responder à crítica necessária dessa realidade. Conjugar o sentido utópico do anarquismo com a reflexão teórica e uma prática social, é uma imposição do seu carácter de pensamento revolucionário. Caso contrário, ficará reduzido a uma ética do comportamento ou a uma seita messiânica sem qualquer condição de interacção com os acontecimentos reais.

Quanto às novas teorizações que têm ocorrido nos últimos anos, um pouco por todo o lado, na linha libertarista, há muito que se afastaram dos valores anarquistas para se aproximarem de um liberalismo humanista que em nada corresponde à realidade do sistema. Mais que um pensamento reformista - já que nem radicais são nas suas exigências de reforma - é um pensamento acomodado, incapaz de questionar radicalmente a realidade e apostar na vontade e no desejo utópico que sempre esteve presente nos movimentos sociais.

Ao contrário do que apregoam os libertaristas, o pensamento anarquista clássico sobre o Estado e o Poder mantém toda a sua pertinência; o conceito libertário de uma comunidade autogovernada, descentralizada e federalizada é mais actual do que nunca. A intuição e lucidez na crítica do socialismo autoritário e estatal demonstrou-se de uma objectividade insofismável.

O que não nos impede de reconhecer que as ideias expostas por Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Malatesta, Landauer e tantos outros não tiveram os desenvolvimentos posteriores que se faziam necessários. Muitas questões abertas pela experiência da Revolução Soviética, da Revolução em Espanha ou resultantes das novas realidades surgidas com a sociedade industrial - das novas tecnologias à ecologia - estão em aberto.
Desenvolvimentos de uma teoria do Poder e da organização libertária, a análise das formas de auto-gestão, os problemas de escala e da complexidade tecnológica, um estudo das potencialidades libertárias da robótica e da telemática são, entre outros temas, alguns dos que precisam de ser estudados numa perspectiva anarquista.

Enquanto o anarquismo esteve no centro dos movimentos sociais e se afirmava como pensamento rebelde, era enorme a sua capacidade de atracção sobre a intelectualidade desvinculada. Até ao começo do século, conhecidos pensadores interessavam-se pelas ideias, e as principais figuras do movimento encontravam-se envolvidas nos principais debates intelectuais da década. Nos anos 20 ainda muitos intelectuais da importância de Buber, Lukács e Benjamin estão próximos de posições libertárias, e ainda era comum a relação de afinidade com escritores e artistas *(5)*.

Após os anos 30, a atracção do socialismo possível abre o caminho à hegemonia do marxismo-leninismo nos meios intelectuais, passando o anarquismo a ser uma referência de alguns meios dissidentes: dos teóricos do conselhismo, dos pacifistas, ou de escritores como Péret, Breton, Orwell e Huxley.

Aos poucos, criou-se um movimento inverso, intelectuais oriundos do marxismo aproximaram-se do anarquismo, Herbert Read, Daniel Guérin, Murray Bookchin e Paul Goodman são os nomes mais destacados, com eles o pensamento libertário ganhou importantes contribuições em novas áreas, da arte, educação, urbanismo, ecologia social. Mas foi só a partir dos anos 60 que assistimos a uma ruptura ampla dos intelectuais com o marxismo-leninismo, em resultado do conhecimento da realidade do estalinismo e da explosão libertária dessa década.

Muitos se aproximarão dos valores libertários e da tradição anarquista, embora permanecendo em posições oscilantes e contraditórias, já que os prúridos marxistas de uns e os preconceitos académicos de outros os impediam de reconhecer explicitamente essa vinculação. Dos situacionistas, a Guattari, Bousquet e Castoriadis, a contribuição para um pensamento libertário contemporâneo é feita ainda de preconceitos e mal-entendidos em relação à corrente social que mais pensou e lutou por esses valores.

Não está em causa a eliminação de um sentido crítico sobre o próprio anarquismo, o que é manifestamente inconsequente é posicionar-se como libertário e simultaneamente ignorar ostensivamente o pensamento e a prática libertária do passado.

Ao contrário, entre os anarquistas sempre houve uma procura permanente das fontes de pensamento libertário, dos heréticos do passado aos do presente, Illich, Marcuse, Reich e tantos outros. Uma posição intelectual aberta, que muitas vezes não se traduziu no movimento pelo reconhecimento de que existe uma corrente de crítica libertária, que mesmo não sendo anarquista nem por isso é menos fundamental para nós.

Esta forma de preconceito - pouco libertária - leva também ao dogmatismo, e traduz-se na maioria dos casos numa recusa de toda a produção teórica heterodoxa exterior ao movimento. Uma obstinada cegueira que impossibilita uma leitura proveitosa do pensamento de raíz marxista, principalmente aquele elaborado por intelectuais anti-autoritários *(6)*.

Uma intransigência que não leva em conta o que Kropotkin um dia caracterizou como a luta permanente de duas tendências na história e na sociedade: uma corrente autoritária e uma corrente libertária. E esta última não pode ser reduzida a uma expressão pura, pelo contrário, é produto de uma prática e de um processo reflexivo contínuo - e tantas vezes contraditório - em que cada grupo e indivíduo, de forma cooperativa, vão acrescentando algo de novo, numa superação permanente de dúvidas e dificuldades.

A cristalização ideológica do anarquismo, como teoria definida e acabada, leva a uma concepção sectária e doutrinária, tentação que não está de todo ausente em outras épocas mas que sempre foi sufocada pela diversidade e radicalidade heterodoxa.

Anarquistas, sindicalistas, individualistas, pacifistas e insurreicionistas sempre conviveram num debate aberto, algumas vezes violento, mas sempre se aproximaram na luta contra os donos do poder. Esta tolerância é uma componente básica do movimento anti-autoritário, sem ela nada faremos.

V. O FUTURO E O MUNDO SÃO CRIADOS PELOS HOMENS

Mesmo neste momento de maior arrogância do sistema capitalista, que se travestiu em sociedade democrática e só por esse nome quer ser conhecido, e principalmente do seu Estado, quando a ideologia do Poder e da Sujeição se escutam em todo o lado, não se descortinam argumentos a favor de um sistema essencialmente - e historicamente - infame.

A sua irracionalidade económica e social é por demais evidente, a pequena ilha de abundância, cercada de pobreza, pode até ser o paraíso para a maioria dos que aí vivem. Só que não passa disso, uma ilha que é abastecida e financiada pelos que vivem fora dela. A multidão de esfomeados, desesperados ou conformados na miséria e que povoam as grandes regiões do planeta.

Que futuro aponta essa realidade?

Certamente não a ampliação da sociedade de consumo, à escala universal - mesmo que se amplie a novas ilhas - os recursos escassos e a crise ecológica provocada pela economia do lucro e do desperdício só permitem visualizar uma planificação autoritária à escala mundial, com o controlo rigoroso dos recursos, da destruição ambiental e da própria população. Em resumo, um sistema ainda mais autoritário e injusto.

O contraponto a esse futuro será sempre uma possibilidade, criada a partir da vontade, desejo e consciência dos *de baixo*, dos excluídos deste sistema, mas também de todos os estratos sociais para quem a humanidade é maior que o Estado, evocando as palavras de Martin Buber. Os que têm consciência que as opções são mais vastas e que o futuro e o mundo são criados pelos homens, como tal sempre estarão abertos à acção criadora dos grupos sociais.

Do ponto de vista do anarquismo, do movimento dos que recusam todas as formas de dominação, não podemos deixar de considerar uma prova da perenidade do inconformismo e da rebeldia a persistência do movimento e das ideias, mesmo nesta época de restauração e conformismo. O aparecimento de novos grupos no leste europeu e em países do 3º Mundo, bem como a aproximação dos novos movimentos e de intelectuais dos princípios libertários, sinalizam a pertinência da reflexão anarquista sobre o Poder, a Dominação e o Estado, abrindo possibilidades para o ressurgir dum socialismo libertário, orgânico e federalista.

Ninguém foi tão longe quanto os anarquistas na tentativa de fazer convergir a igualdade e a liberdade, o indivíduo e a comunidade, a autonomia e a cooperação. Por isso podemos dizer que é uma síntese dos ideias que revolucionaram a época moderna, uma utopia subversiva que questiona permanentemente a realidade, sobre valores fundamentais ainda não realizados.

Por essa razão, o anarquismo mantém toda a sua actualidade, acima de modas e conjunturas, até porque a ética e a rebeldia libertárias são eternas, como Prometeu. Embora a sua concretização subversiva só possa ocorrer dentro dos movimentos sociais reais. Sendo esse o nosso maior desafio.

António Joaquim de Sousa

(1) Algumas das melhores análises do capitalismo mundial integrado são de Félix Guattari, cf. a conferência pronunciada no CINEL, em Paris, 1981, e traduzida pela revista Archipelago, e ainda o livro *Os Novos Espaços da Liberdade*, ed. Centelha, 1987.

(2) As contradições de que enferma a democracia representativa são reconhecidas pelos teóricos do Estado Democrático, como se verifica na obra de Norberto Bobbio.

(3) Sobre o problema do declínio do anarquismo existe uma extensa e contraditória literatura. No caso português, a melhor análise é a de Carlos da Fonseca, *Para uma Análise do Movimento Libertário*, ed. Antígona, 1988. Mesmo discordando da sua visão sobre o papel da Revolução Russa.

(4) O estudo de J. M. Carvalho Ferreira sobre As Novas Tecnologias, o Trabalho e os Desafios do Sindicalismo, in *Tecnologia e Liberdade*, ed. Sementeira, 1988, é interessante para a compreensão de alguns destes problemas.

(5) Para conhecer as relações entre o anarquismo e os intelectuais judeus da Europa central, ler *Redenção e Utopia*, de Michael Lowy, ed. Companhia das Letras, 1989.

(6) O problema do Anarquismo vs. Marxismo é ilustrado pela edição em Portugal do livro *Resposta de um Anarquista*, ed. Sotavento, 1991, em que Júlio Carrapato responde às críticas da dogmática leninista. Um livro brilhante, embora marcado pela sua natureza de resposta e pelo facto de cair no anti-marxismo exacerbado. Um texto crítico de Jorge Valadas repõe algumas questões, entre as quais a contribuição libertária de Korsch, Pannekoek e Mattick, e levanta a necessidade de uma leitura não dogmática da tradição marxista.

ECOLOGIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO

É indubitável que em pleno apogeu do progresso e da razão, a complexidade da mudança sócio-cultural, política e económica mergulhou todas as sociedades numa crise profunda que tende inclusivé a pôr em causa a sobrevivência da espécie humana.

Estamos, portanto, num período histórico de paradoxos estruturados pela sofisticação e o desenvolvimento gigantesco das capacidades e possibilidades científicas e tecnológicas. Entre as várias manifestações em que se corporiza essa realidade, emerge a actividade económica com um desenvolvimento ininterrupto das funções de produção e de consumo de bens e serviço. Paradoxalmente, no entanto, a riqueza produzida não se traduz numa distribuição e apropriação equitativa pelas diferentes indivíduos, grupos e classes sociais que constituem as diferentes sociedades. Por outro lado, a relação do homem com a natureza tende a agravar-se no sentido de um desequilíbrio irreversível, destruindo progressivamente a harmonia ecossistémica que subsistia há vários milénios.

Hoje, face à gravidade dos problemas existentes, para além de perceber os sintomas dessa crise, interessa-nos explicitar os factores e as condições que se revelam mais emblemáticos para o devir da natureza e da humanidade. Assim, quando nos debruçamos na análise do sistema social global, deparamos, quase sempre, com uma situação sócio-cultural que põe em risco as hipóteses de interacção social que fundamentam os processos de sociabilidade e de socialização dos indivíduos à escala planetária. Para tal basta olharmos para os níveis de pobreza e de desemprego, de marginalidade e de miséria social, pressão demográfica, fome e guerra que persistem à escala mundia. Simultaneamente, quando observamos as modalidades de intervenção e de transformação do homem nas suas relações com a natureza e o ambiente em geral, questionamos até que ponto ainda nos é possível sobreviver no planeta Terra.

Cientistas e políticos são pródigos em interpretações que indiciam que caminhamos para o abismo, caso nos mantenhamos com o mesmo modelo de desenvolvimento económico e social (ROBIN, 1977). Essas hipóteses são de tal modo negativas que, face à impotência das soluções racionais-instrumentais da sociedade capitalista para inverter essa evolução, revela-se cada vez mais banal a função utilitária das alternativas ecologistas até há pouco tempo consideradas utópicas pelo mercado e o poder normativo vigente. Tendo presente essa realidade, mais do que enumerar e pretender superar as contradições existentes através das múltiplas soluções terapêuticas normativas que pretendem superar os efeitos da crise social e humana e da natureza, sem se preocuparem de extinguirem as causas da mesma, torna-se imperioso e urgente analisar o modelo de desenvolvimento económico, social, cultural e político que está na origem do dilema histórico em que nos encontramos.

Infelizmente, nos dias que correm, as análises científicas tendem a reflectir os desígnios ideológicos da racionalidade instrumental do capitalismo e a servirem como um produto circunscrito aos sucessos conjunturais da moda intelectual e espectáculo informativo dos "mass media". Acresce a esse facto, revestirem-se ainda de uma pseudo-neutralidade científica identificada com as necessidades intrínsecas da sociedade, esquecendo-se que foram objecto de uma institucionalização, cuja legitimidade foi outorgada em função dos interesses das classes dominantes e do Estado. Os paradigmas científicos mais representativos são, neste domínio, o exemplo mais acabado desse tipo de

posição.

É muito fácil chegar a essa conclusão. Verifique-se a "objectividade" e a "neutralidade" dos milhares de artigos e livros escritos sobre os temas sublinhados e tenha-se presente, a esse respeito, os milhares de análises que se realizaram sobre a natureza e a história dos países denominados "socialistas". Numa outra perspectiva, observe-se o sentido meta-histórico de uma evolução unilinear pretensamente harmoniosa que se pretende dar ao modelo de sociedade capitalista, enquanto processo histórico distintivo do desenvolvimento sócio-cultural, económico e político das sociedades. Contra esta hegemonia totalitária, persistem um conjunto de autores que se revelam excepções marginais às regras científicas predominantes. Por opções éticas, morais e científicas têm analisado, de forma radical, esse modelo de desenvolvimento, demonstrando as suas contradições e limites históricos.

Não obstante saber do peso dessas posições hegemónicas e contradições paradigmáticas, perante os desafios que se nos apresentam, mais do nunca, torna-se imperioso compreender e explicitar as características e tendências do modelo de desenvolvimento que está na origem da crise que atravessamos.

Quase sempre, em situações históricas semelhantes, quando assistimos a este tipo de fenómenos, os sintomas críticos do modelo de desenvolvimento capitalista, tendem a ser resolvidos pela via da reforma ou de uma hipotética revolução. Ambas coexistem num processo de interdependência e complementaridade, estimulando e estruturando soluções de ultrapassagem da crise social, humana e ecológica. Tendo presente os sucessivos insucessos das reformas e revoluções já realizadas, assunção, os cenários de mudança ou de transformação radical da sociedade capitalista que possamos deduzir, revestem-se de contingências e ensinamentos históricos que não podemos descurar. Numa óptica estrita de sobrevivência histórica e de intervenção social pautada pela coerência e a eficácia, nada mais nos resta do que evoluir no sentido da construção de uma outra sociedade. Esta terá que ser ser dinamizada com base em transformações económicas, sociais, políticas e culturais de características radicais. Ne emergência deste quadro revolucionário, a ecologia social assente nos princípios e práticas do anarquismo, tantas vezes esquecida e adulterada como um modelo utópico, revela-se, hoje, com virtualidades inesgotáveis.

A ecologia social aparece, assim, como uma hipótese histórica de superação das incongruências funcionais do actual modelo de desenvolvimento que subsiste à escala planetária. Nesse sentido, ela introduz novas perspectivas de equilíbrio ecossistémico entre as diferentes espécies animais e vegetais e, sobretudo, entre o homem e a natureza. Finalmente, pela sua essência anarquista, ela aparece como uma potencialidade real de construirmos um novo mundo, o que nos indicia desenvolvermos uma ética e uma filosofia apoiada em princípios humanistas e fraternais em relação à sociedade e à natureza.

1. CARACTERÍSTICAS DA CRISE DO SISTEMA SOCIAL GLOBAL NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

A generalidade das análises que se debruçam sobre a actual crise da evolução das sociedades contemporâneas sublinham, com especial significado, os problemas relacionados com a explosão demográfica, a destruição do ambiente, a guerra, o desemprego, a marginalidade social, a fome e a pobreza.

Se pensarmos na pertinência desses diferentes flagelos no contexto estrutural e institucional das actuais sociedades, verifica-se que todos eles estão em estreita sintonia, quer nas causas que estão na sua origem, quer nos seus efeitos perversos. Todos esses fenómenos resultam de uma lógica competitiva e concorrencial, na qual os objectivos do lucro e da exploração estão sempre presentes.

Em termos de uma racionalidade pautada por fins e meios, todos eles estão submetidos a um sistema de eficácia e eficiência capitalista. Na maneira como estão articulados entre si, cada um deles desenvolve-se num sentido interdependente e complementar. Os resultados lógicos da interacção que resulta desse sistema complexo são visíveis através da produção e consumo de bens e serviços, na transformação e esgotamento dos recursos naturais e num crescendo populacional inaudito. A outra versão dessa interacção produzida pelos diferentes componentes do sistema social global observa-se através da explosão dos fenómenos migratórios, da pobreza, da segregação e marginalidade social provenientes da catástrofe ambiental, da guerra, do desemprego e da fome à escala universal (PNUD, 1994).

As projeções da população mundial para o ano de 2050 apontam para cerca de 10.000 milhões de pessoas no planeta Terra. Entre as várias consequências, importa referir as suas incidências geográficas e ambientais. O continente africano, que conta actualmente com 12% da população mundial, no ano de 2050 passará a deter 27% da referida população. Em comparação, para o mesmo ano de 2050, a Ásia manter-se-á ligeiramente acima dos 50% da população total, enquanto que a América Latina passará dos 9% actuais para 10% da população total no ano de 2050 e a população total dos países considerados desenvolvidos tenderá a decrescer dos 23% actuais para 13% (FNUAP, 1992).

Sem descrever as profundas implicações que resultam da pressão demográfica em termos ambientais, económicos, políticos, sociais e culturais, importa, para já, pensar em alguns dos seus aspectos mais significativos. Segundo as projeções do *Relatório sobre a População Mundial de 1992* elaborado pelas Nações Unidas, a manter-se essa evolução demográfica, persiste a necessidade de aumentar em 56% a área de terreno cultivável que os países "considerados em desenvolvimento" actualmente dispõem: isto é, só para as necessidades de terrenos não agrícolas ter-se-á que recorrer a 4,5 milhões de quilómetros quadrados de "habitat" da fauna selvagem considerados para fins agrícolas. Dito de outro modo, cada pessoa nos países em desenvolvimento terá possívelmente à sua disposição 11% de 1 (um) hectare de terra cultivável.

A destruição do ambiente é visível a diferentes níveis. Para essa averiguação basta olharmos para o grau de destruição dos recursos renováveis até agora considerados "ilimitados": água, terra, espécies vegetais e animais. A erosão dos solos, a desertificação das zonas semi-áridas, a salinização das áreas irrigadas e a poluição dos rios e dos mares são disso uma prova irrefutável (SACHS, 1980). Acresce a essa realidade ambiental negativa, a poluição atmosférica e hídrica, o sobre-aquecimento da terra, a destruição progressiva da camada do ozono, a destruição das florestas e de milhares de outras espécies vegetais e animais (WEINER, 1991).

O esgotamento e a erosão dos recursos naturais considerados "renováveis", como é o caso da água e dos solos aráveis, são previsíveis nessas projecções e sobretudo apontam para uma eventual catástrofe ecológica. Em presença de um crescente agravamento da poluição atmosférica e hídrica, da destruição progressiva da camada do ozono, do sobre-aquecimento global do planeta Terra, das calamidades naturais que estão ocorrer nos países mais industrializados e urbanizados, etc..., essas tendências negativas desenvolvem-se, cada vez mais, com maior acuidade.

Não se pode analisar a destruição do ambiente em função exclusiva da erosão e esgotamento dos recursos naturais. A lógica racional da sociedade capitalista assente numa economia de produção e consumo de bens e serviços efémeros, e a guerra que emerge em inúmeros países, estão a contribuir enormemente para essa situação. O número de refugiados internacionais é neste aspecto muito elucidativo. Para fugir à guerra ou à miséria provocada por cataclismos naturais de uma economia depradadora, percebe-se, de certa maneira, porque dos 2,8 milhões de refugiados em 1976, passou-se para 17,3 milhões em 1990. Com o agravamento da crise económica e a proliferação dos conflitos bélicos à escala regional, o número de refugiados tende a aumentar assustadoramente. Se juntarmos a esta realidade o número de emigrantes clandestinos, depreende-se de como a África, a América

Latina, a Ásia e a África estão a tornar-se um laboratório experimental migratório para outras regiões geográficas. Vivendo em condições infra-humanas, sujeitam-se a emigrar para os países vizinhos, ou em última análise para os EUA e a Europa ocidental, de modo a evitarem o genocídio provocado pela guerra e a fome. Se tivermos, ainda, em linha de conta a desintegração social e económica que subsiste nos países do leste europeu que tinham enveredado pelo "socialismo real", os problemas das migrações clandestinas assumem proporções alarmantes no continente europeu. Acresce que os fenómenos migratórios resultam também da miséria existencial que abunda numa parte significativa desses países. O número de pobres que era de 944 milhões em 1970, segundo o relatório das Nações Unidas já mencionado, subiu para 1.156 milhões em 1985 e na perspectiva de outras fontes recentes esse número não pára de aumentar (PNUD,1994). Em termos da sua situação geográfica, 273 milhões vivem na África, 204 milhões na América Latina e 737 milhões na Ásia.

É notória a intenção dos referidos relatórios em demonstrarem as incidências negativas da pobreza nos países em desenvolvimento. Ora este panorama não é muito brilhante nos países "considerados desenvolvidos". Segundo estimativas recentes (Diário de Notícias, 1992), havia 53 milhões de pobres na CEE numa população de 340 milhões, enquanto que nos EUA, para uma população de 245 milhões, existiam 31,5 milhões de pobres. Este tipo de pobreza embora possa ser considerado diferente daquela que ocorre nos países em desenvolvimento, na medida em que podem usufruir de educação, saúde, da segurança social e habitação num limiar de sobrevivência mínima, ela revala-se fundamentalmente uma chaga social que não pára de crescer e de se identificar com as causas e os efeitos perversos do funcionamento normativo dos países capitalistas desenvolvidos (PNUD, 1994).

Torna-se claro, cada vez mais, que a crise actual da sociedade capitalista e do seu modelo de desenvolvimento não afecta exclusivamente os países em vias de desenvolvimento. O desemprego e a marginalidade social, a violência, a droga, o crime, a guerra, a xenofobia, o racismo e o etnocídio, assim como a segregação social, também fazem parte do mundo "civilizado" do ocidente.

Numa perspectiva sociológica, todos esses fenómenos resultam de um conjunto de factores cuja evolução tende a agravar a crise do modelo de desenvolvimento da sociedade capitalista. Sem querer dar-lhes uma base determinista, entre os mais importantes, sublinhe-se: *a pressão demográfica; a urbanização e burocratização das relações sociais e dos processos de socialização dos indivíduos e grupos sociais; pobreza e desigualdade social; nacionalismos e integrismos religiosos; anomia e desintegração social.*

As manifestações sócio-culturais da pressão demográfica não se coadunam com os pressupostos analíticos das teses malthusianas e darwinistas. A espécie humana vê-se constrangida a lutar pela sobrevivência, utilizando formas relacionais de tipo colectivo e individual alienantes. É uma luta traduzida por uma racionalidade espacio-temporal mercantil, regulada, em parte, por processos migratórios conflituantes, fomentadores de uma segregação ecológica e social.

Porém, com base nas virtualidades explicativas dessas teses, nem a função estruturante da racionalidade económica, nem as virtualidades do determinismo biológico da natureza humana têm impedido que o crescimento da população mundial evolua de modo caótico e as excrecências comportamentais das elites governamentais sejam irracionalmente competitivas.

Em contextos estruturantes da pobreza e da miséria e em situações contingenciais ambientais adversas, é natural que as taxas de fecundidade e de natalidade aumentem de forma desproporcionada. Na Europa Ocidental e nos EUA passa-se um fenómeno inverso: as taxas de fecundidade e da natalidade tendem para a estacionaridade. Esta realidade aponta para a importante função da diversidade dos valores sócio-culturais, quase sempre identificados com comportamentos humanos estandardizados no domínio da procriação e reprodução da sua espécie.

Num outro plano, importa referir que os princípios e práticas do mimetismo polarizado no sistema capitalista à escala universal tem gerado processos de êxodo rural e de urbanização desequilibrados.

O desenvolvimento discrepante dos sectores agrícola, industrial e terciário, para além de gerar uma desigualdade social, económica, política e cultural de características negativas, transformou os aglomerados urbanos num antro de miséria e de marginalidade social. Destruindo-se as relações sociais comunitárias, diminuindo-se as bases de coesão social, desintegrando-se os laços de solidariedade social, criam-se as condições que fomentam um acréscimo gigantesco das taxas de fecundidade e de natalidade. Como consequência, a pressão demográfica nos grandes aglomerados urbanos desenvolve-se em termos de uma dimensão, heterogeneidade e densidade populacionais que conduzem à desintegração e à anomia social.

Uma das outras vertentes da pressão demográfica e do processo de industrialização e urbanização das sociedades expressa-se em tipologias de ordenamento do território e na utilização do solo de forma caótica e desordenada. A distribuição e organização espacial das zonas de residência e de trabalho, assim como das infraestruturas e equipamentos colectivos, não se coadunam com uma organização social harmoniosa e, por outro lado, transforma a cidade num amontoado caótico de cimento, vidro e ferro, na qual se torna impossível viver.

O processo de urbanização das sociedades, ao mesmo tempo que induz à transformação da matéria orgânica em matéria inorgânica (ou seja, através da transformação dos elementos naturais em elementos de construção do "habitat", fábricas, hipermercados estradas, infraestruturas e equipamentos colectivos, etc.), traduz-se, por outro lado, numa organização social perpassada por uma crise de identidade e de representatividade social. O isolamento dos indivíduos e dos grupos no contexto da complexidade organizacional dos grandes aglomerados urbanos assume proporções inauditas. As relações sociais não se fazem numa base directa em situações de co-presença física e visibilidade relacional, o que impossibilita a construção social de diálogos baseados na fraternidade e na solidariedade. Os indivíduo e os grupos, estando sós e sendo dependentes de um poder dominante que lhes escapa, entram num processo de desintegração social.

Pode-se compreender esses fenómenos se tivermos presente as dificuldades de uma interacção social positiva e funcional em contextos urbanos que atingiram uma grande dimensão, níveis de densidade e de heterogeneidade populacionais altíssimas. Desse contexto, depreende-se as contingências e os constrangimentos provindos do exercício burocrático da representatividade formal para suprir as exigências funcionais de uma sociedade, cada vez mais, complexa e sofisticada. A anomia e a desintegração social são passíveis de observar tendo presente o peso da burocratização e da centralização dos processos de regulação social.

A outra versão moderna da desintegração social e da anomia subsistem ao nível das perdas de referência e de identidade social. Esta realidade é não só perceptível no âmbito da especificidade das relações sociais corporizadas na superficialidade e transitoriedade relacional nos contextos urbanos, mas também ao nível da destruição progressiva das relações sociais baseadas no interconhecimento e nos processos de aprendizagem social e de aculturação que só podem ser dinamizados pelos pequenos grupos e as comunidades locais (CHOMBART DE LAUWE, 1982).

Na ausência desses requisitos de organização social, formaram-se, entretanto, estruturas burocráticas gigantescas que decidem anacronicamente do governo e da gestão das cidades. Simultaneamente, a longiquidade espacio-temporal que persiste entre a sociedade global e os indivíduos, entre o Estado, instituições, organizações, os grupos e indivíduos, leva a que o sistema de representatividade formal de natureza burocrática e centralista não permita uma socialização e sociabilidade positivas dos indivíduos e dos grupos, razão pela qual os fenómenos de desintegração social e de marginalidade social crescem em exponencial e certas instituições e cientistas sociais reivindiquem uma maior participação dos indivíduos nos mecanismos processuais de integração social (PNUD, 1993).

Desde que não haja uma participação e decisão dos indivíduos e grupos sobre a governação das cidades, persiste um alheamento generalizado dos mesmos sobre todas as contingências negativas que

daí resultam. As relações de identidade entre o que é do foro individual e colectivo não existe. A interacção entre os diferentes elementos humanos que constituem o sistema urbano revela-se difícil de realizar, o que condiciona enormemente as relações de interdependência e de complementaridade relacionadas com as tarefas e funções do seu funcionamento global.

Um outro factor da crise do modelo de desenvolvimento capitalista emerge do desemprego. Este, como todo o trabalho baseado num vínculo contratual precário, exprime o estádio normativo de regulação das necessidades do mercado de trabalho capitalista à escala da economia global. Corresponde, estruturalmente, aos ditames do crescimento e progresso económico e está articulado deterministicamente às vicissitudes da revolução tecnológica em curso, com especial incidência na informática, micro-electrónica, biotecnologia, telemática, robótica, indústria espacial, etc. Estes factores desintegram o sistema de relações sócio-profissionais e das relações industriais que perdurava há vários decénios, por via das restruturações sistemáticas realizadas no âmbito das qualificações e divisão social do trabalho do trabalho e, por outro lado, desenvolvem-se novos saberes técnicos e humanos nos sectores terciário e industrial à escala universal, em detrimento progressivo dos saberes e práticas relacionadas com a actividade dos sector primário. No fundo, as bases estruturais e institucionais, do que foi denominada a segunda revolução industrial, estão a desintegrar-se, dando origem à formação de um mercado de trabalho segmentado numa regulação sustentada por trabalhadores desqualificados, qualificados, desempregados ou com vínculo contratual precário.

Em parte, enquanto consequência lógica do mundo dos desempregados que pululam nos grandes aglomerados urbanos, a marginalidade e a segregação social são também a expressão genuína da competição e da concorrência desenfreada que decorrem de uma regulação social apoiada num crescimento económico desenfreado. Esta racionalidade económica levada ao extremo tem custos irreversíveis. Quem não consegue posicionar-se no mercado do trabalho em situação privilegiada de concorrência ou de vantagem competitiva, facilmente soçobrará na pobreza ou na exclusão social. Quem não consegue adaptar-se aos padrões competitivos das funções de produção e de consumo mercantil identificado com a lógica normativa de capitalização humana, ver-se-á impossibilitado de apropriar-se do conjunto de necessidades que lhe permitem sobreviver, o que geralmente se traduz a evoluir para formas de existência pautadas pela marginalidade social e, logicamente, a ser objecto de exclusão e segregação social (PASSET, 1979).

Não podemos, porém, confinar os problemas da marginalidade e da segregação social ao determinismo económico da sociedade capitalista. Ambas as realidades são também o produto de modelos sócio-culturais e políticos predominantes que se estruturam através de um processo social fundamentado na inclusão e de exclusão de grupos sociais diferenciados e contrastantes. A alteridade sócio-cultural não é passível de socializar com base em identidades comunitárias diferenciadas. No período histórico que atravessamos, em que a interacção social no sistema social global se objectiva com base nas capacidades de competição e de segregação social, quando as comunidades nacionais, regionais e étnicas se vêem incapacitadas de subsistir, utilizam as outras como bode expiatório das suas situações negativas. A "guerra contra o outro" assume uma preponderância capital na manutenção do poder por parte das classes dominantes e, por outro lado, alimenta a coesão e a identidade das comunidades nacionais que tendem a desintegrar-se socialmente. Nestas condições, apercebemo-nos como certas elites que lideram os nacionalismos e os integrismos religiosos socializam e controlam ideológica e politicamente os fenómenos da marginalidade e da segregação social existentes nos seus países.

Os problemas da pobreza e da desigualdade social demonstram, de forma inequívoca, a tragédia existencial humana actual (PNUD, 1994). Sem cair na averiguação fácil da existência de "sub-espécies humanas" estratificadas por níveis de vida abaixo do mínimo de subsistência vital, torna-se, no entanto, pacífica a afirmação de que a grande maioria dos 4.000 milhões de seres humanos dos países

[illegible] de desenvolvimento estão submergidos pela fome, a pobreza e a exclusão social. Em [illegible]tida, grande parte dos 1.000 milhões que existem nos países desenvolvidos são [illegible]gidos a levar uma vida quotidina baseada na ostentação, produção e consumo de bens e [illegible] efémeros.

[illegible] em atenção os milhões de seres humanos que pululam no pântano do genocídio, da miséria [illegible] pobreza gerada nos grandes aglomerados urbanos da África, da Ásia e da América Latina, há [illegible] que não esquecer a outra versão da miséria e da pobreza urbana existente no "eldorado" dos [illegible] do mundo capitalista considerado desenvolvido. Estes últimos, muito embora demonstrem que [illegible] estatísticas positivas, com indicadores sociais sobre o saneamento básico, políticas assistenciais [illegible] domínios da educação, saúde e segurança social estatais para a maioria da população, estão, no [illegible] mergulhados no asfalto do desemprego, da indiferença e da exclusão social.

[illegible] outro fenómeno crítico da modernidade do desenvolvimento capitalista à escala mundial é [illegible] na emergência dos movimentos sociais e guerras regionais estruturados pelo nacionalismos e [illegible]ismos religiosos actuais. O etnocídio, o racismo e a xenofobia são outras manifestações [illegible]das com uma realidade socioeconómica, política e cultural que evolui no mesmo sentido [illegible]-instrumental capitalista.

[illegible] primeira abordagem desses fenómenos, dir-se-ia que todos eles têm causas lógicas comuns, [illegible]armos nas consequências geradas pelo desmembramento do "socialismo real" nos países do [illegible] europeu e, sobretudo, olharmos para o desemprego que afectam todos os estratos sócio-[illegible]ionais clássicos na Europa Ocidental. Importa, por outro lado, pensar as próprias [illegible]quências da fome e da pobreza que atravessam certas regiões na África, América Latina e Ásia [illegible] suas correlações com os surtos migatórios e a segregação social existente entre as diferentes [illegible]dades étnicas e nacionais.

A explicação mais plausível das suas causas não deve, não obstante, servir para omitir a função [illegible]va que assumem esses fenómenos. O nacionalismo, o integrismo religioso, o racismo e a [illegible]fobia, na medida em que se apoiam em modelos sociais tendentes a estruturar-se numa [illegible]ectiva unidimensional e segregacional negam, com facilidade, a alteridade sócio-cultural, [illegible]ca, económica e religiosa a identidade dos outros povos, etnias e comunidades que compõem as [illegible]plas sociedades humanas do planeta Terra. As práticas humanas de cooperação e da [illegible]riedade inter-étnicas e inter-comunitárias dos povos e nações são destruídas. Em alternativa, [illegible]te a lógica de uma guerra imperialista confinada a interesses económicos e políticos geo-[illegible]égicos, mas simultaneamente fundamentada no extermínio das diferenças sócio-culturais que as [illegible] comunidades étnicas personificam.

2. CARACTERÍSTICAS DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO QUE FUNCIONA COMO PARADIGMA DOMINANTE

Genericamente, o conceito de desenvolvimento, situado nos parâmetros da lógica do progresso e [illegible] razão, consubstancia-se na melhoria progressiva e equilibrada do homem em termos de "bem-[illegible]" económico, social, cultural e político. Esta visão apoia-se na quantificação e comparação de um [illegible]junto de indicadores qualitativos específicos, considerados os mais representativos para um dado [illegible]odo histórico do desenvolvimento. Assim, quando se comparam o nível de desenvolvimento entre [illegible]ses, tem-se presente os índices que especificam o produto nacional bruto, o produto interno bruto, [illegible] rendimento "per capita", taxas de alfabetização, taxas de mortalidade e natalidade, número de [illegible]efones e automóveis por habitante, número de hospitais e médicos por habitante, etc...

O desenvolvimento, nestas circunstâncias, avalia-se em função de um "bem-estar"

instrumentalizado pela quantidade de bens e serviços que uma dada sociedade pode usufruir. O conceito de "países desenvolvidos" e "países subdesenvolvidos" ou ainda de "países em desenvolvimento" é concebido em função dessa visão analítica.

Esta concepção histórica da evolução das sociedades traduz-se num modelo de desenvolvimento que procura explicar o passado, em função do presente e o devir harmónico da sociedade capitalista. As variáveis que estruturam o modelo de desenvolvimento capitalista expressam a eliminação progressiva da dependência do homem em relação ao poder divino no sentido da sua transformação em uma entidade antropocêntrica. A base materialista da produção de bens e serviços de características capitalistas provoca progressivamente a separação do sagrado e do profano, ao mesmo tempo que estrutura a independência e a autonomia dos indivíduos na esfera do mercado e a sua adesão ideológica às normas e valores sócio-culturais identificados com uma racionalidade económica baseada na maximização do lucro.

O processo interactivo do progresso e da razão materializou-se também na formação do "Welfare State" e no Estado-providência. Estes, conjugados com acção da racionalidade económica mercantil aumentou os índices de produção e consumo de saúde, educação e habitação, como inclusivé, sancionaram as inovações e mudanças operadas no campo do trabalho, da tecnologia e da ciência. Essas funções permitem que haja simultaneamente um crescendo progressivo de produção e consumo de bens e serviços múltiplos. Deste modo, o modelo de desenvolvimento do capitalismo satisfaz, como sistema paradigmático, as necessidades básicas dos indivíduos e grupos que compõem as sociedades actuais. Para tal basta que haja uma repartição de rendimentos propiciadora de um consumo de um conjunto de necessidades básicas padronizadas num conjunto típico de bens e serviços circunscritos à alimentação, habitação, saúde, educação e transportes. Esgotando-se esse patamar de necessidades padronizadas, o modelo de desenvolvimento capitalista alarga e aprofunda a sua matriz do progresso e da razão. Novas necessidades básicas são criadas e não admira que hoje se corporizem no lazer, turismo, actividades lúdicas, jogos de guerra, espaços livres, ambiente despoluído, etc... (PASSET, 1979).

Averiguando, no entanto, a realidade política, cultural, económica e social que sustenta e reproduz esse modelo de desenvolvimento, deparamos com grandes contradições e antagonismos.

Em primeiro lugar, assiste-se à desintegração das virtualiades positivas do homem antropocêntrico capitalista. Este para além de ser um objecto produtor e consumidor de bens e serviços, transformou-se basicamente numa entidade depredadora e destruidora de si próprio e da natureza. Esta contradição não somente alienou o homem das suas funções criativas cruciais nos domínios da actividade política, cultural e social, mas sobretudo transformou-o numa função competitiva e concorrencial de todos os outros que com ele interagem às escalas local, regional, nacional e transnacional.

Em segundo lugar, as relações sociais capitalistas baseiam-se em funções hierarquizadas, onde tarefas e funções, assim como o poder e a autoridade obedecem a uma lógica de dominação. Indivíduos e grupos com tarefas, funções, poder e autoridade sustentadas pela dominação e a exploração do homem pelo homem, fomentam uma desigualdade social corporizada em privilégios, rendimentos, propriedade, exercício do poder e apropriação de riqueza diferenciada, etc... Essa exploração e dominação observa-se fundamentalmente nas relações sócio-organizacionais entre empresários, gestores e assalariados subalternos, na relações entre homem e mulher, nas relações entre estratos sócio-profissionais, entre o Estado, indivíduos e grupos que compõem a sociedade civil, etc..., e, quando nos situamos numa escala geográfica universal, entre etnias, o Estado-Nação e instituições transnacionais.

Em terceiro lugar, o sistema democrático representativo capitalista não funciona em exclusiva sintonia com as virtualidades do mercado e da liberdade humanas. A racionalidade sociobiológica do ser humano "capitalista" e os predicados de regulação do mercado tão queridos de Darwin e Malthus,

dos liberais modernos, não funcionam plenamente. Por tais motivos, para suprir as ...cias da integração e controlo social subjacentes à dinâmica social das sociedades actuais, o ..., indivíduos e grupos recorrem a formas violentas e irracionais a fim de manterem o "status quo".

...s termos, observamos que as relações sociais nos planos institucional e organizacional são ...das por tipologias de exercício de poder baseadas na dominação, na qual a participação, a ... e a concepção das actividades económica, política, cultural e social são arbitrariamente ...das e partilhadas, sem que se nos apercebamos do carácter prescritivo e funcional das regras e ... que determinam o exercício da autoridade hierárquica formal.

O exemplo do Estado, de instituições e organizações com vocações repressivas, quando exercem as suas funções de socialização, são bem patentes na forma insuficiente e arbitrária como controlam, integram e sancionam todas as transgressões e potenciais desvios normativos desenvolvidos pelos indivíduos e grupos em relação à ordem social vigente.

Finalmente, a expansão universal do capitalismo tornou-o mais complexo e sofisticado. Como sistema social, as suas diferentes componentes quando estão em interacção, nem sempre funcionam como função de complementaridade e interdependência, de forma a construir sínteses positivas. A sua expansão geográfica revela-se demasiado abstracta e formal.

A ...guidade espacio-temporal embora seja mediatizada por uma interação social personificada ... novas tecnologias e poder comunicacional dos "mass media", não tem evitado a artificialidade e ...dição nas relações sociais entre as diferentes partes que constituem a sociedade global. Por ... lado, as características competitivas do "homo economicus" atingiu um grande paroxismo. A ...ência da espécie humana persiste, mas à custa de uma socialização muito difícil. Os exemplos ... elucidativos. Incapazes de se inserirem nos grupos, colectividades e sociedade, os indivíduos ... para múltiplas formas de morte e de desintegração social: desemprego, guerra, pobreza, ..., crime, droga, prostituição, etc.

Desde que o desenvolvimento capitalista erigiu o homem em entidade antropocêntrica, o ... e a razão associados à racionalidade económica assumiram-se como função de espoliação ... transformação da natureza de forma abrupta e irreversível (WEINER, 1991). O capitalismo ao ...ar o homem em objecto de produção e de consumo de mercadorias, transformou a ... num espaço vital de parasitismo, na qual os recursos naturais tornaram-se uma fonte ...vel dos desígnios de uma sociedade insaciável.

Como consequência, o homem deixou progressivamente os últimos laços de identidade que ainda ... com a natureza. Em vez de adaptar-se, reagir e regular as leis da natureza numa perspectiva ... equilíbrio ecossistémico, transforma e destrói a unidade da diversidade criativa e dialógica dos ... seres que compõem o universo. Em função dos parâmetros determinísticos do modelo de ...mento capitalista, a natureza em geral e todas as espécies vegetais e animais, em particular, ... constrangidos a evoluir dentro dos parâmetros totalitários da racionalidade económica capitalista. ... um objectivo central: transformação da matéria orgânica em matéria inorgânica, produzir, ... e consumir mercadorias.

O que hoje os políticos, cientistas, profetas e ideólogos da salvação do impossível denominam de ... ambiente", decorre da sua visão apocalíptica e reformista. Facilmente chegam à conclusão de ... caminha para uma catástrofe ecológica, caso a sociedade não consiga inverter os efeitos da ... ambiental polarizada à volta do efeito estufa, da degradação da camada do ozono, da extinção ... biodiversidade e do esgotamento e poluição dos recursos naturais (ROYAL, 1992). Está-se perante ... em que a degradação do ambiente é algo que pode ser objecto de reparação, regulação e ..., bastando para tal reconstituir os equilíbrios ecossistémicos que, entretanto, foram destruídos.

Em presença de tais terapêuticas, tantas vezes testadas e frustradas, o mínimo que delas se pode depreender é a sua inoperância, já que após sucessivas aplicações, tudo isso não consegue evitar a mesma tendência suicidária.

Mais do que encontrar nos sintomas da crise ecológica uma forma airosa ideológica de omitir as causas que estão na origem da destruição do planeta Terra, torna-se necessário inferir que os problemas do ambiente não decorrem de causas exteriores à sociedade capitalista e que, desse modo, há que situar toda a análise na lógica normativa do desenvolvimento do capitalismo e, mais concretamente, na sua esfera de actividade económica mercantil (PASSET, 1992).

Objectiva e subjectivamente, o que importa referir radica no sentido da transposição mecânica que o capitalismo pratica, ao transformar a natureza num objecto de dominação e de hierarquização idêntico à ordem social que estrutura os processos de socialização e de regulação das relações sociais da sociedade capitalista (BOOKCHIN, 1989). A dominação e a hierarquização relacional que a espécie humana mantém com a natureza é modelada e projectada pelas exigências e contingâncias de uma a racionalidade mercantil concorrencial e competitiva. Recursos humanos e naturais fazem parte de uma lógica indissociável, em que meios e fins, se integram na consecução dos mesmos objectivos (SACHS, 1986). Não admira, portanto, que a ordem social capitalista transposta para o campo das relações do homem com a natureza resultem em transformações e configurações espaciais e físicas enquadradas numa determinada utilização do solo e do ordenamento do território e que estes, por sua vez, desenvolvam a crise ambiental e a destruição progressiva dos recursos naturais ainda disponíveis (PELT, 1991).

Esta evolução tem, no entanto, custos, limites físicos e sociais. A natureza não pode ser modelada impunemente através de uma entidade antropocêntrica orientada pelos objectivos imperativos do progresso e da razão que estão identificados com a racionalidade económica capitalista. Mantendo-se a irreversibilidade deste modelo de desenvolvimento, assistiremos inevitavelmente a um crescendo progressivo da deterioração ambiental a todos os níveis.

Não se pode, porém, racionar como se não persistissem interdependências e complementaridades entre os fenómenos ambientais e os que relevam da realidade sócio-organizacional. Nesse aspecto, assim como somos capazes de observar os efeitos negativos que relevam da ordem social sobre a natureza, interessa, por outro lado, também perceber as incidências que a própria destruição do ambiente tem sobre o modelo sócio-organizacional vigente.

A utilização e a apropriação do solo e as suas articulações com o ordenamento do território, assim como a poluição hídrica e atmosférica, como já referimos, estão bem patentes no processo de urbanização das sociedades.

As configurações sociais e físicas da urbanização traduzem-se num aumento da competitividade e da concorrência interpessoais e intergrupais, dando azo à construção de tipologias de interacção social padronizadas em formas específicas de apropriação e utilização do espaço vital que é imprescindível à vida quotidiana dos indivíduos e colectividades. Essa interacção social torna-se propícia à construção de territórios segregacionais que se identificam com a capacidade competitiva dos grupos e indivíduos e que, por sua vez, permitem a dinamização de uma acção individual colectiva orientada pela força constrangedora da sua representatividades social no contexto da sociedade global.

Por outro lado, a complexidade organizacional resultante das configurações físicas e sociais que emergem da regulação do mercado e do Estado constrange os sistemas de decisão e de controlo da sociedade civil a evoluirem para uma crescente burocratização e centralização. As relações entre os diferentes poderes instituídos, os indivíduos, as comunidades locais e regionais, as sociedades nacionais e transnacionais revelam-se progressivamente conflituais. O paradoxo é no mínimo contraproducente. É no mínimo contraditório que um sistema global, cada vez mais hegemónico e totalitário, crie instituições supra-nacionais, viva vicissitudes de crise ambiental de natureza universal

ocorrência, não consiga legitimar de forma idónea e funcional o seu sistema político.

Finalmente, a regulação e controlo das complementaridades e das interdependências físicas e sociais que subsistem à escala universal revelam-se difíceis de realizar pela entidade Estado-Nação. Em presença da destruição do ambiente gerado pela lógica do desenvolvimento capitalista, o Estado-Nação, enquanto entidade fiscalizadora dos recursos naturais e, por outro lado, gestor e planificador das políticas económicas, revela-se impotente perante a acção estruturante das economias subterrâneas de âmbito nacional e transnacional.

Este aspecto revela-nos que o Estado-Nação e as comunidades nacionais, regionais e locais não têm capacidade política e económica suficiente para adaptarem o ambiente à sua identidade sócio-cultural e fronteiras específicas, conseguindo um a controlo eficiente na utlização e ordenamento dos seus espaços físico e social. No momento histórico actual verifica-se que a regulação do ambiente não é passível de ger dentro dos limites das fronteiras territoriais, institucionais e administrativas do Estado-Nação clássico. Este último não é funcional e idóneo, não tem legitimidade nem poder suficiente para inverter o processo de destruição da natureza.

Depreende-se, por outro lado, que o Estado circunscrito ao espaço nacional tem extrema dificuldade em controlar atempadamente as variáveis sócio-culturais, económicas e políticas em que se apoia o actual desenvolvimento capitalista, de forma a poder inverter os factores relacionais humanos que originam a destruição do ambiente. Nesta assunção, a atomização da acção social das comunidades locais, regionais e nacionais só é explicável pela crescente subalternização e dependência hierárquica que mantêm em relação Estado supra-nacional emergente. O indivíduo, por outro lado, ao ser transformado num puro objecto de produção e consumo de mercadorias com simbologia e proveniência universal, revela-se, cada vez mais, uma entidade amorfa e alienada, o que o leva a comportar-se como uma entidade anómica desprovida de sentido, de participação e decisão em todos os níveis espaciais em que se encontra inserido.

Em presença desta nova configuração mundial estabelecida entre um Estado totalitário e o crescente amorfismo da capacidade das comunidades nacionais, regionais e locais, não é de admirar que as grandes organizações supra-nacionais assumam a liderança dos processos de transformação, controlo e regulação do sistema social global, a fim de inverter o colapso apocalíptico da natureza e a destruição do ambiente provocado pelo desenvolvimento capitalista. O exemplo dos últimos relatórios do Banco Mundial e a Eco-92 do Brasil, organizado sob os auspícios da ONU, é bem a demonstração da impossibilidade e fragilidade da acção do Estado, das instituições, organizações e indivíduos que se inserem nessas escalas sócio-espaciais.

3. POTENCIALIDADES DE UMA ECOLOGIA SOCIAL ANARQUISTA FACE À CRISE DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Como verificámos nos capítulos precedentes, uma parte substancial dos cientistas que abordam as relações do homem com o ambiente, omitem o carácter indissolúvel dessa relação no quadro de categorias conceptuais sistémicas. Assim, tanto encontramos análises que vão no sentido de uma naturalização absoluta e conservadora do homem, referenciando este como uma entidade exclusivamente biológica e natural, perdendo-se dessa forma a sua essência criativa sócio-cultural que se manifesta na capacidade e possibilidade de construir modelos de organização social diferentes daqueles que são próprios às outras espécies animais e vegetais. (MALTHUS, s/d). Num sentido oposto, encontramos análises que estipulam deterministicamente a autonomia da espécie humana em relação ao seu ambiente, transformando-a numa espécie de sociologismo orgânico que se explica de forma específica e autónoma, sem para tal sujeitar-se às contingências da interacção e interdependência com

o meio ambiente (DURKHEIM, 1975) .

É facto que não podemos prescindir de analisar a contribuição de alguns autores que ultrapassaram esta visão dicotómica das articulações e integrações dos espaços social e físico. Desde a década de 1920 que um grupo de investigadores da universidade de Chicago observou e analisou a influência do ambiente sobre os comportamentos humanos, referenciando as formas e conteúdos das configurações espaciais físicas e sociais que decorriam de uma matriz social diversificada corporizada na acção colectiva das múltiplas comunidades e etnias, com identidades sócio-culturais e capacidades concorrenciais e segregacionais específicas. Robert Park, Ernest Burgess, Louis Wirth e outros puderam, desse modo, enveredar por uma abordagem sociológica que permitia percepcionar e explicar o homem e a natureza numa perspectiva ecológica e humana (PARK, BURGESS, McKENZIE, 1967).

Na continuidade desta linha de pensamento científico, hoje, persiste uma abordagem mais sistematizada e enquadrada na crise ecológica da sociedade capitalista ao ponto de alguns investigadores contemporâneos, a partir da década de 1970, desenvolverem um conjunto de postulados teóricos conducentes à criação de uma disciplina denominada *Sociologia Ambiental* e, inclusivé, com intenções de a transformarem num novo paradigma ecológico (CATTON e DUNLAP, 1980).

Estes trabalhos científicos têm indiscutivelmente um grande mérito. Face à crise interpretativa e explicativa dos múltiplos fenómenos relacionados com ambiente, eles tentam averiguar, de forma pertinente, os efeitos perversos mais representativos que emergem da actual crise ecológica do modelo de desenvolvimento capitalista. As suas análises pecam, no entanto, por uma série de limitações e contradições. Circunscrever os problemas da crise ecológica a uma racionalidade populacional e humana, de forma alguma pode-nos permitir culpabilizar e responsabilizar a espécie humana, os grupos e os indivíduos como um todo identitário e homogéneo na sua condição-função de depredadora do equilíbrio ecossistémico. A accção colectiva e individual não pode ser analisada fora do tipo de sociedade em que elas se inscrevem. A ordem social capitalista, com as suas estruturas e modelos institucionalizados de cultura normativa, só legitima relações sociais hierárquicas e de dominação que se identificam com as funções de produção e de consumo de bens e serviços e, logicamente, com o consequente agravamento da crise ambiental.

Por estas razões, essas análises são redutoras. Nestas circunstâncias, torna-se impossível omitir as causas sócio-culturais, políticas e económicas que corporizam o modelo de desenvolvimento capitalista e, logicamente, a sua função estruturante na modelação das estruturas sociais hierarquizadas e de dominação que se traduzem num conjunto de regras e normas tipificadas por comportamentos humanos que, em última instância, determinam os seus padrões de interacção com a natureza. O ambiente é o resultado desse processo interactivo.

Partindo desta perspectiva, observa-se que as contradições e antagonismos subsistentes residem no modelo de produção e de consumo de bens e serviços que acompanha a evolução da racionalidade económica capitalista. Esta é perpassada pela concorrência e competição mercantil e regulada socialmente por estruturas e relações sociais pautadas pela opressão e exploração do homem pelo homem. A personificação dessa realidade é averiguável pela condição-função de classes sociais, estratos sociais, etnias e castas hierarquizadas e estratificadas por escalas de rendimento, prestígio social, poder e posse de riqueza, como também pelas relações sociais de âmbito mais geral personificadas por uma condição/função de nível etário (velho/jovem), sexual (homem/mulher), e social (empregado/desempregado), etc ...

Como não se pode percepcionar a crise do ambiente e da sociedade exclusivamente a partir de uma visão ecológica naturalista, também não nos parece possível fazer o mesmo através de análises centradas num sociologismo com os seus efeitos perversos e disfuncionais.

Em relação ao pensamento de outros autores procura-se associar a crise do ambiente e da

[illegible]dade a partir das características estruturantes da revolução tecnológica em curso e a natureza da [illegible]ão demográfica (FNUAP, 1992). Segundo estes, para superar a actual crise social e ecológica, [illegible]ria reestruturar as tecnologias e adaptá-las ao meio ambiente de modo a torná-las menos [illegible]doras dos recursos naturais e menos poluidoras da biosfera. Se possível, elas deveriam não [illegible] tantas mortes através das diversas guerras regionais e locais e, inclusivé, deveriam adaptar-se a [illegible] circunscritas à saúde e educação e, sobretudo, fortalecer e aperfeiçoar a sua utilização [illegible]tica em métodos científicos anti-concepcionais, de forma a inverterem e/ou estacionarem o [illegible] de crescimento demográfico, miséria e a fome que ocorre na generalidade dos países do [illegible]ério Sul.

Esta hipótese científico-tecnicista que pretende superar as excrecências populacionais mais significativas da crise do modelo de desenvolvimento da sociedade capitalista à escala mundial é, muitas vezes, confrontada outras que têm menor representatividade social: a naturalista-conservadora e a eco-tecnocrática. A primeira procura solucionar a crise do modelo de desenvolvimento capitalista, com um retorno às configurações sócio-históricas do passado, tentando fazer tábua rasa da historicidade dos construídos sociais que foram estruturados por uma matriz sócio-cultural secular. A segunda procura transformar o homem antropocêntrico numa categoria divina semelhante ao poder das máquinas e dos deuses. [illegible], neste caso, a pensar o "homem" como uma realidade omnipotente e omnisciente, com [illegible] e possibilidades ilimitadas de inovação e de mudança em todos os aspectos da vida social [illegible]. Os defensores da sociobiologia dão-nos algumas pistas nos campos da engenharia [illegible] e social (BOOKCHIN, 1990).

[illegible] perspectivas são redutoras e enfermam de um conjunto de contradições. A visão [illegible]-conservadora, que é actualmente personificada pela maioria dos grupos ecologistas, [illegible] o homem enquanto entidade auto-consciente e auto-reflexiva evolui num processo [illegible] da qual é impossível dissociar o presente do passado e do futuro. Todo esse processo é um [illegible] contínuos e descontínuos. Nesta dimensão, só pode ser analisado e interpretado como [illegible] estruturado por factores de natureza reversível e irreversível. A visão eco-tecnocrática [illegible] é possível re-equacionar a relação do homem com a natureza através de uma função [illegible] dos meios técnicos e científicos, atribuindo-se um poder diabólico à espécie [illegible] se esta pudesse assumir um domínio absoluto e arbitrário sobre si, sobre as outras [illegible] natureza (PASSET, 1979). Nesta perspectiva, poderíamos até pensar num [illegible] "mundo novo" personificado por uma espécie humana modelada geneticamente, [illegible], ela mesmo uma capacidade e possibilidade de criar e modelar a natureza [illegible] e semelhança.

[illegible] crise do modelo de desenvolvimento capitalista não se vislumbra que o [illegible] das políticas económicas dos estados, nem a racionalidade económica do [illegible] inverter ou superar essa realidade. Por outro lado, manifestamente, todos [illegible] que se identificam científica e ideologicamente com o paradigma explicativo [illegible] interpretar de forma eficiente e coerente a crise que atravessamos, de [illegible] verificar remediar algumas das contradições e antagonismos da [illegible].

[illegible] histórico do pensamento e da acção social emancipalista, em face dos [illegible] presenciar à escala mundial, surge-nos um dilema ambiental e social de [illegible]. Neste contexto, a ecologia social de características anarquistas tem um [illegible] que urge referenciar e potenciar nas nossas sociedades.

[illegible] lógica de evolução do sistema social global, importa, desde já, referir que a [illegible] uma entidade que evolui através de um processo histórico pautado

pela estruturação de uma auto-consciência progressiva e que, em função das suas capacidades e possibilidades ontológicas, adopta modelos de auto-governação e de auto-organização que a pode racionalmente diferenciar das outras espécies vegetais e animais. É nesta especificidade estrutural ontológica que podemos compreender, em grande parte, a sua evolução gregária no sentido da construção da sociedade, passando de modelos sociais simples para modelos sociais complexos. Os pressupostos da socialização e da sociabilidade humana, nessa assunção, só foram possíveis de concretizar na medida em que o ser humano conseguiu articular-se com a natureza de uma forma dialógica.

Com base nestes princípios básicos, facilmente chegamos à conclusão que as relações do homem com a natureza não são deduzíveis de meras reacções adaptativas contingenciais impostas pelo poder inerente à natureza. A relação do homem com a natureza, neste sentido, não pode apoiar-se numa visão restritiva circunscrita às necessidades da sua sobrevivência material. Enquanto elemento da natureza que interage com milhões de seres vegetais e animais, o homem só pode partilhar e viver nessa mesma natureza como parte de um todo indissolúvel ecossistémico. Assim sendo, esse imperativo crucial só é passível de realizar através da transformação do homem numa entidade auto-consciente e humanizada, com a capacidade virtual e real de construir um modelo sócio-organizacional identificado com a sua essência humanista e emancipalista, alicerçada em relações sociais pautados pela fraternidade e a solidariedade.

Nesta perspectiva, torna-se impossível pensar a ecologia sem alargar a sua dimensão fenomenal ao quadro epistemológico e metodológico da sociadade global em que persistimos. Na estrita medida em que as relações do homem com a natureza são mediatizadas por relações de tipo reflexivo e organizacional, a ecologia, em última instância, é e só pode ser de natureza social.

Integrando-me no princípio tantas vezes já demonstrado de que é possível racionar e agir de uma maneira radicalmente diferente a que estamos habituados, a tragédia da crise social e ecológica que vivemos é passível de ser superada. Neste sentido, para tornar operacional o conceito de ecologia social, enquanto fenómeno de auto-consciência, de auto-governação e de auto-organização do ser humano, somos constrangidos à admissibilidade da exigência de uma transformação radical da sociedade em que persistimos (KROPOTKINE,1906; BOOKCHIN,1976). Essa transformação radical da sociedade capitalista à escala universal implica a desestruturação da organização social, política, cultural e económica baseada em relações sociais hierarquizadas e na dominação. Ela passará, ainda, por uma redefinição radical do homem em relação à natureza, o que implica a criação e a dinamização de novos padrões de interacção social, tipificados por comportamentos humanos conducentes à manutenção e regulação de um novo equilíbrio ecossistémico assente na biodiversidade das diferentes espécies animais e vegetais (BOOKCHIN, 1976).

De maneira a dar forma e conteúdo a essa exigência de transformação radical da sociedade capitalista e, por conseguinte, do seu modelo de desenvolvimento, o projecto de sociedade de ecologia social anarquista deve apoiar-se essencialmente na criação de eco-comunidades às escalas local, regional, nacional e transnacional. A integração e a articulação dessas realidades singulares estruturar-se-ão num sistema global de relações sociais fraternas e solidárias através de uma rede orgânica coordenada e regulada por laços federativos e confederais à escala universal. É uma alternativa de sociedade que supera os antagonismos e contradições da exploração e opressão capitalista, mas que também supera as causas e os efeitos perversos de um conjunto de factores: centralização, burocratização, concentração e complexidade organizacional e social; inexistência de participação e de decisão dos indivíduos e grupos nas colectividades e sociedade; desintegração e anomia social.

O quadro epistemológico e metodológico da ecologia social tem as suas raízes históricas nos princípios e práticas do anarquismo. Essa plausibilidade é pacífica de demonstrar através dos indícios de certas experiências históricas já realizadas (Comuna de Paris- 1871, Revolução Russa-1917-1921,

Guerra Civil em Espanha-1936-1939, etc...) como, ainda, é personificada pelas obras de alguns autores anarquistas mais emblemáticos: Proudhon, Bakunine, Kroptokine, Malatesta e, recentemente, Murray Bookchin. Hoje, a ecologia social baseada nos princípios e práticas anarquistas, que tem sido analisada e dinamizada desde o século XIX, revela-se reforçada nas suas potencialidades históricas, nos domínios científico e social, a partir de várias dimensões.

Em primeiro lugar, a dicotomia que subsiste entre a cidade e o campo chegou ao extremo de um processo sem fim. As cidades, enquanto construídos sociais gigantescos, transformaram-se progressivamente em objectos de desintegração e segregação social, de violência, de marginalidade social e alienação. Por outro lado, revelam-se um mundo de miséria e de promiscuidade física e moral, onde pessoas, objectos, resíduos sólidos, líquidos e gasosos se confundem e atrofiam num universo que caminha inexoravelmente para uma catástrofe ecológica (MUMFORD, 1982). Perante o seu gigantismo, complexidade sócio-organizacional e irreversibilidade destruidora dos aglomerados urbanos, os habitantes que neles vivem, estando desprovidos do exercício de uma cidadania plena, não participam, não concebem, nem planeiam, nem decidem sobre o governo e a gestão das suas cidades.

Para a ecologia social anarquista impõe-se criar as condições sócio-organizacionais que possibilitem extinguir progressivamente os actuais aglomerados urbanos, de forma a tornar compatíveis as articulações e regulações da organização dos espaços físico e social e, por conseguinte, viabilizar as hipóteses de construção de um equilíbrio harmonioso entre o homem e a natureza e permitir o restabelecimento da biodiversidade ecossistémica. As cidades devem configurar-se em comunidades populacionais geríveis no sentido da sua auto-governação e auto-organização. Quer em relação aos equipamentos colectivos, quer no tocante a infra-estruturas, produção e distribuição de bens e serviços, etc..., sem excepção, devem ser objecto de uma auto-regulação confinada à soberania do agregado populacional urbano. Todos os aspectos económicos, sócio-culturais e políticos estão integrados nesse processo de modo harmonioso, estando os habitantes, das respectivas comunidades urbanas, dotados de uma acção social inteligível e construtiva. Acima de tudo, ela é soberana em todos os aspectos relacionados com a decisão e a participação nas múltiplas funções e tarefas que estão envolvidas na cidadania urbana.

Essas comunidades urbanas não podem atingir uma dimensão populacional que ponha em causa a soberania dos seus habitantes. Os princípios e as práticas da democracia directa, implicam que as relações sociais sejam vísiveis e directas e os pressupostos relacionais de toda a organização social não se [illegible] com funções e tarefas assentes na hierarquia de uma hipotética autoridade formal. O poder de decisão sobre toda a governação e gestão das cidades está nas mãos dos habitantes da cidade. Indivíduos e grupos interagem no sentido da sua liberdade específica, tendo sempre presente que existe a liberdade dos outros e que as próprias comunidades urbanas livres são a sua síntese genuína. As relações sociais informais atravessam todo o tecido social urbano, submentendo as funções de coordenação e regulação de tipo formal a uma reversibilidade e rotatividade sistemática.

Neste aspecto, certas virtualidades intrínsecas do campo que ainda perduram, pode-nos servir de exemplo. Para tal, basta observá-lo como espaço potencial de recursos naturais e, por outro, como modelo hipotético de organização social estruturado por relações e interacções sociais baseadas no interconhecimento, na concepção, decisão e participação das pessoas no quadro da sua vida quotidiana e comunitária. Isso, no entanto, não obsta a que a actual realidade sócio-organizacional, económica e política do espaço rural tenha também que sofrer uma transformação radical.

Com virtualidades específicas próprias, o espaço rural deve ser concebido e construido num sentido sócio-organizacional autónomo e equilibrado. Enquanto contexto particular inserido numa realidade sócio-organizacional global só pode subsistir numa base de complementaridade e de interdependência com o espaço urbano. As comunidades rurais não podem ser o prolongamento lógico da estruturação unidimensional imposta pela urbanização capitalista. Na medida em que as

comunidades rurais tem menor complexidade sócio-organizacional, só nesse capítulo se pode diferenciar das comunidades urbanas. A auto-suficiência economica, sócio-cultural e política traduzir-se-á inevitavelmente numa realidade semelhante àquelas que se desenvolvem nos contextos considerados urbanos.

Em segundo lugar, a oposição que subsiste entre o Estado e as diferentes comunidades urbanas e rurais deriva de um sistema hierárquico centralizado e burocratizado. São relações de coordenação e de controlo dos indivíduos e das colectividades legitimadas pelo uso da função repressiva da jurisprudência e da coação física das instituições militar e policial. Simultaneamente, a própria manutenção do Estado implica que o mesmo exerça uma espoliação sistemática dos recursos humanos naturais, financeiros e humanos que pertencem, em geral, à sociedade civil, às comunidades locais e regionais e, particularmente, aos indivíduos.

O Estado, para além disso, transformou-se num aparelho burocratizado e totalitário através das suas funções de representatividade social e de autoridade formal, no exercício tutelar das actividades políticas, sócio-culturais e económicas. Esse facto, levou-o a distanciar-se e a oprimir a sociedade civil que "legitimamente" dirige e representa. Tornou-se inútil e disfuncional, mas simultaneamente demasiado perigoso, na medida em que mantém nas suas mãos poderes discricionários absolutos que resultam na utilização massiva de meios tecnológicos e militares sofisticados. As guerras fomentadas pelos estados levam à destruição irracional de recursos humanos e naturais. Elas atingem proporções inauditas, ao ponto de revelarem-se catrastóficas para a sobrevivência da própria humanidade.

Tudo isso é explicável, segundo aqueles que defendem a perpetuação do Estado, porque os indivíduos e as respectivas comunidades não são capazes de se auto-organizarem e auto-governarem. No sentido da perspectiva de Hobbes, o homem transformar-se-ia em lobo do próprio homem. Na ocorrência, os indivíduos e os grupos criaram e desenvolveram o Estado.

É no mínimo uma posição que não se coaduna com a realidade. Hoje, os fenómenos de desintegração e marginalidade social são genuinamente efeitos perversos de causas que residem na função e acção do Estado. Olhe-se para o exemplo da droga e da violência que perpassam as sociedades actuais. A polícia, os tribunais, os serviços de saúde e educação actuam no sentido de eliminarem e controlarem esses "flagelos" da sociedade. No mínimo são medidas aberrantes para um Estado e uma sociedade que funciona nos parâmetros da lógica da racionalidade mercantil. Se a droga e o crime são objectos de compra e venda deduzida da liberdade dos indivíduos no espaço do mercado. Se os mesmos estão em consonância estreita com a racionalidade dos meios e dos fins para se obterem lucros, não se compreende porque é que o Estado e as suas instituições são chamados a intervir nesse processo.

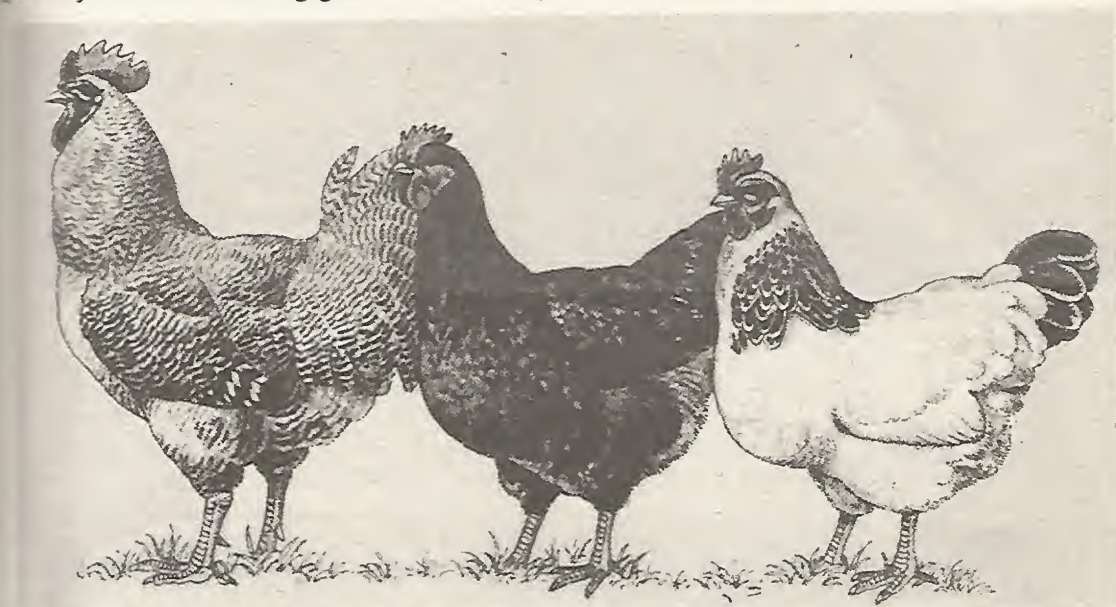
No fundo, a função e a acção do Estado confina-se a controlar e a reprimir indivíduos e grupos que não pensam, não decidem, nem reflectem sobre as suas vidas em termos autónomos e livres. O que o Estado controla e reprime são indidivíduos e grupos amputados de uma motivação assente em princípios e práticas fundamentados na liberdade, fraternidade e na solidariedade. No sentido amplo, a plausibilidade da erradicação hipotética da droga e do crime, passa previasmente pela destruição das suas causas: o Estado.

Em oposição a essa realidade estatal, as comunidades e colectividades de âmbito local e regional têm capacidades e possibilidades de auto-organização e de auto-governação superiores ao Estado. São entidades capazes de reflectir e organizar os recursos naturais e os recursos humanos com maior facilidade (CASTORIADIS, 1990).

Com relações sociais baseadas no interconhecimento e uma identidade com o meio ambiente, torna-se possível produzir, distribuir e consumir bens e serviços em termos harmoniosos. Todas as relações internas e externas dinamizadas pelas diferentes colectividades devem ser pautadas com base na reciprocidade e igualdade, extinguindo-se as razões da trocas baseadas no lucro, na opressão e exploração do homem pelo homem. Nesta assunção, pode-se prescindir do Estado e de outras

[illegible]ções, na estrita medida que à escala espacial local, regional, nacional e transnacional, os indivíduos, grupos e colectividades diferenciadas assumiam uma soberania plena numa federação universal de povos e etnias.

Em terceiro lugar, os modelos de produção e de consumo centrados nos sectores industrial e terciário tendem a destruir progressivamente as virtualidades reais do sector agrícola e, simultaneamente, desenvolvem assustadoramente a destruição do meio ambiente e, naturalmente, a desintegração do tecido social através da marginalidade social e do desemprego.

Nunca é demais referir que as causas dessa evolução radicam essencialmente no modelo de desenvolvimento capitalista apoiado numa racionalidade económica que se alimenta de uma competição e de uma concorrência mercantil desenfreada. Esta lógica normativa só pode manter-se com a produção e o consumo gigantesco de bens e serviços.

No entanto, o crescendo progressivo desse processo chegou a um paroxismo tal que o homem, enquanto entidade produtora e consumidora de objectos, destruiu milhares de espécies, esgotou os recursos naturais, transformou a matéria orgânica em matéria inorgânica de forma absurda e está, simultaneamente, a auto-destruir-se como ser humano. O risco é, portanto, duplo. Destrói-se a Terra e os seres que nela vivem e desintegram-se as estruturas sociais que compõem as sociedades. O retorno a um equilíbrio entre os sectores agrícola, industrial e terciário implica que os modelos de produção e de consumo deixem de estar orientados e submetidos aos imperativos do lucro, da concorrência e da competição entre os seres humanos (GORZ, 1991). O mercado e o Estado funcionam como entidades externas dos interesses e motivações dos indivíduos e grupos que compõem a sociedade capitalista. São eles que decidem, em última instância, como se produz, consome e distribui a riqueza. Ou seja, quem trabalha, quem não trabalha. Quem é rico ou pobre. Quem detém poder ou não.

Para os indivíduos e grupos que vivem nas actuais sociedades, torna-se imperioso extinguir as funções e as estruturas de socialização e de sociabilidade dos indivíduos e grupos, cuja proveniência decorre da racionalidade económica capitalista e do Estado. A autogestão da produção, da distribuição e o consumo de bens e serviços, estritamente identificada com as necessidades soberanas

dos indivíduos e colectividades inseridas nos diferentes espaços locais e regionais à escala universal, revela-se, nestas condições, cada vez mais, pertinente. A participação e a decisão dos indivíduos e grupos em todo o processo autogestionário desenvolve-se harmoniosamente. A democracia directa impõe-se como modelo relacional básico, dando lugar a que todos os indivíduos e grupos tenham uma participação e decisão efectiva em todos os aspectos do funcionamento interno e externo das colectividades em que estão inseridos. A autogestão torna-se uma função pacífica de socializar entre todos os membros das diferentes colectividades, na medida em que a sua essência intrínseca apela à criatividade, à espontaneidade, à liberdade e responsabilidade de todos os indivíduos. Por outro lado, a autogestão de características anarquistas induz a que persista uma identidade real entre o produtor, o consumidor e o homem trabalhador.

Como consequência lógica dessas hipóteses, haverá que olhar para a natureza como a mãe de tudo aquilo que se produz e consome. A depredação do ambiente e apropriação e utilização de bens e serviços como objectos efémeros, como inclusivé o desperdício e o lixo que resultam das diferentes actividades humanas terão que ser totalmente reestruturados, ou substancialmente extintos, de forma a reencontrar o equilíbrio entre o homem e a natureza. O ordenamento do território e a utilização do solo, os equipamentos colectivos e as infra-estruturas, tecnologias, etc, serão sempre expressão de um modelo de produção e de consumo que se orienta e traduz em práticas humanas pautadas pela solidariedade e o apoio mútuo, onde coexistem a liberdade individual e social, mas onde também a criatividade e a responsabilidade estarão sempre presente.

Finalmente, a organização social, económica, política e cultural identificada com os parâmetros da ecologia social anarquista terá que generalizar-se à escala universal e estruturar-se organicamente em termos autogestionários e federativos. Qualquer hipótese de emergência organizacional centralista ou burocrática, neste contexto, não se afigura plausível, na medida que a força estruturante das múltiplas colectividades, grupos e indivíduos federados nas diferentes escalas espaciais assumem uma soberania plena. A motivação e a identificação entre o homem e a natureza, neste âmbito, assume-se a uma escala universal. Bens e serviços, recursos naturais, florestas, rios, mares, etc.., fazem parte de um todo indissolúvel, que não pertence a uma colectividade específica, mas a um legado indelével da natureza e da comunidade universal.

Mais de qualquer outra razão e mais além de qualquer pressuposto realista da sociedade capitalista, é na sua essência universal e emancipação humana que o anarquismo se fundamenta. Assim sendo, há espaço interventivo de construção social sustentado pela auto-organização dos indivíduos e dos grupos, com uma interacção social suficientemente capaz de apoiar-se no interconhecimento e na democracia directa e dinamizar, por essa via, uma auto-consciência e um auto-governo corporizados em acções individuais e colectivas identitárias nas múltiplas colectividades que compõem a sociedade global.

As diferentes colectividades, grupos e indivíduos localizadas aos níveis espaciais local, regional, nacional e transnacional, opor-se-ão ao centralismo burocrático e repressivo do Estado-Nação e do imperialismo das entidades estatais supra-nacionais. Elas têm virtualidades que podem-se tornar reais. Através dos indivíduos, grupos e movimentos sociais podem-se difundir práticas, teorias, manifestações, etc..., que decorrem de um projecto de sociedade anarquista. Mais do que nunca, as hipóteses de auto-organização e auto-reflexão no sentido da libertação da espécie humana impõem-se.

Na medida em que toda a acção individual e colectiva inserida nos espaços locais, regionais, nacionais e transnacionais são progressivamente mais interdependentes e complementares, a construção de sínteses no âmbito do espaço mundial revela-se fulcral. Essa virtualidade, tantas vezes considerada utópica, pode tornar-se real. Hoje, podermos pensar e praticar a anarquia como algo natural e do domínio do possível. É pacífico começarmos a construirmos um movimento social suficientemente forte de forma a darmos início à extinção da sociedade em que persistimos. Para isso,

SOCIEDADES DA MISÉRIA E MISÉRIAS DA SOCIEDADE
VIAGEM NA MINHA CIDADE

Eis que o bom tempo chegou. Fortuitos presságios da Primavera, dizem os entendidos. Aproveitando a manhã soalheira, dum sábado geralmente dorminhoco, passeio por Lisboa, minha cidade natal.

Desloco-me primeiro de carro, depois a pé e, por entre os mais diversos transeuntes atarefados nas suas lides consumistas, ou simplesmente passeando, isolados ou em grupo, a aproveitar o inesperado intervalo dos antecedentes quotidianos escuros e chuvosos, "tipo CEE", encontro homens, mulheres e crianças que rogam ajuda para a sua sobrevivência. Os primeiros de que me apercebi estão acampados debaixo da imponente estrutura de betão que suporta os pilares da Ponte 25 de Abril. Os homens conversam sentados contra as tábuas, que constituem juntamente com o frio cimento o frágil abrigo que lhes foi possível construir, onde todos pernoitam. As crianças, brincam, entre os tufos de relva, enquanto as mulheres estendem a roupa.

Mais adiante, junto dos semáforos, dois rapazes, sujos, desgrenhados e de barbas hirsutas, munidos de esponjas, oferecem os seus serviços aos automobilistas. "É p'ra droga, não levas nada" ouço dizer ao meu vizinho ocasional, no carro parado ao lado.

Arranco e dirijo-me à zona Oriental, Cais do Sodré, Terreiro do Paço e zonas adjacentes. Pululam arrumadores de carros de ocasião, jovens sujos, desgrenhados, que mendigam uns cobres. Paragem em semáforo é ocasião escolhida por outros para abordar e pedir ajuda aos automobilistas. Não só os "limpadores", como observara em Alcântara, mas também, homens, mulheres e crianças que imploram aos motorizados. Quase sempre, dizem, a esmola é destinada a comida.

Passada a Estação de Sta. Apolónia, a miséria humana é sobretudo manifestada em imagens de indivíduos que se abrigam em barracas nas colinas adjacentes e em edifícios arruinados. À medida que nos aproximamos da zona da futura implantação do faraónico projecto "Expo 98", à miséria humana e urbanística outra se junta, as fábricas e os armazéns abandonados que somados aos bairros de barracas e casas em ruínas nos permitem, sem custos adicionais, apreciar uma tétrica situação, fácilmente designável por "Expo 95".

Regresso ao centro pelo Alto de S. João. Enormes "conjuntos habitacionais" constituídos por barracas e casas degradadas saltam à vista do mais míope dos observadores.

Ao entrar na Morais Soares voltam os "limpadores dos semáforos". Jovens e menos jovens toxicodependentes arrastam-se pelos passeios. O supermercado da droga da Curraleira é ali bem perto.

Passada a Pr. do Chile, inundada de pedintes, desço a Almirantes Reis. A prostituição campeia, braço a braço com a miséria. Por fim largo o carro na Av. da Liberdade, que desço a pé. Os bancos das placas ajardinadas estão, na sua maioria, ocupados por homens e mulheres andrajosos, munidos de gordos sacos de plástico. São gente sem casa, que dorme onde calha, arrastando os seus escassos haveres. Na montra de um stand de automóveis, abrigado pela pala, sobre o selecto mármore exterior à vidraça ampla, dorme ainda, sobre cartões, um homem de meia idade e longas barbas grisalhas. Um saco serve-lhe de travesseiro, outro comprime-se contra a montra que separa o seu corpo mirrado dos luxuosos automóveis, resplandecentes sob intensos focos de luz.

[illegible] pelos Restauradores, atravesso o Rossio e a Praça da Figueira. Neste percurso sou abordado [illegible], por pedintes que, muitas vezes exibindo malformações físicas ou cartazes diversos, [illegible] a nossa atenção, o nosso auxílio para as suas desgraças.
[illegible] Rossio, sob as arcadas do teatro D. Maria e ao seu redor, largas dezenas de Africanos [illegible] entre si, em pequenos grupos. Fazem parte do contigente de "novos escravos" que todas as [illegible] bem cedo, para ali se deslocam em busca de trabalho. Os traficantes de mão-de-obra [illegible] no local braços que se vendem barato, para trabalhar à jorna nas obras e outras áreas de [illegible] da Grande Lisboa, onde o deus capital se alimenta do humano petisco.
[illegible] Martim Moniz, por entre um emaranhado de carros guardados em redil, ao fugir à agressiva [illegible] passeio o olhar em volta e deparo, ao virar-me para lado do Hospital de S. José, com duas [illegible] tendas armadas contra os muros de suporte. Ali se abrigam seres humanos.
[illegible] pedintes e vendedores de coisas mil, em delicados exercícios de sobrevivência, entro na [illegible] Metropolitano: apanho o primeiro comboio - destino Lumiar, anuncia o cartaz luminoso.
[illegible], até chegar a Entre-Campos, onde dirijo os passos errantes, sou assediado por mais 4 [illegible] Um, ainda jovem, toca gaitinha de beiços e pede por gestos, outro, idoso e relativamente [illegible] exibe uma perna cheia de ligaduras enquanto mendiga "alguma coisinha", uma mulher [illegible] gorda canta fados da Amália, com voz estridente, enquanto estende a mão aos passageiros. [illegible] da saída surge um homem, ainda novo, que pede encarecidamente que lhe dêm qualquer [illegible] alimentar os 2 filhos, grita que está desempregado e não tem dinheiro.
[illegible] na rua dirijo-me à esplanada do Jardim do Campo Grande. Enquanto vou reflectindo [illegible] descida aos infernos, no que se passa na minha cidade, no país todo, afinal, sou abordado [illegible], cauteleiro de ocasião. Apesar da minha passada rápida por entre as áleas do jardim,

acompanha-me durante algum tempo. Insiste em vender-me "a Taluda", e ao saber que não jogo inquire surpreendido "Mas você não é Português?" Sento-me, finalmente, na almejada esplanada. Quando me preparo para beber um café surge-me, não sei como nem de onde, o Henrique, velho vagabundo das minhas relações.

Convida-se a sentar e pergunta-me o que é que pago. Já satisfeito o pedido do galão e do bolo, e após as saudações da praxe, quer saber porque me encontro ali.

Digo-lhe a verdade. Estou esmagado perante a miséria que dia a dia cresce nesta cidade, no país, no mundo. Sob as formas mais dissimuladas ou descaradas, ela aí está, a miséria, as carências, a ocultação das dificuldades, a fome encoberta e às claras, a ignorância, os maus tratos, as doenças, com as consequências "naturais", a pedincha, os biscates, a prostituição, os pequenos e grandes roubos. Tudo isto acompanhado pela ostentação, o prazer do supérfluo, as necessidades artificiais, a arrogância, a indiferença pelo próximo, a pesporrência dos iluminados, o egoísmo, em suma, a outra face da mesma moeda da exploração e desigualdade.

"Lá isso é verdade", responde o Henrique, desempregado de longa duração, "mas miséria sempre houve". "Também sei isso, mas tu, que andas nas ruas, não achas que agora as coisas estão piores?" quero saber eu.

"Sim, miséria como se vê hoje, a todos os níveis, nunca vi, e olha que eu já vi muita coisa", retorque o Henrique.

Henrique é, devo dizê-lo, uma sólida testemunha do processo. Aos 45 anos, depois de uma vida de trabalho, necessidades e poucas esperanças, viu-se reformado compulsivamente das oficinas da Carris, com uma insignificante reforma. Homem com algumas leituras, sabe-se exprimir e "pensa muito nas coisas", segundo a sua expressão, mas as necessidades obrigam-no, desde há 15 anos a viver ao "Deus dará" pelas ruas mendigando e fazendo, às vezes, um ou outro biscate.

"Sabes", diz-me o Henrique em voz grossa, despertando-me das minhas elocubrações, "eu acho que isto vai ser cada vez pior, aqui e em toda a parte. Pelo menos é o que me parece. Enfim sempre assim foi e há-de ser, o que é que se há-de fazer, não é?"

"Acho que tudo poderia ser diferente", respondo-lhe eu vagarosamente, mais interessado em usufruir a esplêndida manhã do que enveredar por análises sócio-económicas.

"Não pareces nada convencido do que dizes, de facto nem dá para perceber o que se passa à nossa volta quanto mais coisas complexas como a crise, por exemplo. No meio disto cada um que se safe. Também, diz quem sabe, não há dinheiro para investir em tudo e as coisas já estão a melhorar, pode ser que com tempo nós, os pobres, melhoremos. O que é que se há-de fazer?"

A resposta do Henrique, desperta-me súbitamente do meu torpor. Respondo-lhe, "Sabes, Henrique, a crise não chega a todos e tem as suas razões. Porque achas que os capitalistas investem?" "Para obter lucro, é claro", responde-me de imediato. A expressão irónica e peremptória do Henrique espicaçou-me. Disse-lhe então o que sabia e o que penso sobre a acumulação do capital, a famosa crise, as suas origens e as suas consequências.

O MUNDO EM QUE VIVEMOS

A necessidade de obtenção do lucro, a segurança no investimento leva, inevitavelmente, os possuidores de capital, pequenos, médios e grandes, a desenvolverem os máximos esforços para encontrarem as melhores oportunidades. A concorrência entre os diversos capitalistas leva, nos dias de hoje, por um lado à concentração e criação de grupos económicos gigantescos que dominam toda a economia mundial e, por outro, à inovação tecnológica constante e ao crescimento de mercados cada vez mais abertos e exigentes e à concorrência feroz por parte dos novos produtores.

A inovação tecnológica permite, por exemplo, colossais aumentos de produtividade, a revolução nos sistemas de informação e facilita a deslocalização de indústria e serviços.

...erida inovação associa-se à política de mercado aberto, com o Acto Único, o Tratado de ..., a criação da NAFTA (zona de comércio livre entre Canadá, E.U.A e México) e novo ... do GHTT (liberalização do comércio e tarifas) com o fim do proteccionismo, e à emergência ... competição desenfreada entre os diferentes sectores e regiões, que apoiados nos Estados ...os procedem a uma busca constante pela manutenção e aumento das quotas de mercado.

... das consequências desta luta pela procura do lucro e segurança do capital é a deslocalização ...rias para os chamados novos países industrializados.

... período em que a taxa média de lucro, devido aos colossais investimentos e à feroz ...ncia, têm tendência para diminuir o slogan é "redução dos custos", ou dito d'outro modo, "os ... que paguem a crise".

..., a par de outras formas de que falarei adiante, uma das respostas encontradas é proceder ao ...ento de empresas nos países de maiores custos salariais, sobretudo Europa e E.U.A/Canadá, e ...-las nos países de baixos custos, tanto salariais como outros (Ambientais, Protecção Social, ...ade, etc.), particularmente no Extremo - Oriente mas também noutros mercados, como alguns ... Latino - Americanos.

... consequências saltam à vista se considerarmos que, com a completa globalização da economia, ... mercado aberto, no mercado de emprego, os 350 milhões de trabalhadores das nações ...alizadas ganham, em média, 2.860$00/hora, enquanto 1.200 milhões de trabalhadores das ... nações ganham, em média, entre 160$00 a 320$00/hora.

... efeitos produzem-se a dois níveis, por um lado através da implantação massiva de novas ...as nos países de baixos custos, particularmente no Extremo-Oriente. Hoje assiste-se a coisas ... esta, uma empresa faz a investigação nos E.U.A, design na Itália, produz na China e exporta ... todo o mundo a partir de Holanda. Com qualidade igual e custos de produção muito menores, ...ricas ditas ocidentais, nascem como cogumelos no Oriente Asiático, produzindo práticamente .... Esta especialização leva, por seu turno, a crescentes dificuldades nos diversos países, que não ...guem reter ou atrair os capitais, ou, como dizem os teóricos do sistema, "países que ainda não ...traram a sua especialização". Daqui às tensões entre os Estados vai um passo muito curto.

...do isto e muito mais eu poderia ter dito ao Henrique, mas o Henrique e todos os Henriques ... país e do mundo são mantidos na ignorância das origens, causas e consequências da luta feroz ... se trava entre os capitalistas de todo o mundo pela conquista do máximo quinhão de riqueza ...vel. Enquanto lhes acenam com miríficas amanhãs radiosas, que jamais alcançarão, os pobres e ...çados do mundo retiram uma parte ínfima da riqueza produzida. Desse bolo, a capitação dos ...dentes é infinitamente superior às migalhas que tocam aos pobres e excluídos.

...e lermos o último relatório do PNUD ficamos a saber que no nosso planeta 4/5 da população ...ial (mais de 4,3 mil milhões de pessoas) têm um rendimento de apenas 15 por cento da riqueza ... produzida no mundo, e desses 4,3 mil milhões de pessoas, mais de 1.000 milhões têm apenas ... viver, menos de 1 dólar (150$00) por dia, isto é, as 1.000 milhões de pessoas mais pobres do ...eta (mais de 20% do total da população) recebem apenas 1,4 por cento da riqueza mundial. ...vés do mesmo relatório constata-se, também, que as 20% mais ricas pessoas do planeta vivem ... 84,7% da riqueza produzida em todo o mundo.

Mas deve-se salientar que a tendência é de agravamento desta situação. Mesmo nos países ...strializados e mais ricos o desemprego, a miséria e a exclusão social aumentam.

O desemprego abrange actualmente, nos 25 países mais ricos (os da OCDE), 35 milhões de ...oas, não incluídos aqui os sub-empregados e aqueles que possuem emprego precário.

Além disso os salários tendem a reduzir-se. Os empregos criados são, na maioria dos casos, pior ...ibuidos e possuem pouca estabilidade, isto tudo para responder às necessidades do capital. Um ...mplo claro é o dos E.U.A, onde se cria muito mais emprego do que na Europa, mas onde as ...dições têm vindo a agravar-se.

Entre 1973 e 1992 o poder de compra dos operários norte-americanos caiu 15 por cento. O pico ... salário real do trabalhador norte-americano foi atingido em 1976, com 24.000 dólares; 16 anos

depois estava em 23.000 dólares. Entre 1980 e 1982 o salário bruto norte-americano reduziu-se 8 por cento.

Segundo afirmações do Presidente do Chile, a propósito da Cimeira Social de Copenhaga, o desemprego aumenta no mundo. Segundo as Nações Unidas, a taxa média de desemprego atingiu 8,4 % em 1994. Na Europa Ocidental atingiu 12 % e na Europa Oriental 15 %.

Cinquenta por cento dos pobres no mundo vivem na Ásia Meridional e 15 % na Ásia Oriental. Sete por cento da população urbana da América Latina está desempregada.

Mas estes números não dizem tudo. Não dizem, por exemplo, que os países dependentes, eternamente em via de desenvolvimento, que viram, há séculos, as suas civilizações esmagadas pelo colonialismo e hoje são levados a entrar em marchas forçadas no mercado global, assistem à destruição dos seus modelos sócio-económicos, substituídos por apêndices dos grandes grupos industriais, com benefícios para os oligarcas locais e escassas camadas de assalariados. A grande maioria sobrevive em empreendimentos de "ocasião", ou vegeta na economia paralela. Assim se compreende que 800 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 1/3 da mão-de-obra disponível no mundo não tenha emprego produtivo. Deambulam à procura de trabalho ou vivem o dia-a-dia, em luta pela sobrevivência, no sub-emprego, na economia paralela e na marginalidade.

Esta economia paralela é, por seu turno, indispensável à economia oficial, que reproduz mimeticamente e alimenta e é alimentada com trabalhadores, mercadorias e capitais. A economia subterrânea, dos tugúrios, pequenas fraudes e trabalho clandestino, constitui o alicerce em que se assenta a economia oficial, dos arranha-céus, da coerção jurídica e da gestão sofisticada. Os múltiplos canais e conexões existentes entre ambas, as múltiplas interacções estabelecidas, tornam-nas, afinal, as duas faces de uma única moeda - a da exploração total, de que dificilmente escapam os humanos e a natureza, onde quer que se encontrem.

Com a tendência ao agravamento a que se assiste, calcula-se que os actuais 1.100 milhões de pobres do planeta verão o seu número aumentar, no fim do século, para 1.300 milhões.

A generalização da pobreza em vários países tem provocado aumentos de fluxos de emigração. A desintegração social e a busca de meios de sobrevivência pressionam a deslocação das pessoas. Assiste-se hoje em dia à fuga dolorosa de milhões de pessoas. Migrações do campo para a cidade, gerando subúrbios gigantescos de miséria, em torno do núcleo urbano onde o capital concentra as suas indústrias e serviços, arrastam milhões de pessoas, em condições em geral infra-humanas, na busca constante de emprego, de qualquer rendimento que lhes permita sobreviver, seja na economia formal ou na paralela.

Esta é a situação vulgar das cidades em crescimento no chamado "3º Mundo", mas também nos países industrializados, com formas mais ou menos acentuadas. Isto acontece com as clássicas consequências no modo de vida (lastimável) das populações. Repare-se na situação portuguesa onde, a par de milhares e milhares de habitações e campos desertos do interior, se assiste à concentração dos habitantes ao redor de Lisboa e Porto, onde cerca de metade da população se aglomera, em condições, na mais das vezes, deploráveis.

A lógica do capital com a sua sociedade hierarquizada, o fomento de polos económicos geradores de riqueza, com a concentração de meios tecnológicos, políticos e administrativos, gera, necessariamente, a concentração e a subordinação, ao invés da harmonia, da autonomização e da descentralização à escala humana.

A par destas migrações para a cidade aumenta a migração de um país para outro, evidenciando quanto as fronteiras estão ultrapassadas.

No mundo, todos os anos um milhão de seres humanos procura a emigração permanente e outro milhão busca o asilo político. Os estrangeiros residentes representam 8 % da população norte-americana, 16 % da australiana e 4 % da europeia.

São os recursos dos emigrantes que permitem a muitos países adquirir bens importados, quantas vezes supérfluos. A exemplo do que acontece com os portugueses, hoje em decréscimo devido à

[illegible] nos países de acolhimento de grande parte dos emigrantes, também outros países pobres têm [illegible] recursos dos emigrantes parte importante das suas divisas.
Na Turquia, por exemplo, os recursos anuais dos emigrantes representam o dobro do montante [illegible] em "ajudas ao desenvolvimento". Na India, em Marrocos e no Paquistão, representam mais [illegible] terço.
[illegible] países ficam privados dos seus melhores quadros, que emigram em busca de outras [illegible] nos países industrializados.
[illegible] entre 1985 e 1990 a África perdeu 60.000 gestores médios ou superiores, no Ghana 60 % [illegible] médicos formados nos anos 80 sairam depois, e em vários países da América Latina a taxa de [illegible] de licenciados anda à roda de 20 %.
[illegible] capital dos países industrializados beneficia, deste modo, do abastecimento de técnicos [illegible] veis à sua manutenção e reprodução, sem custos com a sua formação. Assim, entre 1972 e [illegible] E.U.A receberam 145.000 cientistas "exportados" pela India, Filipinas, China e Coreia do [illegible]
[illegible] último relatório do PNUD, destaca-se como obstáculo ao desenvolvimento humano o [illegible] da dívida externa. De facto, inúmeros países, em particular os chamados "em via de [illegible] mento", foram assediados pelos bancos gigantes e outras instituições financeiras [illegible] is, onde se acumulam os resultados monetários alcançados com a exploração global de [illegible] de trabalhadores, de nações inteiras, os quais, no seu conjunto, constituem gigantescos [illegible] de agiotagem, no sentido de contrair empréstimos destinados a investimentos [illegible] mentistas. Atraídos por juros mais acessíveis, as classes possidentes desses países, [illegible] pelo Estado, contraíram colossais empréstimos junto dessas instituições, destinados a [illegible] na maior parte dos casos, investimentos em obras públicas e produções, as mais das vezes [illegible] mente inúteis para a satisfação das necessidades locais, de que esperavam retirar benefícios [illegible] espoliação das riquezas autóctones e a exploração das populações locais, "promovidas" a [illegible] ao serviço de uma causa de desenvolvimento "patriótica".
[illegible] e outros slogans àparte, as classes possidentes nacionais retiram sempre maiores ou menores [illegible] de acordo com a sua situação na hierarquia social e a relação de forças com os detentores [illegible] económico e político dos países do centro industrializado. Subordinado à lógica de [illegible] de capital dos poderosos do centro, este modelo soçobrou quando, devido aos conflitos [illegible] grupos que abocanham maioritariamente os lucros nos vários Estados industriais, a [illegible] padrão, geralmente o dólar, e as taxas de juro de empréstimo sofreram enormes subidas.
[illegible] crescimento rápido e gigantesco da dívida externa desses países tem como contrapartida [illegible] a imposição de medidas correctoras por parte do F.M.I, Banco Mundial e outras [illegible] instituições", que impõem todo o género de austeridade no consumo desses países, [illegible] do fomento de medidas geradoras de resultados positivos, para poderem assumir o [illegible] da dívida. Milhões de pessoas, em diversos países, são assim sacrificados nas suas [illegible] mais elementares, para que os Estados e oligarquias locais paguem as dívidas que [illegible] para financiar projectos para os quais as populações locais jamais foram ouvidas, apenas [illegible] ao processo através do fornecimento de mão-de-obra barata.
[illegible] "prestimosas instituições", apoiadas nas oligarquias nacionais, controlam rigorosamente as [illegible] Estados débeis, mas não utilizam o mesmo critério draconiano em relação a todos. Os [illegible] de mas não sofrem pressão para proceder ao seu pagamento. Na verdade essas [illegible] como outras, são instrumentos ao serviço dos interesses dominantes dos grandes blocos [illegible] ou seja, os E.U.A/Canadá, a União Europeia e o Japão.
[illegible] o último relatório do PNUD, os países ditos em desenvolvimento, pagaram mais de 160 [illegible] milhões de dólares, só em 1992, de juros de dívida, ou seja 2,5 vezes mais do que as tão [illegible] "ajudas externas" e mais 60 mil milhões do que o total de investimento estrangeiro que [illegible] no mesmo ano. Isto significa que todo o dinheiro recebido nas "caritativas dádivas" volta [illegible] e com juros, para as mãos dos "dadores" ricos.

Nos anos 80, verificou-se mesmo a absurda situação de diversos países pobres operarem como financiadores líquidos dos países ricos, isto é, dos seus capitalistas.

Segundo o PNUD, a dívida externa dos países em "vias de desenvolvimento" cresceu 15 vezes nas duas últimas décadas. Em 1970 rondavam os 100 mil milhões de dólares, em 1980 aproximava-se dos 650 mil milhões e actualmente atinge 1,5 biliões.

Por outro lado, os colossais gastos militares delapidam riquezas de forma assustadora. Após um compasso de espera a seguir à queda do bloco do leste e do seu capitalismo de estado, os Estados ricos agrupados na NATO preparam-se para prosseguir a destruição maciça da riqueza, em armamento, tachistas militares, propaganda e investigação para a morte. Derrubado um inimigo procura-se esforçadamente outros, sejam eles integristas religiosos, miseráveis internos ou externos, traficantes ou, mesmo se necessário, extra-terrestres.

A super lucrativa indústria de guerra e da morte não pode parar. Desempenha por um lado um papel, não dispiciendo, de aglutinador social, provocando frémitos de emoção em torno do trapo patriótico e outras velharias geradoras da "coesão social disciplinadora" e, por outro, é fonte, a par do tráfico da droga, da mais poderosa fonte de acumulação de capital dos capitães da indústria e da agiotagem internacional. O sistema não tem condições para abdicar de tão colossais fontes de lucro.

Também os Estados dos países "em desenvolvimento" se armam até aos dentes, equipando populações andrajosas e famintas com sofisticados e caros equipamentos militares, para combater o inimigo externo (em geral os tiranetes homólogos dos Estados vizinhos). Sem esquecer o "potencial inimigo interno", as populações expoliadas que podem sonhar em libertar-se (veja-se o México, por exemplo), permitindo ainda chorudas comissões aos políticos, generais e outros patriotas, e a criação de tachos em profusão para distribuir pelas clientelas do poder.

Assim se compreende que em 1992, ainda segundo o relatório do PNUD, tenham sido gastos 815 mil milhões de dólares em despesas militares (o equivalente ao rendimento de quase metade da população mundial).

Nos países ditos "em desnvolvimento" os gastos militares anuais rondam os 125 mil milhões de dólares. Com 12 % desse montante conseguir-se-ia o abastecimento de água para todos, vacinar todas as crianças, eliminar a subnutrição grave e reduzir a metade, a subnutrição moderada.

Quatro por cento dos gastos militares bastariam para diminuir o analfabetismo dos adultos para metade, providenciar a educação primária universal e dar às mulheres um nível de instrução equivalente aos dos homens.

MISÉRIA E EMIGRAÇÃO

Estes e muitos mais números podem ser citados para nos dar conta da situação de miséria a nível mundial. Podemos constatar as consequências, ao nível da emigração em busca da sobrevivência, quando temos notícias dos milhares de trabalhadores portugueses que, sujeitos ao embuste dos novos mercadores de escravos, se submetem a condições de vida infra-humanas na Alemanha, trabalhando na construção civil, com salários muito inferiores aos praticados localmente, sujeitos a todo o tipo de humilhações e arbitrariedades, movidos pela esperança de amealhar algum pecúlio que lhes permita regressar às suas terras com mais do que os sonhos com que partiram, para, então, poderem gozar uma vida um pouco melhor do que aquela a que o sub-emprego e os baixos salários, inevitavelmente, lhes destinam.

São razões semelhantes aquelas que levam milhares de africanos a escaparem das suas terras para tentarem a sua sorte em Portugal, pese embora a debilidade económica deste país, onde buscam aquilo que se lhes tornou impossível encontrar nas suas terras, ou seja, o mínimo indispensável à sobrevivência.

Tudo isto apesar da discriminação racial e salarial. Fazem o que os outros não querem com [illegible]rios que os outros recusam.
Vivem sobretudo em bairros de lata, que cercam Lisboa como uma mancha de miséria.
Escorraçados das suas terras pela guerra e pela fome, pela injustiça e prepotência dos poderosos, [illegible] encontrar outras formas de exploração, mão de obra barata e sem regalias, utilizada a bel prazer [illegible] pequenos e grandes tiranetes do patronato. São impedidos de reivindicar melhores condições, [illegible] serem "diferentes" e, quantas vezes, "ilegais", sofismas utilizados, tanto quanto a diferença de [illegible]entação, para os sobreexplorar. Constituem a base da mão-de-obra em que se alicerçam os [illegible]des e sumptuários edifícios onde nunca entrarão, como a Caixa Geral de Depósitos e o [illegible]odôntico Centro Cultural de Belém, por exemplo.
Reflectindo sobre estas questões vejo com nitidez o Toy, emigrante Caboverdeano, que, como [illegible] milhares de outros, demandam estas paragens em busca de melhor sorte. Conhecimento de [illegible]ão, ao balcão de um café do bairro, não levou muito tempo que me revelasse o motivo das suas [illegible]cações assíduas àquele local.
Ali mora um empreteiro que, para a execução das obras mais diversas na cidade e arredores, que [illegible] são adjudicadas em sub-empreitadas, contrata exclusivamente trabalhadores africanos, exército de [illegible]os em luta desesperada pela sobrevivência. Mas não são quaisquer intuitos filantrópicos que [illegible]em o bem sucedido industrial.
Prefere africanos, em particular os ditos ilegais, por uma razão bem mais prosaica, são esses os [illegible]lhadores mais dóceis, receosos do ambiente hostil que os cerca e do cutelo da expulsão com que [illegible] ameaçam. Aceitam salários ainda mais minguados que os seus colegas portugueses e a tudo se [illegible]etem, incluindo a ignomínia do não pagamento do salário.
"É por isso" disse-me dias mais tarde o Toy, com a confiança adquirida ao redor de meia dúzia de [illegible] e muita conversa, "que vês aqui, à entrada deste prédio, muita malta africana. Vimos a casa dele [illegible] que pague o que nos deve mas o tipo vai adiando sempre, com conversa e mais conversa sobre [illegible]dades e isto e aquilo".
As ditas dificuldades não impediram o sujeito de adquirir 2 luxuosas viaturas e uma casa na praia, [illegible] a saber mais tarde através de um amigo do Toy, o angolano João, vítima também das vigarices do [illegible] empreiteiro. Estes são homens fugidos das suas terras e à seca e à fome. "Lá só tem dinheiro [illegible] os grandes", dizia o Toy, ou como o João repetia inúmeras vezes, com lágrimas nos olhos, "sabe, [illegible] é muito rica, tem de tudo, lá pega tudo, mas o povo é tão pobre, tanta miséria, tanta guerra na [illegible] terra, só apetece fugir". Procuram, não importa onde, as condições que lhes permitam, ao [illegible] manter-se vivos, e ainda são espezinhados e roubados pelos "dinâmicos empreendedores", [illegible] abutres que sugam homens e natureza na ânsia de um enriquecimento fulminante.
"Quando os primeiros homens apareceram", dizia-me o Toy, "as terras, as águas, as árvores, tudo [illegible] não tinha dono, era de todos, quem é que roubou os outros, os que ficaram sem nada"?
Quem roubou e rouba "os outros"? Quem pratica o etnocídio, a destruição dos bens mais [illegible], como a água, o ar e as terras, quem encomenda o assassínio selectivo e a hecatombe [illegible]?
As diferenças abissais existentes entre ricos e pobres têm vindo a acentuar-se, ao invés de se [illegible]em.
[illegible] e oito guineenses têm, em conjunto, menos rendimento que um canadiano. Isto no que se [illegible] a valores médios, porque se compararmos um rico canadiano com um pobre guineense, o [illegible] passa a ser de um para sessenta, o dobro do verificado há três décadas.

VIVER HOJE EM PORTUGAL

[illegible]ação agrava-se em todo o mundo e Portugal não é excepção.

Centenas de milhares de trabalhadores recebem os seus salários atráves do chamado "recibo verde". Trabalhadores por conta própria deste tipo inundam as grandes empresas públicas e privadas, sem protecção social, numa total precaridade e por completo submetidos ao arbítrio dos contratadores de mão-de-obra, modernos esclavagistas que vendem, por empreitada, carne humana às empresas mais prestigiadas da nossa praça.

Milhares de crianças saem todas as manhãs, bem cedo, a caminho de barracões e caves, onde executam tarefas que são recusadas aos seus pais, quantas vezes despedidos, nas indústrias de mão-de-obra intensiva, geradoras de entradas de divisas por via da exportação, muito reclamada em largas parangonas nos mais desvairados periódicos.

Entre as mulheres, largas dezenas de milhares submetem-se a salários desiguais, enquanto executam trabalhos idênticos aos dos seus colegas masculinos e sofrem os assédios sexuais dos chefes, chefezinhos e patrões.

Neste quadro de degradação, miséria e conformismo o desemprego cresce continuamente.

Segundo a Federação dos Sindicatos da Função Pública estão a perder-se 4 empregos por hora. Na TAP há ameaças de 2600 despedimentos e na CP, onde já foram despedidos 3000, estão ameaçados entre 4 a 5 mil.

No sector têxtil, entre 48.000 trabalhadores, 20.000 têm os seus empregos ameaçados.

A indústria naval aponta para a perda de 5000 postos de trabalho. Só na Lisnave espera-se a redução dos actuais 6200 para 4000 trabalhadores.

No sector químico estão em perigo 2000 empregos.

Nas pescas, até ao fim do século devem ser abatidos 350 barcos.

Na agricultura, a população activa passou de 20 % do total dos activos em 1986 para 10 % actualmente.

No Alentejo os números oficiais indicam cerca de 43000 desempregados, dos quais 35 % eram trabalhadores rurais e mais de 18 % viviam parcialmente da agricultura.

Na metalurgia largos milhares de trabalhadores foram despedidos nos últimos 10 anos. A maior parte das minas deixaram de ser exploradas.

Na Siderurgia Nacional, actualmente com 6350 trabalhadores, já foram eliminados metade dos postos de trabalho e existe a ameaça de extinção de mais de 1800. Na Cometna já foram 1529, agora são 325 trabalhadores.

Na Administração Pública, depois da ameaça Governamental de criar 100 mil disponíveis num universo de meio milhão, há actualmente 3000 disponíveis. Em 1993, 30 mil trabalhadores aposentaram-se. Segundo os Sindicatos tal foi devido à completa desmobilização destes trabalhadores, que não encontram aqui qualquer tipo de realização profissional. Também nas Telecomunicações e na banca estão previstos reduções de pessoal.

Tal como no resto do mundo, em Portugal em matéria de emprego o futuro não é risonho. Mesmo uma eventual recuperação económica não deverá conduzir a uma criação líquida significativa de empregos.

Primeiro, porque as previsões apontam para um crescimento médio moderado da economia até ao fim do século.

Segundo, porque o crescimento produtivo, tanto no sector primário, como na indústria e em muitos serviços, será acompanhado de reestruturações envolvendo importantes despedimentos.

Tal significa que o actual nível de desemprego tem características estruturais, insensíveis a recuperações de ocasião. Este desemprego, em sentido lato, deverá abranger já cerca de 10 % da população activa portuguesa e tenderá a aumentar uma massa crescente de marginalizados, ainda mais importante, no caso português, dada a ausência de significativos apoios instituicionais ao desempregado.

AS SOLUÇÕES DOS PODEROSOS

Face a esta situação quais as medidas que os diversos Estados e capitalistas apontam como solução ou, pelo menos, para a sua atenuação?

As respostas já clássicas, em Portugal como noutros países, passam, em grande parte, pela formação profissional.

Esta formação permite manter estatisticamente fora do desemprego largas massas de desempregados, acomodá-los à sua situação, levá-los à docilidade e aceitação deste estado de coisas enquanto são preparados para trabalhar com novas tecnologias e formas organizativas rebuscadas. A experiência neste capítulo tem, entretanto, sido um completo fiasco.

Outra medida proposta passa pela criação de postos de trabalho, fortemente subsidiados com o dinheiro extorquido aos trabalhadores, em ocupações, as mais das vezes improdutivas e inúteis. Tarefas geralmente subsidiárias com benefícios para as grandes empresas, dado o seu baixo custo.

Outra proposta contempla o emprego a tempo parcial, modalidade já muito praticada noutros países, especialmente nos E.U.A.

Assim, um trabalhador passaria a executar as suas tarefas em 4 horas em vez de 8, e a ganhar metade do salário, sendo a outra metade atribuída a um colega que executaria o restante trabalho.

Por este processo, os trabalhadores são levados a ratear entre si o pouco que lhes resta, com o seu rendimento reduzido, sem pôr em causa as proporções de distribuição do rendimento global da sociedade em lucros e salários.

Para aprofundarmos estas questões será relevante observarmos o que diz a UNICE, confederação patronal Europeia, no seu último relatório.

Pondo a tónica na competitividade, face à agressividade dos outros blocos económicos, defendem a criação pelo Estado de "um ambiente macro-económico mais estável e previsível".

Para lá das clássicas baixas da taxa de juro e da inflação e da redução de despesas e tributação do sector público, propõem, os patrões Europeus, moderação salarial.

Diz a UNICE que os custos do emprego, na Europa, são muitos elevados relativamente à produtividade, quando comparados aos do E.U.A e do Japão.

Contestam a indexação, existente em vários países da Europa mas não em Portugal, para os salários e benefícios da segurança social, protestam contra as "barreiras legislativas e reguladoras" de protecção ao emprego e à semana de trabalho, que dizem ser muito curta.

Enfim, o patronato Europeu assediado pelos baixos custos dos E.U.A e, sobretudo, do Extremo Oriente, para onde, entretanto, desloca inúmeras indústrias, põe em causa um modelo de existência e de medidas protectoras dos trabalhadores fruto de lutas seculares, e isto tudo em nome da "criação de postos de trabalho" e do "patrioteirismo".

A Europa rende-se ao modelo Americano. Passam a ser bem aventurados os que conseguem manter o emprego e vão estando empregados, ainda que com outros horários, noutras funções, noutros sectores, ou noutras terras. E, claro, com menores salários.

As medidas adoptadas, a nível comunitário, apontam no sentido seguinte:

1- A qualificação da mão de obra: maior qualificação e maior capacidade de adaptação às mudanças. A docilidade é indispensável.

2- Flexibilização dos mercados de trabalho: trata-se de alterar a legislação laboral, a tributação laboral e a política de segurança social, retirando aos trabalhadores os direitos adquiridos. Deste modo, o trabalhador Europeu virá a encontrar-se mais indefeso perante o Estado e o capital, terá de aceitar trabalho em qualquer local, de executar as tarefas que mais aproverem às entidades patronais e receber menores salários, tudo a bem da produtividade e do lucro, tornando-se ainda mais um factor moldável de interesses que lhe são alheios.

3- Adopção de políticas contra a exclusão social: conjunto de medidas destinadas a amortecer o choque que estas"terapias" provocam em grupos específicos (jovens e desempregados de longa duração).
4- Aposta nas PME'S: tentativa de exploração do seu potencial de criação de postos de trabalho. Aproveitamento dos baixos custos das pequenas empresas, que funcionam como sub-empreiteiros dos grandes grupos económicos.

Todas estas medidas devem, segundo os autores, permitir o cabal aproveitamento da reclamada retoma. Mas o que é, afinal, esta retoma? É simplesmente a inversão da tendência negativa na economia, que se resume na redução na sua produção e, consequentemente, no empobrecimento colectivo. Esta inversão traduz-se num maior crescimento do produto (ou seja, da riqueza produzida) mas, por via das razões já aduzidas, tal não significa que este acréscimo de riqueza contemple toda a população, ou se traduza na diminuição do desemprego. Pelo contrário, nas condições actualmente existentes, tal aumento, quantas vezes conseguido através de produções supérfluas, significa, principalmente, o aumento das desigualdades, da pobreza relativa e das assimetrias.

Ainda a este propósito será oportuno referir as ideias do actual Secretário do Trabalho dos E.U.A. Sugere, este mui digno representante dos interesses estabelecidos, que o mundo do trabalho deve ser segmentado como uma pirâmide.

No topo terá de manter-se, diz esta personagem, um pequeno número de elevada competência e de empregos altamente bem pagos "a quem competirá definir uma grande parte do potencial produtivo da economia". Na camada seguinte encontrar-se-ão os postos de trabalho administrativos, logísticos e dos empregos das indústrias transformadoras. A estes quadros será dada a oportunidades de operar com as novas tecnologias, num contexto de competição mais intensa, o que permitirá que seja possível ter a mesma capacidade de produção e de fornecer os mesmos serviços com menos gente.

Na terceira parte da pirâmide, que deixa de ser encarada como a sua base, estarão as áreas com maior potencial de crescimento, os serviços de saúde, pessoais e outros, na generalidade com menor remuneração, e para onde se encaminharão os excedentes de mão de obra.

À perspectiva deste indivíduo devemos acrescentar o plano, já em execução, dos 2/3 - 1/3, isto é 2/3 de trabalhadores com emprego relativamente seguro, sujeitos embora a toda a espécie de constrangimento e elevada competição, e o terço restante constituído por desempregados, sub-empregados, marginalizados e excluídos.

É este o "admirável mundo novo" que nos preparam os próceres do velho sistema, tábua de salvação que encontraram para manter "status quo" e com ele os seus previlégios, mesmo que condenem multidões cada vez maiores de seres humanos à ignorância e miséria mais abjectas, cercadas pela riqueza e opulência crescentes.

Mas este mundo que nos destinam as cabeças iluminadas da opressão tem sérias dificuldades em estruturar-se.

Conflitos de todas as espécie põem em causa tão tortuosas intenções.

Por exemplo, os "ajustes estruturais" que o FMI e o Banco Mundial promovem nos países mais pobres, no seu afã de os tornar bons pagadores da agiotagem internacional, conduz a situações de carência total. No Mali, por exemplo, fecharam-se as escolas para diminuir as despesas do Estado.

Nos E.U.A, por iniciativa da nova maioria conservadora, reduzem-se os apoios sociais, deixando dezenas de milhões de pessoas entregues à selva das ruas, para diminuir os gastos do Estado, enquanto se propõem aumentar as despesas militares. São estas as receitas neo-liberais.

Na Argélia, onde o desemprego dos jovens atinge 40 %, mais de 60 % da população activa trabalha no sector dito informal.

AS CONSEQUÊNCIAS

No hipotético cenário de um desenvolvimento global, as consequências, a nível ambiental e de recursos, seriam catastróficas. Este modelo de rapina não se pode estender indefinidamente.

Entre 1970 e 1990 o aumento populacional andou à volta de 47 %, o número de automóveis vendidos chegou aos 124 %, o consumo de carvão cresceu 126 % e o alumínio consumido mais de 100 vezes.

Com o consumo a aumentar à velocidade actual provavelmente chegaremos a uma situação em que os recursos vão simplesmente acabar.

O chamado Norte, onde se concentram os países industrializados, tem 1/5 da população mundial mas absorve 4/5 do total do rendimento do planeta, consome 70% da energia produzida e gasta 85% das madeiras do mundo inteiro.

Como esta zona não tem matérias-primas para manter a sua estrutura de consumo, vai buscá-las, a baixos preços, aos países "em desenvolvimento", transforma-as e vende-as depois, a altos preços.

As consequências ao nível ambiental são também catastróficas. Com o intuito de consumir cada vez mais bens manufacturados, quantas vezes inúteis, geralmente induzidos por processos de verdadeiros reflexos condicionados, os trabalhadores dos países industrializados são levados a aceitar, mais ou menos passivamente, a destruição dos bens mais preciosos: as águas, o ar e a qualidade das terras, tudo envenenado por acção dos produtos e sub-produtos industriais.

As consequências ambientais nos países "em desenvolvimento" são, face à indiferença compreensível de quem pretende assegurar o dia a dia, ainda mais graves.

Nunca na história da humanidade as capacidades produtivas instaladas atingiram níveis tão elevados como nos nossos dias.

Nunca as capacidades da ciência e da técnica, postos ao serviço da produção de bens e serviços alcançaram semelhante magnitude.

As potencialidades existentes são inauditas.

É possível alimentar toda a população mundial, previdenciar cuidados de saúde a todos, vestir, alojar e educar toda a humanidade, só com os meios já existentes.

No entanto, e após as sequelas da 2ª Guerra Mundial, nunca como hoje se agudizaram tantas as diferenças entre os pobres e os ricos, ou cresceu a tal ritmo o desemprego, a insegurança, a exclusão social e a marginalidade.

Apesar dos avanços técnicos actuais transformaram-se os rios em esgotos a céu aberto, os oceanos tendem a cloacas, os ares estão empestados e os campos definham.

Milhões de desalojados pelas guerras constantes arrastam-se de fronteira em fronteira e migrantes de toda a proveniência vagueiam pelo mundo, alojam-se em barracas ou dormem nas ruas, na interminável busca do pão nosso de cada dia.

Que sistema é este que gera contradições de tal forma desesperantes que muitos não conseguem viver e outros só sobrevivem amparados pelas drogas mais variadas?

É a idolatria por Moloch, a apropriação da riqueza, a sede do lucro, como fim último da vida de cada um e de todos, que comanda os humanos nos nossos dias e lhes refina o que de pior em nós temos, a soberba, o egoísmo, a sobranceria, o orgulho, a vaidade e a indiferença.

UMA RESPOSTA POSSÍVEL

Perguntava-me o Henrique se é possível mudar este estado de coisas. Acredito que é possível, urgente e indespensável. Ou despedimos esta velha civilização, onde tudo se compra e vende, e deixamos de contabilizar os tempos, os produtos e os afectos, enviando para o caixote de lixo os cálculos económicos do custo-benefício, ou a nossa vida, pautada pela produção/consumo, e pela

generalização da mercadoria, se torna cada vez mais uma tormentosa procura dessa infeliz e inalcançável busca de cada vez mais coisas, e menos afectos, num processo infrene de destruição do homem, da sociedade e da natureza.

É possível transformar a sociedade do egoísmo na sociedade da solidariedade, se conseguirmos unir as vontades de todos os que sofrem as suas desastrosas consequências.

São imensos aqueles que sofrem com este estado de coisas e podemos juntar as suas vontades em torno de um ideal de vida diferente e digna de ser vivida.

Nos dias de hoje essa unidade não se constrói mais em torno desta ou daquela classe ou de uma outra nação/Estado.

É possível interessar neste projecto, concerteza passo a passo, partindo das pequenas coisas, os carenciados do terço inferior da sociedade que, marginalizados e excluídos, só têm a ganhar com uma sociedade nova. Importa, sim, captar essas multidões de carenciados para outro modelo de vida. fazer conpreender que na selva actual jamais, enquanto grupo, terão acesso ao festim consumista que lhes é propagandeado. E indispensável se torna que estes segmentos da sociedade se dispam dos mimetismos que praticam em função dos abastardados valores dominantes.

Quanto à camada dos integrados pela via do consumo, é possível, a meu ver, captá-los em grande parte para um projecto deste tipo se conpreenderem que podem viver de acordo com a sua qualidade de seres humanos. Não mais corridas atrás da cenoura do consumo, fraca recompensa para a competição do trabalho fastidioso, da vida sem rumo, da ausência de perspectivas, da solidão, do embrutecimento mecânico, do desenraizamento, da morte da natureza e da desumanização.

Se a estas negações perspectivarmos um futuro baseada no cabal aproveitamento daquilo que melhor o ser humano possui, como, a entreajuda, o apoio mútuo, o amor à liberdade, o espírito crítico, a curiosidade científica e o apelo artístico, julgo ser possível interessar a grande maioria dos indivíduos que, aparentemente, passam as suas vidas ruminando a "felicidade" programada, mas ainda contém em si a centelha de humanidade e de revolta que os distingue do comum dos brutos.

Mesmos nas camadas privilegiadas do topo da sociedade julgo ser possível captar apoios, por parte daqueles que mercê do ócio e do estudo, puderam concluir da vacuidade deste estado de coisas e intimamente, gostariam de viver num estilo diferente. Necessitam de acreditar que isso é possível e que os seus privilégios, conseguidos com o sacrifício dos outros e a destruição da vida, nada são quando comparados com uma vida plena e realizada.

Naturalmente que congregar os esforços de muitos indivíduos para uma mudança civilizacional não é possível apenas por acção do voluntarismo de uns quantos, mas é urgente começar a discutir alargadamente estas questões, apreendê-las e alargar as experiências limitadas de pequenos grupos que procuram uma saída para a vida desesperante que lhes é imposta.

É urgente porque o avanço tecnológico e organizacional aponta-nos um futuro baseado na opressão, no controle cada vez mais rígido da sociedade, no abandono e repressão de centenas de milhões de pessoas, *numa sociedade cada vez mais dirigista, mecanizada, contraditoriamente rica* e miserável, certamente mais desumana, onde as possibilidades de mudança serão cada vez mais cerceadas.

É indispensável a mudança porque a barbárie que nos impõe os vários poderes, com a descaracterização do ser humano, as alterações e destruições ecológicas, a exploração e expoliação desenfreadas, o acentuar dos constrastes materiais entre nações e grupos sociais, o recrudescimento das crendices, a persistencia da ignorância, a manipulação das vontades e o crescimento da miséria têm de ser travados, com risco de nos submergirem a todos no desespero, na abulia, na impotência, na desumanização crescente.

Tudo isto acontece no momento em que os avanços tecnológicos possibilitam uma plectora de riqueza e informação gigantesca, quando a ciência tem possibilidades de resolver grande parte dos problemas que afligem a humanidade, quando a arcáica noção de Estado e fronteiras está ultrapassada, por via da técnica produtiva, dos transportes e da comunicação, quando as pestes, destruições e conflitos armados actuais, resultantes na sua maioria do modelo sócio-económico

[illegible], só podem ser combatidos numa perspectiva global, que una os povos e as nações, respeitando [illegible] diferenças.

[illegible], mais do que nunca, estamos unidos na nossa diversidade, a Terra é a "Pátria" dos humanos, e [illegible] transformação radical da sociedade é condição necessária da nossa sobrevivência.

[illegible] a passo comecemos já, por pequenos grupos, com gentes saídas dos sectores dos excluídos e [illegible] faixas da população.

[illegible]-nos em torno de objectivos concretos, da divulgação, dos estudos e debates de soluções [illegible] problemas da sobrevivência, da gestão do nosso quotidiano, do aprofundamento teórico, por [illegible], na residência, na cultura, no consumo e na produção.

[illegible]emo-nos e experimentemos a auto-organização e a democracia directa. Sem tutelas do [illegible], dos patrões ou de hierárcas de qualquer espécie. Desenvolvendo projectos de entreajuda e [illegible] experiências.

Confrontemos a teoria com a prática, apontando para um futuro sem amos, em que não mais se [illegible] para a troca mercantil, sob o comando do Capital e das suas exigências.

[illegible] sociedade em que sejamos senhores dos nossos destinos, em que as comunidades se auto-[illegible] em conformidade com as suas características, em que a produção e distribuição sejam [illegible] de acordo com as necessidades expressas por todos.

[illegible] sociedade em que se desenvolva o *homem solidário*, em lugar do *homem económico*, em que [illegible] esteja inscrita nos nossos cérebros e nos nossos corações, em que mesmo aqueles que não [illegible] tenham a liberdade de viver à sua maneira.

[illegible] sociedade é possível e indispensável, comecemos por nós mesmos, ao nosso modo, por [illegible], a construí-la já. Urgentemente!

José Luís Félix

A NEGRO: CHIAPAS

clube dos «países ricos». A reforma constitucional de Janeiro de 1992, um dos elementos prévios desse mercado comum, conduzira já à supressão do art.º 27 da Constituição, relativo à propriedade social da terra e uma das conquistas da revolução de 1910-17. Com efectivos avaliados em cinco mil homens e mulheres, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), guarda avançada dum fundo movimento social que vem de longe, de guerrilhas com mais de vinte anos e **duma cultura nativa multissecular**, a das etnias maias, tem dado mostras, não só duma capacidade de organização e resistência incomuns, mas também duma reflexão política com elementos inéditos e estimulantes para a luta anticapitalista. O lema paradoxal do EZLN, «Tudo para todos, nada para nós», é só a amostra duma orientação política que, bebendo na ancestralidade comunitária, pôde superar aspectos congelados das doutrinas de extrema-esquerda. **A sua simples existência**, numa época que até já tinha enterrado, em funerais festivos, a própria ideia duma resistência à infâmia do trabalho alienado, constitui a prova indesmentível de que os *milagres económicos* (como o do México, o melhor aluno do FMI) têm exactamente a consistência da mistificação, neste caso económica.

Sobretudo no México, cuja paz podre veio alterar com vagas duma alterosa inteligência, mas também no exterior, o moderno movimento zapatista suscitou de imediato ecos de apoio fraternal – e de visível repúdio, obviamente assente no ódio de classe e na calúnia. A sua dimensão é complexa, por nele se cruzarem a luta indigenista (cuja reorganização no México remonta a 1974 e nos nossos dias tende a assumir importância internacional) com a a luta dum proletariado rural e urbano cada vez mais visivelmente condenado à indigência. Principais vítimas dum capitalismo de terror que tem assolado toda a América a sul do Rio Grande, as populações nativas têm vindo a levantar a cabeça e a enfrentar declaradamente os seus opressores no terreno das lutas sociais. Para referir apenas dois casos relacionados com o do México, a 13-6-94, no Equador, respondendo ao apelo da Confederação das Nações Indígenas (CONAIE), uma sublevação bloqueia metade das estradas do país, onde as comunidades índias representam 43% da população, mais de quatro milhões; esta mobilização é já uma resposta à nova lei agrária de carácter neoliberal decretada pelo governo equatoriano. Na Guatemala (fronteira de 800 km com o México), onde 60% da população é nativa, o diálogo, bloqueado desde Outubro de 1993, entre o governo e a guerrilha da União Nacional Revolucionária Guatemalteca, é retomado na Cidade do México a 8-1-94, resultando num acordo para futuras discussões; neste país, desde 1954, calcula-se que ascendam a mais de cem mil mortos e quarenta mil desaparecidos as vítimas da guerra social.

De modo geral, todos os povos nativos do mundo que hoje subsistem, das Américas à Austrália, de África ao arquipélago indonésio, estão confrontados ao avassalador *modelo* neoliberal, que é muito prosaicamente a impiedosa máquina de uniformização do movimento capitalista na sua fase exacerbada de conquista de todos os territórios, a começar pelos mentais. O processo é em toda a parte semelhante: na sua voragem de acumulação, o capital sem rosto das empresas transnacionais, graças a mecanismos económicos hoje globalizantes, procede sistematicamente a uma política dita de *liberalização* da terra a favor do sector agro-industrial e da grande propriedade, pondo com isso em prática o desmantelamento das estruturas de propriedade colectiva indígena e das culturas comunitárias que lhes correspondem. É instrutivo relacionarmos as circunstâncias actuais com as de há 500 anos, porque nelas se documenta o apetite sempre insaciável da besta invasora, agora já transformada em puro capital *abstracto*, e a inquebrantável vontade de resistência das comunidades nativas que escaparam ao genocídio de antanho. No México, em 1970, as unidades de produção agrícola dos *ejidos* (parcelas distribuídas pela reforma agrária) e das *comunidades* (propriedade colectiva indígena) ainda correspondiam, pelo menos em área,

da propriedade privada agro-industrial (69 724 ha, as primeiras; 70 144 ha, as segundas). Mas tempo é dinheiro e a *modernização*, palavra mágica do neoliberalismo, significa também no México exclusão, estando como estão praticamente concluídas as distribuições de terras decorrentes da reforma agrária e implicando mesmo uma dramática emigração maciça para os Estados Unidos, única contrapartida ao desemprego. As tensões a respeito da propriedade da terra, de novo na berlinda desde 1970, mostram agora o ressurgimento duma dimensão étnica nas reivindicações populares camponesas; o que não é de espantar, porque pelo menos cinco milhões de mexicanos, dos quais 90% vivem no meio rural, são de facto definidos como indígenas, ao mesmo tempo que a oligarquia mestiça *(2)*, que desde há séculos age impunemente, detém as melhores terras, cuja posse tem utilizado como máquina de guerra contra o campesinato nativo.

Esta desgraçada *modernização* vem aliás dos tempos do *déspota esclarecido* Porfírio Diaz, que governou o México entre 1876 e 1910 e cujas leis *liberais* consistiram em abolir a propriedade comunitária e por consequência o sistema agrário indígena. Esse programa teve tanto *êxito* que em 1910 80% dos camponeses já não tinham terras, vendo-se condenados a trabalhar como *peones* nas grandes fazendas latifundiárias. A longa e sangrenta revolução mexicana (na qual Emiliano Zapata incarnou a resistência das aldeias índias à expansão das *haciendas*) foi necessária antes de mais nada para introduzir uma reforma agrária distributiva – a qual, como vimos, a partir dos anos 70, e agora já no contexto da rápida industrialização do México, de novo passou a ser alvo das investidas do sempre concentracionário capitalismo.

◆

No Chiapas, entre 1990-92, a miséria e a repressão aumentaram de modo clamoroso; nem as epidemias pouparam a população pobre, ao mesmo tempo que era ameaçada de expulsão ou expulsa de grande parte das aldeias da Selva Lacandona, vendo-se assim as comunidades indígenas **condenadas a desaparecer**; dos 3 500 000 habitantes deste estado, mais de um milhão são índios maias, disseminados em treze etnias. Segundo Samuel Ruiz, bispo de San Cristóbal de Las Casas há mais de trinta anos, um dos arautos da «Igreja dos pobres» e com frequência em vias de ser excomungado pelo Vaticano, em 1993 mais de 15 mil nativos morreram no Chiapas de fome ou de doença. Quanto à Selva Lacandona, alberga hoje umas 300 mil pessoas, entre indígenas expulsos do altiplano, mestiços pobres e refugiados guatemaltecos; a extensão desta floresta virgem, que no início dos anos 80 era ainda de um milhão de hectares, foi entretanto sendo reduzida para 300 mil ha, sendo exportada a maior parte dos recursos do Chiapas, região naturalmente rica (petróleo, madeiras preciosas, café, carne, cereais, fruta tropical); em contrapartida, os índices de marginalização e de analfabetismo são ali dos mais elevados do país. «A tardia integração do Chiapas no México», escreve o historiador Antonio García de León, «e as formas permanentes de marginalização que o caracterizam, tão antigas que persistem ali desde o séc. XVI, imprimiram-lhe uma coloração particular e uma luz própria.» *(3)* Com efeito, a guerra social neste estado mexicano não data só de agora; nunca desde a conquista espanhola os nativos se deram por vencidos, remontando a mais recente fase histórica desta resistência a 1974. Durante vinte anos silenciosa e silenciada, a resistência armada no Chiapas assumiu novos contornos com o levante conduzido por este tão singular exército zapatista. O seu porta-voz mais conhecido, Marcos, *el Sub*, é sem dúvida representativo das características novas de um movimento dotado dum exército que antes de mais nada aspira à autodissolução e que desde o início nunca deixou de acentuar ser o seu combate **uma luta**

pela dignidade – *velha* e *anacrónica* palavra que se julgava já ter desaparecido do vocabulário contemporâneo, contaminado pelos vírus da ignomínia e da amnésia. «Hoje, o exército zapatista é principalmente constituído por [uma] massa populacional jovem e marginalizada, moderna, multilingue e com experiência do trabalho assalariado. O seu perfil tem muito pouco que ver com o do índio isolado [...]» (A. García de León, *ibidem*).

◆

Um breve apontamento cronológico ajudar-nos-á a ter presente aquilo que está em jogo.

Em 1994 o México acede ao grupo dos 24 países mais desenvolvidos do mundo. Mas nesse mesmo ano rasga-se-lhe a encenação: a sublevação zapatista põe à mostra, aos olhos do mundo, o *desenvolvimento* mexicano: na sequência das medidas tomadas com base nas exigências do FMI, pelo menos 10% da população, cerca de 10 milhões de pessoas, vegeta em situação inferior ao critério da extrema pobreza, metade da população activa subsiste em subemprego, uns 3/4 da população rural sobrevive em subemprego crónico.

Em Agosto de 94, a eleição visivelmente fraudulenta (hábito velho) do governador do Chiapas leva o EZLN a considerar a sua entronização como um acto de guerra, reclamando a sua demissão a favor do candidato da oposição, Avendano. Ernesto Zedillo, o novo presidente da República, num acto de *clarificação* autoritária, instala pessoalmente o usurpador do Chiapas na capital estadual. A trégua em vigor há onze meses acaba ali. Em San Cristóbal, Avendano é proclamado contragovernador. Sem um tiro, os zapatistas ocupam 38 municípios, anunciando a formação de «câmaras municipais livres e rebeldes» onde as «leis revolucionárias zapatistas» serão aplicadas. O movimento de libertação ganha terreno, esboça-se um autogoverno alternativo com base nas comunidades. Aos olhos dos donos do mundo, a situação *degrada*-se, e muito. Não esqueçamos que os zapatistas, na primeira semana de Agosto, tinham conseguido um feito memorável e de consideráveis repercussões: reunir nas lonjuras da Selva Lacandona, num sítio baptizado Águascalientes (como homenagem a Pancho Villa e Emiliano Zapata) e distante de quaisquer acessos fáceis, a Convenção Nacional Democrática, que ali congregou umas 6000 pessoas vindas do país inteiro. Numa das alocuções, alguém dirá: «Estávamos à vossa espera há 500 anos.» A CND, embora os resultados possam não ter sido excelentes, exprimiu todavia na prática aquilo que o EZLN declarara logo a 20-1-94: «A luta pela liberdade, pela democracia e pela justiça não é tarefa exclusiva nossa. É obra de todos os mexicanos e das organizações honestas, independentes e progressistas.»

Em Dezembro de 1994, por conseguinte, as mil promessas governamentais transformam-se em 60 mil homens do exército federal que reocupam as localidades zapatistas, evitando os beligerantes o confronto. Zedillo, apoiado nesse avanço militar que pretende tranquilizar dentro e fora os investimentos e a finança, faz a contragosto uma concessão inevitável, reconhecendo como instância de diálogo com os zapatistas a CONAI, presidida pelo bispo Samuel Ruiz. Em Janeiro de 95, graças à CONAI, é assim concluído um acordo: as tropas federais retiram-se das zonas zapatistas e o EZLN anuncia um cessar-fogo unilateral e indefinido.

Mas as contradições do Estado mexicano são poderosas. E logo em Fevereiro, passado pouco tempo, o dito é dado por não dito. Com base numa nova e urgente encenação – o *achado* de dois esconderijos de armas, um na Cidade do México e outro na jurisdição estadual de Veracruz –, anunciado em tom «dramático» pelo presidente da República, este informa haverem sido detidos oito militantes do EZLN e *descoberta* a suposta identidade de Marcos. Uma vasta ofensiva do exército federal cai sobre Chiapas,

agora com total proibição de acesso a jornalistas, proclamando o governo vitória quase completa e «sem efusão de sangue». Mas apesar do embargo noticioso são quase de imediato revelados excessos, brutalidades, desaparecimento de pessoas. Em San Cristóbal dá-se uma caça às bruxas, exercida contra todos os activistas e simpatizantes, vendo-se a CONAI destituída de funções, acusada de estar excessivamente próxima dos índios. Marcos e outros dirigentes conseguem escapar à repressão. A luta vai continuar, agora porém em condições mais duras.

Estes acontecimentos, e obviamente isso não é por acaso, são contemporâneos da evidente acentuação da crise financeira internacional, num contexto de mundialização do capitalismo e de grande *electricidade* nos mercados financeiros. «Minado pela crise financeira mexicana e pelos desequilíbrios crónicos da economia norte-americana, o dólar desabou a 16 de Fevereiro no mercado cambial [...]», anuncia o *Le Monde* a 18-2-95. A nova queda do peso repercute-se inevitavelmente no plano mundial e lembra a anterior bancarrota do México, a de 1982, altura a partir da qual as entradas de divisas vão quase exclusivamente servir para alimentar o sorvedouro da dívida orçamental. Esta gigantesca crise anterior, que pela primeira vez desde havia 40 anos se traduziu num crescimento negativo do PIB, irá prolongar-se em impiedosas consequências socioeconómicas, nomeadamente na emigração contínua para os E.U.A. de uns 4 milhões de trabalhadores. Numa atmosfera de crise agravada, o Estado mexicano, em 95, só escapa à falência total graças a uma ajuda internacional maciça de 50 biliões de dólares (20 biliões provenientes dos E.U.A.): ou seja, de coisa nunca vista, do mais importante apoio jamais concedido a um país, correspondente ao total de investimentos de 1993 destinados ao conjunto dos novos países industrializados e dos países em vias de desenvolvimento. *(4)* A dependência directa do Estado norte-americano torna-se agora mais visível com a hipoteca exercida sobre o petróleo, a grande fonte de riqueza mexicana (6ª mais importante reserva mundial).

Conforme explicava o sempre cínico *The Economist* (7-1-95), num artigo expressivamente intitulado "Debaixo do vulcão", «A erupção ocorrida no México lembra-nos que podendo embora o capital estrangeiro ajudar os países em desenvolvimento a crescer num ritmo mais acelerado, também é verdade que os deixa com menos espaço para cometerem erros»... E com efeito, a guerra económica, elemento cada vez mais central da sempre superior *cultura ocidental*, faz hoje do mundo um impressionante campo de manobras do muito sólido e «invisível» *capital abstracto*, manobras essas com aumentados graus de risco. Sendo certo que as crises mexicanas de 1982 e 1994 não são iguais, há todavia entre ambas elementos duma perfeita continuidade. «A do Inverno de 1994-95 combina características que resultam da globalização financeira e das sequelas directas e indirectas de 1982. Preparada pela formação, nos anos 60, e pelo desenvolvimento, nos anos 70, do mercado de eurodólares, a globalização financeira tem como ponto de partida, segundo a alteração operada nos anos 80, a total liberalização dos movimentos de capitais [...]. Doravante, a finança, considerada como uma indústria, usufrui de todas as vantagens na corrida aos lucros.» *(5)*

A imbricação das empresas, privadas ou *públicas*, nos Estados, a ponto de já não ser possível distinguir entre umas e outros nesta interessante simbiose do Estadeconomia, assume no México alguns aspectos específicos por força do regime criado em 1929, que na prática tem sido de partido único. A fundação nesse ano do Partido Nacional Revolucionário, crismado em 1938 Partido da Revolução Mexicana e em 1946 Partido Revolucionário Institucional (nomes lindíssimos), teve em vista suprimir as sangrentas e caóticas lutas de facções no seio da classe dirigente, que *dirigia* a golpes de Estado e com o recurso sistemático ao homicídio dos adversários. Tratou-se na realidade da fundação de um monopólio, apare-

lhado numa eficaz máquina eleitoral; mas embora muito atenuada, a tradição assassina manteve-se, de tal maneira que eleições sem crimes de sangue não são no México eleições a sério. Em 1987, o aparelho do PRI não hesitou em liquidar dois dos colaboradores do candidato concorrente, Cuauhtemoc Cárdenas, apoiado pela esquerda. Nas seguintes, em Março de 1994, é já o candidato oficial à presidência, Luis Donaldo Colosio, quem se risca do mapa. Seis meses depois, em Setembro, calha a vez ao próprio secretário-geral do PRI, José Francisco Ruiz (ex-cunhado, note-se, do ex-presidente da República, Carlos Salinas de Gortari, sendo, note-se ainda, o principal implicado no crime o irmão deste, Raul Salinas...). Ao mesmo tempo, na sequência dos mandatos dos anteriores presidentes, tidos como desastrosos pela opinião, o cepticismo do eleitorado foi alastrando, sendo em geral maciço o abstencionismo (a excepção foi a de 1987, com uma excepcional colheita de votos: 80% de participação). A *oligarquia democrática* mexicana é porventura apenas o exemplo mais notório de um modelo que noutras paragens consegue apresentar-se mais discreto e com menos assassínios escancarados à boca de cena.

◆

Numa carta-diário com data de 20 de Fevereiro de 1995, remetida das montanhas do sueste mexicano, Marcos escreve: «Desta vez falhaste, Estéban M. Guajardo [ministro do Interior]. Qual será o próximo desafio? [...] Ontem, 13 de Fevereiro, a morte, vestida de verde oliva, aproximou-se, esteve a 10 ou 15 metros de nós. [...] Presentemente, tal como um ano antes, cada segundo é um travessão entre a vida e a morte. Uma águia ou o Sol [cara ou coroa]. [...] No dia em que a morte apareceu a 10 (?) metros, estava eu encostado a um penedo, e aos poucos me fui deitando, sem ruído, soltei o cão da arma e apontei-a para o sítio de onde nos chegavam os rumores. Não pensava em nada, só tinha a impressão de que o tempo parara em cima do meu dedo, no gatilho. Sem medo mas sem bravura. Como se estivesse a ver tudo de fora, como se me encontrasse extenuado, como se já tivesse visto este filme muitas vezes, na história, na vida e na morte. [...] – Saúde! E uma coplazita de lembranças, com esta canção de Joan Manuel Serrat que acabava assim: «Se não voltar / não é por ter esquecido tudo / é só por ter perdido / o caminho do regresso...»

É sem dúvida importante conhecer este movimento, **revelador do mundo**. Na impossibilidade dum artigo de carácter exaustivo, e para uma primeira aproximação, incluímos aqui excertos de textos de Chomsky, Claudio Albertani, B. Traven, e uma entrevista com o Sub. [JÚLIO HENRIQUES]

(1) San Cristóbal de Las Casas foi assim chamada em homenagem a Bartolomé de Las Casas, autor da *Brevíssima Relação da Destruição das Índias*, que em 1545 foi o primeiro bispo de Chiapas.
(2) *Mestiço*, no México, designa a população maioritária, originariamente fruto da mestiçagem entre brancos e índios; na linguagem corrente significa não-índio.
(3) "Motivos de Chiapas", *Etcétera / Correspondencia de la guerra social*, nº 24. Barcelona, Novembro de 1994.
(4) F. Chesnais, "Défense et illustration de la dictature des marchés", *Le Monde Diplomatique*, Março de 1995.
(5) Idem.

O LEVANTAMENTO ZAPATISTA

NOAM CHOMSKY

A grande transformação que desde o dia de Ano Novo [de 1994] os camponeses índios do Chiapas encetaram coincide com a aplicação do Acordo de Livre Câmbio Norte-Americano [NAFTA, sigla do inglês North-American Free-Trade Agreement], que o exército zapatista descreve como uma «sentença de morte» para os indígenas; com efeito, este presente oferecido aos ricos apenas cava mais profundamente o fosso que separa uns e outros, destruindo o pouco que subsistia da sociedade índia.

A ligação entre o levantamento e o NAFTA é em parte simbólica; os problemas são muito mais profundos. «Somos o produto de 500 anos de luta», afirma a *Declaração de Guerra* [do EZLN], «lutamos hoje para obter trabalho, terras, um tecto, alimentação, assistência médica, educação, lutamos pela liberdade, pela democracia, pela justiça e pela paz». A isto acrescentando o vigário-mor da diocese de Chiapas que aqui-lo que verdadeiramente está por trás do conflito é uma total marginalização e a extrema pobreza, mas também a frustração de em vão e desde há muitos anos terem tentado melhorar as coisas.

Os camponeses índios são as vítimas mais duramente atingidas pela política do governo, mas muitos outros partilham semelhante desgraça. «Quem tenha estado em contacto com os milhões de mexicanos que vivem na pobreza extrema, sabe muito bem que vivemos em cima dum barril de pólvora», comentava a cronista mexicana Pilar Valdez.

Após dez anos de reformas económicas, a população rural que vive nessa extrema pobreza aumentou quase um terço. Metade da população não dispõe presentemente de recursos suficientes para obter os bens de primeira necessidade. Em conformidade com as ordens do FMI e do Banco Mundial, a produção agrícola foi orientada para a exportação e para a cultura de forragens, com isso lucrando o sector agro-industrial, os mexicanos ricos e os consumidores estrangeiros. Ao mesmo tempo a subalimentação foi-se tornando um sério problema sanitário, o desemprego aumentava nas zonas rurais, os terrenos férteis ficavam em pousio e o México punha-se a importar uma grande quantidade de produtos alimentícios. No sector industrial, proporcionalmente os salários baixaram imenso. A proporção do PIB obtido pelos trabalhadores – que aumentara até meados dos anos 70 – baixou mais de um terço.

São as eventualidades clássicas que acompanham as reformas neoliberais. Os estudos do FMI certificam uma redução constante do poder de compra, devido ao impacto dos seus «programas de estabilização» na América Latina, conforme observa o economista Manuel Pastor. [...]

Já se espera que o NAFTA provoque a expulsão das terras de um grande número de trabalhadores, o que irá contribuir para a miséria rural e para um excedente de mão-de-obra. No sector industrial dar-se-á também uma nova diminuição de empregos, que vem acrescentar-se às destas reformas neoliberais. Num estudo realizado por *El Financiero*, um dos principais diários mexicanos, especialista de economia, prevê-se que o México irá perder uma quarta parte da sua indústria e 14% de empregos durante os dois primeiros anos. Por seu lado, Tim Golden, do *New York Times*, assinala: «... os economistas prevêem a possibilidade de que vários milhões de mexicanos percam o emprego durante os cinco primeiros anos de aplicação do NAFTA. Este processo fará provavelmente baixar ainda mais os salários, aumentando por

conseguinte os lucros e a sua concentração, e tendo isso repercussões evidentes nos Estados Unidos e no Canadá». [...]

Não será de admirar que exista uma decidida oposição ao plano de consolidação de semelhante modelo de desenvolvimento. Da Cidade do México, o historiador Keith Fein descreveu as grandes manifestações contra o NAFTA; foram protestos claríssimos - embora os E.U.A. façam orelhas moucas - contra a política governamental que nega os direitos dos trabalhadores à terra e à educação estipulados na Constituição de 1917, pela qual o povo manifesta grande respeito. Para muitos mexicanos, é isto o verdadeiro significado do NAFTA e da política dos Estados Unidos no México. Juanita Darling, no *Los Angeles Times*, referia-se à angústia que sentem os trabalhadores mexicanos ao verem esboroarem-se direitos que progressivamente haviam conquistado e agora estão em vias de ser imolados. Isto porque as empresas tentam concorrer com as companhias estrangeiras reduzindo os custos.

A 1 de Novembro [de 1993], um comunicado dos bispos mexicanos denunciava os danos sociais provocados pelo NAFTA, bem como pela política económica de que é parte constitutiva. Os bispos reiteravam assim as suas inquietações, já exprimidas em 1992 na conferência episcopal latino-americana: «A economia de mercado não é uma coisa absoluta à qual tudo deva ser sacrificado, ela acentua a desigualdade e a marginalização de um grande sector da população.» Por aqui se podem ver as consequências inevitáveis do NAFTA e dos outros acordos que garantem os privilégios dos investidores. Muitos trabalhadores (incluindo o mais importante sindicato independente) rejeitaram o acordo, outros grupos alertaram quanto aos seus efeitos sobre os salários, os direitos dos trabalhadores, o meio ambiente, a perda de soberania. A acentuação dos privilégios dos grandes investidores irá tornar praticamente impossíveis novas opções com vista a um outro desenvolvimento. Homero Aridjis, presidente do mais importante movimento ecológico do país, deplorou a terceira conquista do México: «A primeira foi militar, a segunda espiritual, e a terceira económica.» [...]

É mais que provável que o NAFTA acelere aquilo a que o *Wall Street Journal* chama um processo capital: a redução dos custos de produção estadunidenses relativamente aos dos países industrializados, com excepção dos da Grã-Bretanha. Com efeito, até 1985, a taxa horária nos Estados Unidos era a mais elevada do mundo. Numa economia global, o impacto é global, visto os concorrentes deverem adaptar--se. A General Motors pode deslocar-se para o México ou até para a Polónia, onde a mão-de-obra é mais barata, evitando além disso a taxa aduaneira de importação, de 30%. A Volkswagen pode ir para a República Checa, com vista a beneficiar da mesma protecção, obtendo lucros sem pagar impostos ao governo. A Daimler Benz pode fazer a mesma coisa no Alabama. O capital circula livremente, os trabalhadores e as comunidades sofrem as consequências. Ao mesmo tempo, o aumento enorme do capital especulativo não controlado provoca pressões contra as políticas governamentais de estímulo.

São muitos os factores conducentes a uma sociedade global, a um futuro de baixos salários, de pouco crescimento e muitos lucros, a uma polarização acrescida da sociedade e a uma desintegração social. Uma outra consequência reside no desaparecimento progressivo da democracia, visto as decisões serem tomadas em círculos restritos situados acima de governos independentes. É aquilo a que o *Financial Times* chama «o governo mundial de facto», que age em segredo, sem prestar contas seja a ninguém.

Estes processos pouco têm que ver com o liberalismo económico, cujo significado como conceito a bem dizer nada exprime num mundo em que a maioria do «comércio» é realizada através de transacções no interior da mesma empresa e decidida de modo centralizado. Um exemplo disto têmo-lo nas expor-

ções estadunidenses para o México, «exportações» estas que nunca entram no mercado mexicano. No entanto o poder privado, tal como antigamente, exige ser protegido das forças do mercado, e consegue-o. Durante a cimeira Ásia-Pacífico que decorreu em Seattle, Clinton, naturalmente, escolheu a Boeing para ilustrar o «mercado livre» – porque esta não seria a principal empresa exportadora do seu país, e talvez nem sequer existisse, se não recebesse do sector público os enormes subsídios que de facto recebe.

A revolta dos camponeses índios do Chiapas é apenas um lamiré da bomba a prazo cujo rastilho já foi ateado, e não só no México. ■

[Publicado no jornal mexicano *La Jornada*, Cidade do México, 21 e 22-2-94. Trad. do castelhano por J.H.]

CHIAPAS, A TERRA DO MUSGO E DA ORQUÍDEA

CLAUDIO ALBERTANI

Os 173 000 quilómetros quadrados do Chiapas cobrem uma vasta gama de espaços variáveis e irregulares. Entre o cume do Tacaná (4000 metros), a sueste, e as encostas do vulcão Chichonal (o mesmo que em 1982 vomitou milhares de toneladas de cinzas e pedras incandescentes), no extremo noroeste, atravessam-se os relevos cobertos de bosques de Montebello, as profundezas tropicais da selva Lacandona e as frias alturas da Sierra Madre. Em direcção ao Sul, atingem-se depois os declives centrais e as retalhadas campinas costeiras, sem cessar varridas por ventos implacáveis. Sobrevoando as montanhas do altiplano, onde hoje vive grande parte das populações maias, à ilharga de coníferas milenares, avistam-se as manchas coloridas dos agrupamentos humanos, e outras, pardacentas, marcas duma avançada erosão provocada por séculos de agricultura de autoconsumo.

Mais adiante, na selva, entre as articulações duma complexa rede fluvial estabelecida a partir dos rios Usumacinta e Lacantún (outrora berço da civilização maia), aquelas manchas transformam-se em imensas nódoas de cor amarelada, hoje tão inóspitas para o homem como para o seu rival imediato, o gado. Da floresta tropical, antigo pulmão da América Central, só restam hoje uns escassos 25 por cento. Iniciada

em finais do século passado, a devastação foi tragicamente acelerada durante os últimos vinte anos, indo as causas desde a voracidade dos criadores de gado à corrupção das autoridades e à trágica pobreza dos emigrantes. A parca selva que ainda subsiste possui porém uma extravagante beleza, e em toda a sua superfície convivem cascatas de cores e de sons, estranhos animais e árvores imensas cobertas de orquídeas, lianas, algas e musgos de aromas extraordinários.

Objecto desde há tempos imemoriais de vagas sucessivas de emigrações, o Chiapas, mosaico humano e geográfico, sempre se manteve região fronteiriça. Nas aldeias da montanha, os antigos contam que os primitivos habitantes ali chegaram há milhares de anos, vindos de Oriente, guiados por um herói chamado Votán, simultaneamente guerreiro e sacerdote, ainda hoje venerado como santo protector. Nos primeiros séculos da nossa era, durante a época clássica maia, o altiplano marcava a sul os confins ocidentais da área maia a que ainda hoje pertence.

OS FIOS DA HISTÓRIA

As crónicas da conquista espanhola falam de múltiplas tentativas de colonização e duma batalha campal (1528) nas cercanias do Cañón Sumidero, não longe da actual capital, Tuxtla Gutierrez. Derrotados, os guerreiros *chiapas* (o grupo então prevalecente, que deu o nome ao estado) não suportaram sequer a ideia da escravidão e preferiram suicidar-se, lançando-se do alto de um despenhadeiro. Divididas em lutas intestinas, as outras populações refugiaram-se nas montanhas do altiplano ou nas profundezas da selva Lacandona, em cujo abrigo puderam sobreviver durante séculos. Teve assim início uma guerra de baixa intensidade, cujas últimas vicissitudes vivemos nos nossos dias. Concluída a epopeia militar, o Chiapas, *terra rica para gente pobre*, segundo a expressão de um estudioso norte-americano, foi integrado no Reino da Guatemala (dependência administrativa do México, então chamado Nova Espanha), de que marcava a raia ocidental.

Os primeiros conquistadores receberam enormes parcelas de terra e uma doação de servos indígenas, como paga pelos serviços prestados à Coroa. Os herdeiros não se preocuparam muito com a introdução de inovações tecnológicas, e deste modo a actividade económica manteve-se com base na criação de gado, no cultivo do milho e na produção de corantes (anil e cochonilha) em plantações onde para os trabalhadores maias as condições de labor não estavam longe da escravidão. Curiosamente, o Chiapas, onde ainda hoje se morre de fome, desde então sempre exportou alimentos: primeiro milho e carne, café e fruta mais tarde. Um grupo extremamente restrito e abertamente racista, conhecido pelo nome de *família chiapaneca*, cujos descendentes continuam a deter o poder económico e político do estado, infamemente ali enriqueceu.

Os maias nunca deixaram de lutar. Explorados economicamente e dominados politicamente, sobreviveram a sucessivos traumatismos: à conquista, logo de início, e depois aos trabalhos forçados, à redução demográfica e à difícil inserção na sociedade colonial. Com vista a não sucumbirem, forjaram um universo clandestino, no qual a identidade étnica, as expressões religiosas e os mitos originários constituem um conjunto homogéneo, com uma prodigiosa capacidade de resistência. Esta não se exprime apenas com as armas, mas também na vida quotidiana, através da criação de formas estéticas, do teatro à dança, da literatura à tecelagem. Ainda hoje os bordados que as mulheres maias usam nas blusas configuram verdadeiros códigos peculiares, em que a tecedeira deposita a identidade e os segredos da comunidade.

Em 1824 um plebiscito estabelece a separação do Chiapas da América Central e a sua anexação ao México. Mas a vida dos maias não melhorou. A subsequente modernização e a introdução do cultivo do café aumentaram a pobreza. Nem sequer a revolução de 1910 transformou as coisas. Apesar de terem surgido generais que se proclamavam zapatistas, no Chiapas a rebelião não passou de um movimento dos latifundiários locais contra a ingerência dos políticos da Cidade do México. No fim de contas, os ricos conseguiram conservar como coisa sua a terra e o poder político: a família chiapaneca vencera.

Hoje em dia, à distância de poucos quilómetros, o viajante dá de caras com o paradoxo duma modernização violenta e desordenada perante a persistência da civilização maia, que se obstina a não morrer. Numa sequência aparentemente absurda, vemos sucederem-se poços de petróleo, vestígios de antigos centros cerimoniais, tractores devorando a selva, guardas brancos ao serviço dos proprietários de terras, «lacandónios» que vendem falsas flechas, pescadores mulatos descendentes de escravos negros, xamãs que celebram ritos com garrafas de coca-cola e antenas parabólicas instaladas em tectos de cartão.

A NOVA UTOPIA

É neste universo múltiplo e contraditório que deflagra a revolta de Janeiro de 1994. Este levantamento atinge duas regiões dissemelhantes, embora estreitamente relacionadas: o altiplano e a selva. A primeira, congregada em redor de San Cristobal de Las Casas, é pátria de várias etnias maias; a segunda, onde Ocosingo é centro urbano, constitui o destino de movimentos migratórios de vários tipos. É no altiplano, agrupados em aldeias fundadas pelos espanhóis, que os maias se concentram em grande parte. O nome da selva deriva dos Lacandónios, um grupo maia que nela habitava à época da conquista e que foi exterminado entre os séculos XVI e XVIII. As poucas centenas de indivíduos que actualmente são conhecidos com esse nome são prováveis descendentes de outros povos que posteriormente emigraram do Yucatã.

De acesso difícil, a Lacandónia manteve-se a bem dizer isolada até às últimas décadas de oitocentos, quando, com os melhoramentos operados no sistema de comunicações, se intensificou o comércio internacional de madeiras e o Sr. Adams descobriu a goma-elástica. A partir daí o governo mexicano começou a fixar concessões em grandes extensões da selva a companhias norte-americanas, que se foram estabelecendo ao longo dos rios Usamacinta e Lacantún. A precária economia do altiplano, onde predominava a muito pequena propriedade e onde a terra cada vez se mostrava menos pródiga, deparou então na selva com uma importante saída.

Nas décadas posteriores à revolução [de 1910], os bens estrangeiros tornaram-se propriedade mexicana; mas com o agravamento da questão agrária foram chegando, vindas de todo o país, novas vagas de populações indígenas e não indígenas. Apesar de origens diferentes, os recém-chegados tinham todos o mesmo sonho: tornarem-se donos de umas leiras de terra e começarem ali nova vida. As dificuldades da adequação ao ambiente tropical, bem como a extrema violência das relações sociais, que tendiam a reproduzir o modelo usual em todo o lado, não tardaram a desfazer a utopia, mas mesmo assim a emigração não diminuiu e a selva chegou a ter trezentos mil habitantes, com desastrosas consequências para o equilíbrio ecológico. Por seu lado, o Estado não planificou a colonização nem criou infraestruturas, e nas disputas entre as comunidades e os criadores de gado favoreceu sempre estes últimos. As primeiras vítimas foram as árvores; depois começaram a cair os seres humanos.

No início dos anos 70, as comunidades do altiplano sofreram novos processos de diferenciação interna, produto da lenta expansão das relações de tipo mais capitalista. Visto o partido governamental, o P.R.I., Partido Revolucionário Institucional, monopolizar todo o espaço político, a dinâmica do poder passou a revestir aparências religiosas, iniciando-se sangrentos conflitos entre «católicos» e «protestantes». Semelhantes denominações não devem induzir-nos em erro; ambas as confissões passaram por curiosos processos de *indianização* que acabaram por integrá-las – cada qual com suas próprias especificidades – no universo ancestral maia.

Em certas aldeias, com vista a expulsarem os dissidentes, os caciques indígenas acusavam-nos de serem protestantes. Noutras, eram os catequistas da diocese de San Cristobal, dirigida por monsenhor Samuel Ruiz, que se viam expulsos em nome dum catolicismo conservador e de um radical fundamentalismo favorável ao governo. Só da aldeia de San Juan Chamula, nos últimos vinte anos foram expulsas cerca de trinta mil pessoas, que foram colonizar a selva ou engrossaram as cinturas de pobreza urbana em redor de San Cristobal.

Na selva, hoje em dia, convivem criadores de gado, latifundiários, refugiados guatemaltecos, populações mestiças do Norte e um novo tipo de proletariado indígena proveniente do altiplano, o qual, sem todavia ter cortado o cordão umbilical com as comunidades de origem, se familiarizou entretanto com a cultura ocidental, com as rádios de onda curta, os sindicatos agrícolas e a música rock. O exército zapatista é composto principalmente por esta massa de jovens «marginalizados», que além das línguas indígenas conhecem um pouco o castelhano, os conflitos do mundo contemporâneo, a violência do exército federal e as prepotências da polícia secreta.

Todos estes factores e outros de carácter contingente, como a quebra, em 1993, registada nos preços do café, vieram a gerar uma revolta que, no longo prazo, está ligada ao ciclo iniciado imediatamente a seguir à conquista espanhola no século XVI. A seiva vital desta revolta vem-lhe das aldeias da serra, mas a maioria das tropas procede da floresta tropical. O contacto entre os dois mundos, em vez de dissolver a comunidade índia, criou novos laços de solidariedade e um insólito equilíbrio entre o passado e o futuro. *Votán*, o antigo herói civilizador dos maias, confunde-se com Zapata, transformando-se assim em Votán--Zapata, versão actualizada do antigo mito autóctone. A revolta indígena transforma-se quanto a ela em projecto nacional. É por essa razão que nos próximos anos o futuro do México há-de jogar-se entre os musgos e as orquídeas do Chiapas. ■

[*Setembro de 1994. Traduzido do italiano por J.H.*]

Outro Mundo

Encontro com o Subcomandante Marcos

Entrevista da cineasta CARMEN CASTILLO

Quando as palavras justiça, liberdade, democracia não eram senão isso, palavras.
Quando a morte e o ódio começaram a medrar nos nossos corações,
quando não havia senão o desespero, quando os tempos giravam sobre si mesmos,
sem saída, sem porta nenhuma nem porvir, quando tudo era injustiça,
os homens verdadeiros, os que não têm rosto, os que são da noite, os que são montanha
– por fim falaram. E assim disseram: somos pequenos, e a nossa palavra já se extingue.
Há já tempo demais que o silêncio mora em nossas casas. A hora de falar chegou.
Da noite da terra terão de vir os nossos mortos, os que não têm rosto, os que são
montanha. Que se vistam de guerra, para que a sua voz se possa ouvir.

O capuz era por causa do frio, por segurança, era contra o caudilhismo, e porque uns são mais feios do que outros... Era por isso tudo. Queríamos que qualquer um pudesse envergá-lo, chegado o momento, dizendo: sou eu Marcos, o Marcos não morreu. A ideia era que qualquer pessoa podia ser Marcos, estivesse ou não nas montanhas, escrevesse ou não como ele. E isso, julgo que o não conseguimos. Parece-me que o personagem Marcos está afinal tão individualizado, ou até mais, como se não usasse o capuz. Não me refiro tanto às características que o tornam irrepetível; a novidade não está na ausência de caudilho, a novidade está em haver um caudilho sem rosto.

São muito humanos [os soldados zapatistas], oxalá fossem mais tempo seres humanos e menos tempo soldados, inclusive como soldados de um tipo novo. [...] É bom para este exército propor-se como meta mais alta desaparecer, bem como o facto de assumirmos que só estamos aqui por um tempo e que no melhor dos casos esta arma e este capuz hão-de deixar de ser necessários. Não é a mesma coisa formar um exército cujo objectivo consiste em manter-se no poder, etc. [Estes guerrilheiros] tão-pouco correspondem à imagem do guerrilheiro que tínhamos nos anos 60 e 70: super-homem, resistente a tudo, incapaz de se queixar, sem fraqueza nenhuma. Nós temos muitos erros, altos e baixos, como qualquer pessoa. A diferença é que trazemos um capuz, andamos armados e estamos dispostos a morrer pelas nossas ideias. [...] Que fique claro também que não se deve idealizar o exército zapatista, pois de contrário não se vai perceber nada. Os

zapatistas não são melhores do que os outros, mas também não são piores. A maioria dos que vos apresentámos não está em condições de falar. Uns porque não se sentem à vontade para isso, por causa da língua, outros por sentirem que não é a vez deles falarem. Ou que ainda não é, porque Marcos tem os dias contados. Tem de tocar a vez a outro. E o que tento fazer é isso: que nessas letras [EZLN] as pessoas comecem a ver este exército como ele é, como um absurdo. Porque é absurdo. Tudo isto é absurdo.

O zapatismo demonstrou que a revolta é possível e que vale a pena. Era isto que no fundo estava em questão. Descobrimo-lo em Janeiro de 94. Não pensávamos era que as pessoas seriam tão cínicas. Não esperávamos encontrar uma esquerda tão cínica neste país: «Já que se perdeu tudo, agora que cada qual se safe como pode.»

O mundo inteiro está assim, não te parece?

Sim, é verdade, também demos por isso logo a seguir. Os nossos primeiros contactos foram com a esquerda, com gente que há dez anos víamos muito radical, muito revolucionária e empenhada. E hoje vêmo-los corifeus do neoliberalismo. Para nós isso foi muito duro; foi duro percebê-lo, não como decepção pessoal. Não percebíamos o que se tinha passado nestes dez anos. Continuamos aliás a não perceber: as pessoas que deviam ter o pensamento mais claro [...] abandonaram a luta, e ao mesmo tempo aquelas que não tinham absolutamente nada a ganhar, a sociedade civil, estão prontas para a luta.

Andávamos [Marcos] à procura de resposta para uma situação absurda e anacrónica: como era possível que nas mãos de tão poucos houvesse tanto, e nas mãos de tantos houvesse tão pouco? Foi um acaso aquilo que me trouxe até aqui [à selva Lacandona]. Eu dava aulas. Sabia ler e escrever e conhecia a história do México. Eles precisavam de alguém que lhes explicasse a história do México e que ao mesmo tempo fosse alfabetizando. Os companheiros do primeiro grupo [de guerrilha] eram pessoas com muito boa formação política. (Refiro-me ao primeiro grupo índio, não ao mestiço.) Tinham uma grande experiência das movimentações de massas. Conheciam as broncas todas dos partidos políticos, tinham estado em todos os partidos de esquerda. Tinham passado por bom número de cadeias do país e deste estado, conheciam as torturas. Mas reclamavam aquilo a que chamavam «a palavra política», a história deste país e das lutas sociais. É então que aqui chego, com esse trabalho aprazado. Os companheiros índios desse primeiro grupo guerrilheiro, em 84, há dez anos, encetam comigo uma espécie de dá e toma, uma troca. Diziam-me: «Tu ensinas-nos a história do México e a ler e a escrever.» Até lhes escrevia às namoradas, foi aí que ganhei o vício epistolar. [...] Nenhum aliás teve sorte com tais cartas, não tive êxito nenhum... Foi como para a Convenção, nenhum intelectual aceitou o meu convite; nessa altura, felizmente, eu não assinava as cartas, eram os companheiros que as assinavam...

Resumindo: convidam-me então a fazer parte das suas actividades. Nessa época impunha-se permear a zona, torná-la transitável, topar os sítios onde havia caça e água, era um género de no-

nadismo guerrilheiro, antes de mais nada tratava-se de fazer parte integrante do terreno. O trabalho político era sobretudo interno, não fazíamos nada para fora. Associam-me portanto a essa actividade, ensinam-me a caminhar na montanha (é coisa que tem mesmo de se aprender), a viver dela, a identificar os animais, a caçá-los, a prepará-los, e até a comê-los, porque era necessário uma pessoa ter o estômago em condições para comer do que eles comiam; ensinam-me, em suma, a integrar-me na montanha. A seguir virá a recompensa, mas num trato de iguais. Ou seja, fui aceite no grupo guerrilheiro não quando dava aulas, mas sim quando me tornei um deles.

Essa foi a primeira etapa, muito difícil e solitária, não só para nós [Marcos e um companheiro] que vínhamos da cidade e contra nós tínhamos tudo, sabendo que não havia apoio nenhum na sociedade, nem sequer entre a esquerda. Eles [os índios] tinham ainda a esperança de que alguns sectores revolucionários iriam entender a luta armada. Mas eu já sabia que não [...]. Para eles também era duro, porque estavam afastados das suas comunidades. Usualmente, o índio sai da comunidade para caçar, durante uns dias, mas volta. Nós estávamos longe, nos confins da montanha. E nessa época, e ainda hoje, este sector desabitado da montanha é o lugar dos mortos, dos fantasmas, de estórias que povoam a floresta Lacandona. Os campesinos da zona têm muito respeito por isso; respeito e temor. Nessas horas, à noite, era quando tínhamos essas práticas, já fora de programa, como a gente dizia. Começávamos a falar e aquilo impregnava a atmosfera; eram as estórias de Sombrerón, de Votán, do Ik'al ou Senhor Negro, das Caixitas Falantes, dos Profetas, da Ix'paquinté, uma mulher que aparece de noite, aos homens sozinhos, e faz com que a sigam, e quando vai acontecer o que tem de ser, ela some-se, deixando o homem completamente... enfim, como acontece num caso desses. Foi aí que comecei a aproximar-me deste mundo de fantasmas, de deuses que revivem, que adquirem formas animais ou de coisas, e também desta forma tão curiosa de tempo, em que às tantas não sabemos de que época se está a falar. Quando nos contam uma estória, ela tanto pode ter acontecido há uma semana como há quinhentos anos ou nos primórdios da Terra. Eu contava o caso de Zapata, como ele se metia com o Deus bom – para falar aproximadamente como os maias desta região, aquilo a que chamamos Votán-Zapata. Conta-se, por exemplo, que Zapata era chiapaneco, que nasceu aqui e foi para outro sítio, e que por isso o mataram, que nunca devia ter-se ido embora. Outros dizem até que não morreu, que se veio esconder aqui nas montanhas. Outros diziam também que o conheciam. Coisas muito... muito lendárias, a respeito das quais é difícil dizer que ocorreram em tal ou tal momento. Essas coisas são contadas como se se tivessem passado há pouco.

Quando vejo o que se passou durante estes anos... Quando estávamos no interior da montanha não nos dávamos conta de nada. Só captávamos as estações de ondas curtas, Rádio Havana, a Voz da América, dos Estados Unidos da América, a Rádio Exterior de Espanha, a Radio Fran-

ce Internationale, era o que ouvíamos, não sabíamos de grande coisa. Mas depois de Janeiro de 94 fui vendo o que se tinha passado no México... É verdade, era uma coisa bastante louca o que estávamos a fazer. Naquele tempo a população civil era para nós um fantasma que nunca se via, e connosco andava sempre o fantasma do Che, do Che na Bolívia, o da falta de apoio campesino a uma guerrilha implantada artificialmente. Nessa altura não tínhamos uma visão muito optimista, não. Claro, contávamos com o apoio de pessoas da zona. Mas seja como for não dispúnhamos de confiança suficiente, pensávamos que tudo podia acabar como com o Che. E fomos andando por esses anos fora com esse fantasma metido dentro da gente, com o fantasma de Nancahuasu.

Quantos eram vocês?

Em 84 éramos seis. Em 86 já éramos doze, já podíamos conquistar o mundo, comê-lo como quem trinca uma maçã... Dos seis primeiros, três eram mestiços e três eram índios. Dos doze de 86, um era mestiço, onze eram índios. Só tinha ficado eu, dos mestiços; mas mais tarde outros dois juntaram-se a nós.

Estes companheiros guerrilheiros indígenas podiam ir visitar as famílias, encetar o trabalho político, começar a transmitir, numa troca oral, a herança da história de toda a aldeia, de toda a família. Agora já com a experiência da montanha, da guerrilha, das armas, da história social do México e da visão política, devolviam essa herança aos mais velhos, aos pais, e estes encarregavam-se de a fazer chegar a quem pudesse ouvi-la. O maior obstáculo era então o alcoolismo. Tinham de se precaver contra os perigos duma delação, eles não estavam na montanha, podiam cair-lhes em cima facilmente, na aldeia. [...] Começavam por falar aos que não bebiam, depois falavam aos que prometiam deixar de beber. Era um processo muito lento, muito selectivo, bastante penoso para eles. De início, a rede assim estabelecida era familiar: o pai recrutava os filhos, o filho recrutava os irmãos, os primos, os tios, etc.

Havia aldeias que simpatizavam connosco. Uma delas é a do velho António. Fica nas funduras da selva, foi a primeira onde entrámos armados e de dia. Foi essa a primeira povoação civil que «tomámos», em 86, justamente a aldeia do velho António. Foi ele que nos disse: «Venham cá, porque eles não acreditam no que eu conto.» As pessoas não acreditavam porque a guerrilha, nessa época, era parte de todo este mundo mágico, que tanto pode ser certo como incerto. Nasce então essa imagem de homens armados que não vêm da cidade, que vêm lá de cima da montanha. (Para as pessoas daqui, eu venho da montanha, não venho da cidade.) E essa visão relaciona-se com muitas estórias antigas, anteriores até aos espanhóis. A primeira reacção das pessoas foi de respeito: «Estes dormem onde não me atrevo a dormir e vivem pior que eu.» Todos os moradores sabiam que os guerrilheiros viviam pior do que os campesinos pobres da zona. E isso tornava possível que nos ouvissem, e começámos então a falar de política.

Que lhes contavam vocês?

Os absurdos que nos tinham ensinado: o imperialismo, a crise social da correlação de forças... a conjuntura... Coisas que ninguém entendia, é claro, nem uns nem outros. Mas eles eram muito honestos, porque quando perguntávamos se tinham percebido, diziam que não. Precisávamos de

nos adaptar, de aprender, porque não se tratava ali de um público cativo. [...] Diziam: «Não entendemos essas palavras. São muito duras. Busquem outras.» Precisávamos portanto de aprender a falar, de aprender a falar com as pessoas. Como dizer-te? Aprendemos a ouvir. É isso. Antes tínhamos aprendido a falar, como toda a esquerda, em todo o caso como a esquerda latino-americana. Era a especialidade dela, falar. Ali, obrigados, tivemos mesmo de aprender a ouvir, porque era uma linguagem que não era a nossa, e não era só por não se falar espanhol; é certo que tínhamos de aprender outras línguas, mas os marcos culturais também eram diferentes. As coisas não tinham o mesmo sentido, era necessário saber ouvir com muita atenção.

Em suma: tínhamos uma visão muito quadrada da realidade. Mas quando a gente chocou com a realidade, desse choque saltou qualquer coisa que começou a rolar e a polir-se, em contacto com as aldeias. E isso já não tinha nada que ver com o princípio. Se nos perguntarem: Mas vocês são o quê? marxistas, leninistas, castristas, maoístas? eu respondo que não sei. Porque de facto somos o resultado duma hibridação. Ou dum choque de que saímos, e ainda bem, vencidos.

Ao mesmo tempo tem início este processo de conspiração, clandestino, colectivo, de milhares de pessoas, de famílias inteiras, homens, mulheres, crianças, idosos, no qual essas pessoas decidem estruturar-se em governos autónomos. Diversas comunidades organizam-se como uma espécie de governo paralelo e formam o seu Comité. Encetam os seus trabalhos colectivos, mas o dinheiro, que antes era gasto em festas, no álcool (o alcoolismo era mesmo importante) ou nos diversos arranjos da comunidade, o dinheiro passa a ser destinado à compra de armamento. [...] E chegamos assim a um outro elemento importante, é que este exército não foi armado de fora, é um exército que se arma a si mesmo, sendo por isso o seu desarmamento coisa impensável. Cada uma destas armas custou trabalho e canseiras àquele que a possui. Tirar-lha seria como querer tirar a vaca ao lavrador. [...] A este exército ninguém veio dizer: «Aqui tens 500 ou 1000 espingardas, pega lá uma. [...]» Quando a arma não te pertence, podes devolvê-la. Mas neste caso cada qual teve de trabalhar para a conseguir. [...] No exército zapatista, passámos de dezenas a milhares em pouco tempo; em menos de um ano, entre 88 e 89, passámos de 80 a 1300.

Começam então a activar-se os Comités, e os responsáveis regionais começam a dizer-nos que as pessoas querem combater. Nós respondemos: Vocês estão doidos! A União Soviética acabou, já não há campo socialista nenhum, na Nicarágua perderam as eleições, na Guatemala já assinaram a paz, no Salvador estão a discuti-la, Cuba está encurralada, já ninguém quer ouvir falar de luta armada e de socialismo ainda menos, está tudo contra uma revolução agora, mesmo se não for socialista. «Não queremos saber do que se passa noutros sítios. Estamos condenados a morrer. É preciso consultar as pessoas. Não dizem vocês que se deve fazer aquilo que o povo diz?» Não podíamos senão anuir. E fomos então fazer essa consulta. Enviaram-me a mim pelas aldeias, corri-as quase todas explicando a situação: esta é a situação da miséria, esta é a internacional, e esta é a nacional. Está tudo contra nós. Que devemos fazer? Discutiam durante dias, até chegarem ao voto, registado em acta, onde notavam o número presente de crianças, homens e mulheres, o número dos que eram favoráveis a que se desencadeasse a guerra e dos que preferiam esperar mais

tempo. O resultado dessa consulta, com dezenas de milhares de votos, foi que se iniciasse a guerra em Outubro de 92, por ocasião dos 500 anos da conquista.

Como eu tenho o mando militar, passaram-me a bola. Eu pedi um prazo, para tratar de tudo. Porque toda a nossa estrutura militar estava organizada com vista à defesa, era isso que pediam, que os defendessemos. Nunca tínhamos pensado em surtidas de ataque às cidades. Sonhávamos com isso, claro, mas não nos tínhamos treinado para o combate urbano. Bem sabíamos que era necessário a gente atacar as cidades, era a minha ideia, ou seja, conseguirmos um efeito político que nos ajudasse a acabar com a acusação de sermos narcotraficantes. Porque agora já não nos podem acusar de sermos títeres do imperialismo soviético, isso já não existe, nem de sermos uma revolução exportada. Mas podem muito bem acusar-nos de sermos uma narco-guerrilha. Precisávamos portanto de superar também isso, e para tanto impunha-se uma acção espectacular, tomar as cidades, coisa que os narcotraficantes não fazem, brandindo nessa ocasião a bandeira dum exército maioritário, de milhares. Era preciso planearmos uma surtida às cidades, tomar as cidades municipais, com muitas tropas. Por força de problemas logísticos, de unidades incompletas ou de falta de equipamento, passou Novembro, depois Dezembro, e assim chegamos ao último dia do ano de 93. Foi aí que teve início a última etapa da nossa história. Enfim, espero que não seja a última. A etapa em que estamos, com início em Janeiro de 94.

Sim, claro, ouvimos vozes que nos dizem: «Venham dirigir-nos, digam-nos o que fazer.» Mas nós fizemos todo o possível para responder que não, que isso não é possível e nem é admissível. Uma pessoa não pode aspirar, como ser humano, àquilo que deseja seu, à sua pátria, neste caso, como entidade dirigida por gente armada. Por muito bom que seja um militar, simpático, bonito, e por muito bem que escreva, não pode ser ele a dirigir os destinos duma nação. Nem tão-pouco um grupo de gente armada, mesmo tratando-se de um colectivo. É visivelmente necessário recorrer ao argumento das armas para o país ser conduzido com justiça. Mas tem de ser um civil. A imagem do guerrilheiro é muito sedutora, sobretudo a do guerrilheiro mascarado, a respeito do qual se podem tecer montes de estórias. Não queremos que de nós se herde o culto da morte. Queremos deixar como herança o culto da luta. E como costumamos dizer, para lutar é preciso estarmos vivos, mortos já não o podemos fazer... E realmente, uma boa parte da nossa preparação militar tem em vista isso, não morrermos. [...] Não preparámos ninguém para morrer – nem política, nem moral, nem sentimental, nem tecnicamente. Todos nos treinámos para lutar e viver, para triunfar. [...]

Transcrito do filme de TESSA BRISSAC e CARMEN CASTILLO, *La véridique légende du sous commandant Marcos*, La Sept-Arte /Anabase Productions, Paris, 1995. Traduzido do castelhano oral por J.H.

Retrato do Sub

O *subcomandante* Marcos é a última de uma série de personagens fabulosas que povoam as crónicas indígenas, personagens essas surgidas já antes da chegada dos espanhóis. Com a conquista, repetidamente, mito e história cruzam-se, dando vida a figuras sobre-humanas que incarnam a resistência e o renascimento da comunidade. Nem sempre se trata de figuras autóctones. No Chiapas nunca se apagou a lembrança de Ignacio Fernández Galindo e da mulher, Luisa Quevedo, dois anarquistas que em finais do século passado se puseram à testa duma belicosa insurreição maia... Primeiro herói do novo milénio, Marcos liga hoje a fértil tradição indígena e camponesa do México à epopeia urbana e libertária dos anos 70. Anónimo, como tantos outros antes dele, o Sub é a ponte entre um mundo índio ansioso de libertação e um retalhado arquipélago de grupos e movimentos sociais.

Rodeado pela sua guarda pessoal, encontro-o após terem terminado os trabalhos da Convenção Democrática Nacional [6 de Agosto de 1994]. De estatura média, dos seus 35-40 anos, branco, de olhos claros, é dotado de ironia, de um nariz proeminente e de um agudo sentido da comunicação. Por detrás da cartucheira, do capuz e do cachimbo, encobre-se uma mente ágil. Aprecia as citações eruditas e tem um fraquinho pelos intelectuais, que bombardeia com missivas e interrogações. Desde 1 de Janeiro que as suas 400 páginas de comunicados, cartas e poemas, verdadeira torrente de palavras, evidenciam uma vocação literária. Suscita violentas paixões no sexo feminino e dele tudo se disse: que é homossexual, que o não é, que tem uma queda terrível para o amor, que é um jesuíta. Para os maias, pouco inclinados a futilidades, é sobretudo alguém que conhece os rudimentos de estratégia militar. [...]

Aguascalientes, 9-8-94.
Trad. do italiano por J.H.

CLAUDIO ALBERTANI

N.D.R. - No contexto do ataque do exército federal contra as posições zapatistas em Chiapas, em princípios de Fevereiro de 95, num «Discurso à Nação», Zedillo, o presidente da República, anunciou entre outras coisas que o governo já conhecia a identidade de Marcos, cujo nome seria Rafael Sebastian Guillen. A *revelação*, cujo objectivo evidente consistiu em combater a aura mítica do Sub, não parece todavia corresponder a nada de sólido, nem foi confirmada. O interessado, quanto a ele, desmentiu-a.

ADMINISTRAÇÃO ÍNDIA
E DEMOCRACIA DIRECTA

B. TRAVEN

Durante o acto de posse e festa condizente, enquanto os sinos tocam, atiram-se foguetes. Toca a música e as pessoas dançam a meio da alegre barulheira. O novo chefe foi eleito e, diante do portão do *cabildo*, é então apresentado pelos delegados da tribo ao chefe cujo mandato expirou e respectivos conselheiros. Com esta apresentação fica concluído o exame dos documentos eleitorais. O chefe anterior faz um discurso, redigido em forma poética e numa língua indígena provavelmente muito antiga. O novo *jefe* responde-lhe com modéstia e cortesia. O seu discurso é também formulado em língua índia e utiliza rimas que muito provavelmente foram previstas para este tipo de cerimónia há mais de mil anos.

Após grande número de cerimónias, quando por fim lhe entregam o bastão, trazem uma cadeira. É uma cadeira baixa, de madeira e com múltiplos cordões de passamanaria, parecidos com ráfia. O assento dela tem um buraco, e o buraco tem o tamanho do traseiro de um homem. A meio das risadas, dos alegres dichotes e das brincadeiras atrevidas dos homens que assistem à cerimónia, ali entre a multidão o novo chefe baixa as calças de algodão branco até às pernas, pousando então o traseiro nu na dita abertura da cadeira. Empunha o bastão de ébano adornado com punho de prata, representativo da sua função, e todo aprumado e muito digno, ali fica a presidir, de rosto virado para os homens da nação, diante dele agrupados.

Fica sentado, todo sério, majestoso, como se fosse proceder solenemente ao primeiro acto oficial.

Os chistes e as risadas dos homens que o cercam cessam por instantes. Até parece que todos querem beber, recolhidamente, as primeiras palavras importantes que o novo chefe vai proferir.

Mas neste momento chegam três homens, enviados à festa pela tribo que no ano que vem por sua vez deverá eleger cacique. Trazem estes homens um vaso de barro em cujos flancos se vêem muitos furos. E o vaso vem cheio de brasas bem acesas, que a mais leve brisa logo atiça.

Num discurso em língua indígena, dito em verso, um dos homens explica a razão de ser do acto que vai cumprir. Mal conclui o discurso, enfia o vaso cheio de brasas por debaixo do traseiro nu do novo chefe. No discurso que acabou de proferir, explicou que este lume, ora posto sob o traseiro do chefe dignamente sentado em sua cadeira oficial, tem por fim lembrar-lhe que nela se não sentou para descansar, mas sim para trabalhar em prol do povo. Deverá pois manter-se alerta e zeloso mesmo depois de se ver instalado oficialmente. Além disso, não deverá esquecer quem lhe introduziu o lume debaixo do assento, ou seja, a tribo que no próximo ano designará outro cacique, e isto para não esquecer que não deverá agarrar-se à função mas sim cedê-la mal termine o mandato, a fim de se evitar um reinado vitalício ou uma ditadura

nefasta para o povo. Se acaso se agarrasse a tal função, haviam de colocar-lhe debaixo do traseiro fogueira tão enorme e prolongada que da cadeira e dele nem cinzas ficariam.

Mal o vaso cheio das ardentes brasas é posto debaixo da cadeira, começam a ser declamadas máximas rimadas por um homem da tribo do precedente eleito, por outro da tribo que no próximo ano há-de eleger o chefe e por um terceiro da tribo de que provém o cacique agora investido.

Enquanto a recitação das sentenças não terminar, o novo chefe não deverá levantar-se da cadeira. A duração de semelhante prova dependerá da popularidade ou da impopularidade do eleito entre os seus irmãos de raça. Os recitantes tanto podem declamar as rimas lentamente e com grandes precauções como entoá-las a toda a pressa, sem todavia e abertamente trairem a intenção. Caso o homem que espera a vez de falar ficar com a impressão de que os anteriores foram rápidos demais, pode amplamente reparar tal dano discursando com lentidão maior.

O chefe, sejam quais forem as sensações que vai tendo, nunca deverá manifestar, por trejeitos ou gestos, os efeitos do calor sobre a sua pessoa. Muito pelo contrário, mesmo após haverem sido recitados todos os aforismos, não se levanta logo, contente por chegar ao fim a sessão de aquecimento; fica ainda sentado um bom bocado, para mostrar claramente não tencionar fugir às dificuldades que o exercício das suas funções poderá reservar-lhe. Isso aumenta a alegria dos homens, que não lhe tiram os olhos de cima, aguardando com impaciência que dê mostras de desconforto para poderem rir-se dele. Mas quanto mais as piadas são vivas, mais tempo ele fica escarranchado; e mais aumenta assim o respeito e a confiança que inspira.

Vai procurar até atirar o ridículo para cima dos outros. Lança a um: «Olha lá, ó delicado, se nem tens goelas, como raio queres tu ajudar a tua mulher a cozinhar a sopa? Serás tu capaz de me assoprar debaixo do cu para me aqueceres? Olá tu, ó Eliseu, chega aqui e raspa-me este gelo que se me agarra ao traseiro!»

As brasas estão agora quase apagadas. O chefe, lentamente, levanta-se. O gelo de que ele falava, todavia, não é coisa inofensiva. A pele fica coberta de crostas e em muitos sítios grandes manchas violáceas que ao longe se cheiram. Um amigo chega-se ao pé dele, unta-lhe a pele com óleo e aplica-lhe um penso de folhas esmagadas, enquanto um outro lhe verte sobre as chagas copázios de tequilha.

Durante semanas e semanas, o novo chefe não poderá esquecer aquilo em que está sentado. Durante os primeiros meses após ter entrado em funções, isso irá ajudá-lo bastante a governar em conformidade com as vontades exprimidas pela nação durante o processo eleitoral.

Em quase todos os casos, hão-de ficar, nesta parte escondida do indivíduo, cicatrizes suficientes para ele poder provar, até à idade mais provecta e graças a um documento inalterável, que teve a honra de ser eleito uma vez chefe da sua nação; mas também para lhe tirar a tentação de se fazer eleger em tais funções segunda vez, coisa que seria contrária aos costumes do seu povo.

Com toda a seriedade, bem se podia aconselhar aos operários que pusessem em aplicação este método de eleição relativamente aos funcionários das organizações sindicais e políticas. Não só na URSS, onde isso é mais necessário, mas igualmente em todos os países onde Marx e Lénine são os santos que se veneram. Os operários militantes poderiam certamente obter úteis resultados com mais segurança colocando todos os anos debaixo das nádegas dos dirigentes um fogo bem atiçado.

Não há chefe que seja insubstituível. E quanto mais rapidamente se sucedem no assento ardente os novos dirigentes, mais vivo se mantém o movimento.

Não sejas timorato, proletário. E sentimental ainda menos.

Extraído do livro de B. Traven, *Regierung*, Berlim, 1931. Traduzido do francês por J.H., do livro *Depuis les montagnes du sudeste mexicain...*, org. e trad. de Adèle Zwicker, L'Insomniaque, Paris, 1994.

SACCO E VANZETTI NO BRASIL

PRESENÇA E ACÇÃO DA LITERATURA DE CORDEL

por *Regina Helena Machado*

«As mãos são do artista,
mas a arte é do povo.»
FRANZ BOAS

Em todo o processo cultural brasileiro, a forma de expressão mais autêntica, por ser directa, a maior fonte de conhecimentos da psicologia do povo, reside sem dúvida na poesia popular, folclórica ou de cordel. O número de trovadores é imenso, sendo fluente o versejar entre as pessoas simples.

As tradições orais passam de geração em geração, sendo por todos assimiladas; tal como na Idade Média havia os trovadores dos paços, no Brasil há os trovadores da rua, que é o espaço do povo.

O poeta popular age adentro de uma estrutura urbana e rural que se estende a todo o país, sendo porém o Nordeste a região onde tal forma de expressão assume maior relevo. Isto se deve ao facto mesmo da formação e conformação do homem nordestino, que, juntamente ao da região Norte, é hoje aquele que mais conserva as características populares nativas ou brasílicas; por seu isolamento das grandes zonas ou regiões industriais (Leste e Sul), mola do surto desenvolvimentista do país, onde se fixaram os núcleos emigratórios, o Norte e o Nordeste puderam, mais do que qualquer outra região, manter-se afastados das superestruturas alienígenas inerentes ao desenvolvimento, à importação de hábitos, modas, culturas, comportamentos. Etnicamente também, é nesta faixa geográfica que menos se verificou mistura, sendo o mulato, o caboclo e o cafuso seus tipos físicos representativos, oriundos da fusão básica de negro, índio e branco.

É a região mais pobre e menos desenvolvida do país, onde há hoje ainda, considerando-se o Amazonas, milhares e milhares de quilómetros quadrados onde o homem jamais sequer pisou. No Nordeste, por seu lado, verifica-se uma densidade populacional muito grande nas capitais, ao passo que no *hinterland* o homem é devorado pelo sol, onde é normal haver seca durante dois anos ininterruptos. E o nordestino vive neste ambiente, nestes desertos em geral completamente isolados de qualquer comunidade mais adiantada ou constituída diferentemente.

O homem-povo é aí essencialmente um marginal que vive, na cidade, de biscates e empreitadas, e, no campo, de menos ainda, pois caso encontre um pedaço de terra onde se estabeleça, esta, por ser estéril, nada tem para lhe oferecer. A população rural nordestina, quase por regra, é ambulante, nessa sua itinerância buscando uma seca menor. O homem se dedica a pequenas culturas, a pequenos comércios, a pequenos serviços, invariavelmente em luta dramática pela sobrevivência, na qual sempre obtém muito magra recompensa.

O poeta popular é, em essência, homem-povo. É fecundado neste meio. Em sua grande maioria tem a vida traçada nos caminhos da colectividade que o envolve, fazendo os mesmos serviços, e por isso mesmo se locomovendo com certa frequência, sempre à cata de lugares novos e melhores. Em qualquer de suas horas vagas e durante suas noites, tendo perto uma viola, mergulha na poesia. Em dias de festa, sozinho ou com parceiros, dedica-se a esta arte, comungando com os que o rodeiam suas novidades, alegrias e tristezas.

Neste ponto é necessário diferenciar, segundo meu testemunho e experiências pessoais, três tipos distintos de cantadores, numa escala estabelecida com relação à função criativa de poeta e cantador: *a)* esporádicos e/ou diletantes, que se inserem na descrição feita acima; *b)* semiprofissionalizados, os sem-destino, que cantam sempre, de aldeia em aldeia, e que disso vivem; *c)* os profissionalizados, que atingem certa popularidade e têm oportunidade de se estabelecer num centro urbano relativamente importante e com bom mercado, ou na capital estadual, onde então quase sempre passam a editar suas e outras composições. (Dá-se uma certa comercialização desta literatura de cordel nos perímetros urbanos do Rio e de São Paulo, onde é reeditada,

perdendo então, neste processo, seus primitivos valores e características formais.)

Com o nome de folheto ou folhetim, no Norte, ou com o de volante, no Sul, as tradições históricas, éticas e políticas deixam assim de pertencer a um clã, a uma *tribo*, a um grupo social, e passam ao domínio popular:

Os operários diziam:
Morreu o meu protetor
Um outro Getúlio Vargas
Não nos manda o Criador
Rolava em todas as faces
O pranto de seu amor.
(Rodolfo Coelho Cavalcante,
A Chegada de Getúlio Vargas
no Céu e o seu julgamento)

A poesia folclórica ou oral contém assim fontes diversas: tradições, factos criados pelo trovador, tramas intrincadas de literatura anteriormente conhecida, qualquer notícia, em suma, que ofereça elementos para uma acção onde ocorram motivos que sigam uma ordem clara e de alcance popular. Clara e de amplo interesse, porque aquele que canta os versos, fá-lo para um determinado grupo que encontra em suas deambulações, num mercado, numa feira, no coreto duma praça em dia de festa ou ao domingo:

Basta um cabra não ter disposição
pra viver do serviço de alugado,
pega numa viola e bota ao lado...
sai no mundo a gabar-se em toda parte
e a berrar por vintém em mei da feira.
(Dimas Batista, *Cantoria*)

E o poeta que se dedica à poesia oral, tenta depois dá-la à estampa. Surgem grupos dedicados ao trabalho de expansão deste produto literário popular: os que fazem os versos e também os cantam, os cantadores propriamente ditos, os impressores, os xilógrafos, os vendedores (que amiúde são os próprios cantadores).

Após esta transformação de oral em escrita, a poesia folclórica adquire forma nova, passa à categoria de poesia dita popular e escrita, já com características técnicas de impressão, e vai expandir-se em outros meios. Produto de artesanato popular, é-o não apenas na sua confecção lírica, mas também na concepção gráfica que reveste. O próprio autor muitas vezes dedica-se à gravura (xilo), passando então a ilustrar sua publicação com temas e formas essencialmente pertencentes a seu mundo de imaginação e de intuição primitivas, isto quando não faz uso de fotografias que possam sugerir o romance tematizado.

É desta poesia que tratamos; da já impressa, mas que conserva as mesmas características da oral: espontaneidade, improvisação, despojamento e, sobretudo, a mais simples identificação com o facto narrado:

Leitores esta história
um velho contou a mim
isto eu versei assim
satisfeito com a glória
Descrevi esta vitória
em contato com o Divino
lutando com o destino
imerso neste sistema
representando em poema
as bravuras de Silvino.
(Luiz de Lira, *As Bravuras de*
Antônio Silvino em honra
de um velho amigo)

O restante dos sucessos
direi no livro «Revoltas»
que sairá brevemente
escrito com linhas tortas:
caindo de mão em mão,
vendendo-se pelas portas.
(Pacífico Pacato Cordeiro Manso,
O Tiroteio de Maceió. Zé Povo
e os Maltinos)

A dualidade de motivos é também constante:

Do homem velho ao menino
Do ricaço ao jornaleiro
(João Martins de Ataíde, *Sacco e Vanzetti aos Olhos do Mundo*).

Ou a assimilação instintiva da natureza:

Adeus montanhas divinas
Adeus lapa onde morei
Adeus primeiro lugar
Onde meu pranto enxuguei
Adeus aquela cascata
De onde salva saltei.
(Teodoro Ferraz da Câmara, *Os Martírios de Rosa de Milão*).

Convém notar que, devido à sua falta de cultura, sem jamais ter tido qualquer orientação quanto à educação formal, o poeta popular verte na obra toda a confusão de valores que recebe de seu mundo caótico, mostrando-se as mais das vezes incapaz de os distinguir, não possuindo os seus próprios valores, reflexo óbvio de sua sociedade faminta e sedenta, geralmente analfabetizada. Ao mesmo tempo, por exemplo, que louva João Gou-lart, elogia Getúlio Vargas, ou Castelo Branco. O mesmo autor do folheto intitulado *Sacco e Vanzetti aos Olhos do Mundo*, que se identifica com a luta de princípios travada pelos dois emigrantes italianos contra o fascismo norte-americano, não tem noções concretas acerca do que tenha sido a primeira guerra mundial, conforme se verá no próprio texto.

Assim, pode um outro poeta clamar:

Todo poeta é ativo
Não lhe falta aspiração
Escreve qualquer notícia
Sem agravar a nação
Embora que para todos
Não seja satisfação.
(Moisés Matias de Moura, *Pavoroso Desastre de Trem no dia 31 de Outubro de 1949. 7 mortos e 9 feridos*).

Fontes da Poesia Popular

Vem em primeiro a adaptação nacional de lendas alienígenas, contos de fadas, príncipes e princesas, estórias de anjos e demónios, conquistas e reinos, filtradas por seu estatuto social, político e financeiro:

Num alfarrábio francês
Foi esta lenda encontrada
O caso foi doloroso
A cena foi complicada
Do falso duma madrasta
E o sofrer duma enteada.

Numa cidade da Itália
Denominada Milão
Residia um alfaiate
Chamado Paulo Bairão
Casado segunda vez
Com uma fera dragão.
(Teodoro Ferraz da Câmara, *op. cit.*)

Depois a História. Os trovadores assenhoreiam-se dos factos sociais e políticos e deles extraem sua obra. Como exemplos, vejam-se os inúmeros folhetos narrando o cangaço, louvando suas acções, voltando-se contra as milícias armadas; vejam-se também aqueles que narram vida e morte de políticos, que versejam sobre guerras, etc. Aqui, como nos outros casos, na falta de documentação histórica precisa, o poeta investe toda sua força de imaginação de homem e cidadão:

Em Plutão disse Getúlio
Que ali não demorava
Recusou todos convites
Porque Hitler ali estava
Trabalhando de mineiro
Pelo crime que pagava.

Em «Capela» um ramalhete
De flores celestiais
Recebeu Getúlio Vargas
Por dois grandes Marechais

Deodoro e Floriano
Que se tornaram imortais.
(Rodolfo Coelho Cavalcante, *op. cit.*)

Você que leu a história
Não pense que é invenção
Nem julgue que o trovador
Foi cabra de Lampeão
Não fui cabra nem menti
Toda história eu escrevi
Porque tive informação.
(Antônio Teodoro dos Santos,
Lampeão, o Rei do Cangaço)

E enfim estórias nacionais e regionais de cunho tradicional, glosadas durante anos e sempre passíveis ou não de sofrer novas versões:

O monstro do Rio Negro
o seu pai foi um pajé,
que viveu no Rio Negro
regendo a tribo Maué
o Brasil inda não era
uma nação como é.
(José Camelo de Melo Resende,
O Monstro do Rio Negro)

Leitores no Ceará
a 21 de Janeiro
deu-se um exemplo assombroso
com a filha dum fazendeiro
Jesus Cristo a castigou
porque ela profanou
do Padre de Juàzeiro.
(Severino Gonçalves,
A Môça que Virou Cobra)

Todas essas influências geralmente reflectem uma posição individual no seio de um determinado contexto social, mas nem por isso deixam de obedecer às normas impostas pela poética popular: tramas de fácil alcance, intensas e constantemente repetidas, acção central de agrado popular, muitos jogos de palavras que levam ao deleite ime-diato causado sobretudo pelas repetições, acúmu-los, identidade de rimas, disseminação e recolecção de elementos através de estrofes, o que de certa maneira provoca a sensação de actividade lúdica e de participação no ouvinte ou no leitor:

É como filho sem mãe
É como a ave sem ninho,
É como a planta que nasce
Desprezada no caminho,
A ave não tem parada
A planta não é tratada
O filho não tem carinho.
(João Martins de Ataíde, *op. cit.*)

É importante sublinhar que o leitor, quando acontece ser leitor, mantém estatuto de ouvinte, visto esta poesia impressa ser feita para acompanhar os espectáculos de cantoria ao ar livre. Ser cantada é o primeiro objectivo da poesia popular, para atingir muito mais de perto a recepção. Tenha-se pois em conta que os autores praticamente desconhecem o que seja sílaba métrica, gráfica ou fonética, e que tão-pouco possuem noções de teoria literária ou princípios poéticos de carácter universal:

Agora peço desculpa
Deste versinho mal feito
E se acharem ruim
Não foi pelo meu respeito
Foi apenas demonstrando
Que a crise vai levando
Tudo no mundó do eito.
(José Bernardo da Silva,
Os Horrores do Nordeste)

O Romance de Sacco e Vanzetti

O romance em que nos detemos é dos que vão beber à História. Os elementos reais são ao autor fornecidos por uma notícia de jornal, passando ele de certo modo a identificar-se-lhes.

É a crónica de dois homens assassinados ferozmente, de dois anarquistas célebres, por defenderem uma causa humana, por pregarem o amor entre os homens, por não praticarem o mal. Acusados e declarados culpados por um júri que julgou sem provas, esperaram sete anos na prisão a condenação final, a da cadeira eléctrica. Mesmo com a confissão do verdadeiro responsável pelo acto de que se eram acusados, entretanto detido, mesmo com o apoio e o apelo de milhões de pessoas no mundo inteiro, Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti serão assassinados legalmente.

Caro leitor este livro
É de verdades reais
Trata da lei de um país
E três sentenças fatais
A história aqui contada
Foi igualmente tirada
Da notícia dos jornais.

Este caso compungiu
O coração brasileiro
Do homem velho ao menino
Do ricaço ao jornaleiro
Tudo teve compaixão
Causando grande impressão
Na face do mundo inteiro.

São eles Sacco e Vanzetti
E Celestino Medeiros
Este último se acusava
Porém os outros primeiros
Falavam com insistência
Comprovando esta inocência
Nos momentos derradeiros.

Eu mesmo vi senhoritas
Antes da execução
Passar a noite fazendo
Promessa no coração
Ante a imagem de um santo
Os olhos cheios de pranto
Ajoelhadas no chão.

Muita gente também disse
Que houve perversidade
Pois os dois italianos
Não tinham cumplicidade
Mortos daquela maneira
Por meio de uma cadeira
Contendo electricidade.

O universo agitou-se
Da Ásia à Oceania
América África Europa
Contra a grande tirania
Da capital ao sertão
Um pedido de perdão
De toda boca partia.

Não teve perdão algum
Houvesse ou não inocente
A lei tornou-se implacável
Forte cruel inclemente
Conforme o destino quis
Um por um cada infeliz
Foi morto instantaneamente.

Agora caro leitor
Fazemos ponto final
Eu vou narrar a história
pelo lado principal
Como isto começou
Até quando terminou
Nessa tragédia fatal.

Numa cidade da Itália
Nicola Sacco nasceu
Até 17 anos
Junto à família viveu
Trabalhando pobremente
Por ser muito inteligente
Uma idéia concebeu.

Sabendo que em sua terra

Não podia progredir
E tendo no pensamento
A nova luz do provir
Com ardor no coração
Dali pra outra nação
Ele tratou de partir.

Então escolheu a América
Por ser um bom continente
Onde há tempos se encontrava
Um seu amigo e parente
E seguiu sem mais tardança
Levando a grande esperança
De prosperar de repente.

Porém em qualquer lugar
O sofrimento é do pobre
A miséria só não gosta
De visitar quem é nobre
Isto é em toda nação
Quem quiser ter cotação
Arranje primeiro o cobre.

Mesmo os Estados Unidos
Seduz qualquer homem moço
Por ser rico e potentado
Lugar de muito alvoroço
Chegue lá sem trabalhar
Veja se alguém vem chamar
Para pagar um almoço.

Foi justamente o que deu-se
Com o pobre do estrangeiro
Chegou ali sendo estranho
Sozinho sem companheiro
Em grave situação
Sem achar colocação
Onde ganhasse dinheiro.

De maneira que Nicola
Sofreu a calamidade
De passar várias semanas
Passando necessidade
Sem ter pão nem agasalho
A procurar um trabalho
Dentro daquela cidade.

Mas como Deus é bom pai
Não despreza os desgraçados
Na cidade onde ele estava
Depois de meses passados
Quase sem calma e sossego
Nicola achou um emprego
Numa fábrica de calçados.

Então trabalhava muito
No novo emprego que tinha
Ganhando o pão torturado
Numa tarefa mesquinha
A sorte assim prometeu
E ele ali conheceu
A sua esposa Rosinha.

Enamorou-se com ela
Depois tratou de casar
O matrimônio foi feito
Naquele mesmo lugar
Daquele dia em seguida
Seguiu-lhe uma nova vida
Com a esposa e o lar.

Vanzetti também nasceu
Numa aldeia italiana
Criou-se religioso
Em uma Igreja Romana
Seu pai um bom cidadão
Cujo nome era João
E sua esposa Susana.

Depois entrou no colégio
Onde aprendeu bem a ler
Pois ali é obrigado
Qualquer pessoa aprender
Estudou com paciência
Pois a sua inteligência
Fazia gosto de se ver.

Aos 13 anos de idade
Sua vida teve início
Abandonou os estudos
Embora com sacrifício
Achando que estava ruim
Seguiu dali pra Turim
Onde aprendeu um ofício.

Depois tomou novo rumo
Conforme ditou-lhe a sorte
Procurando a terra ingrata
Onde encontrou sua morte
Julgando de progredir
Por isso resolveu ir
Para a América do Norte.

Ele conforme diziam
Era bom trabalhador
Para ganhar sua vida
Não encarava rigor
E abraçando o sofrer
Vanzetti chegou a ser
Servente de construtor.

Porém vendo que o emprego
De servente de pedreiro
Era um trabalho pesado
E não rendia dinheiro
Arranjou outro lugar
Começando a trabalhar
Na profissão de peixeiro.

Neste tempo de miséria
A Europa se batia
A Alemanha e a França
A Bélgica e a Áustria-Hungria
No grande furor da guerra
A Itália e a Inglaterra
Portugal Grécia e Turquia.

Começou a aparecer
As grandes calamidades
A fome invadindo logo
Aldeia vila e cidades
Nesse tempo temerário
Surgiu o povo operário
Formando as sociedades.

Sacco e Vanzetti guardavam
O ideal das conquistas
Começaram a frequentar
A sede dos comunistas
Com poucos dias passados
Estavam já alistados
No quadro dos anarquistas.

Faziam vários discursos
Nas grandes reuniões
Sobre a guerra tão sangrenta
Que devastava as nações
E os governos malvados
Expondo os pobres soldados
Aos projéteis dos canhões.

Um dia eles voltavam
De certa reunião
Onde foram protestar
No meio da multidão
A morte de um companheiro
E o outro prisioneiro
Nas grades de uma prisão.

Então os dois estrangeiros
Viajavam calmamente
De volta do tal comício
Foram presos de repente
Dali seguiram escoltados
Por um grupo de soldados
Um sargento e um tenente.

Em novecentos e vinte
No centro de uma cidade
Deu-se um assalto e um crime
Com toda perversidade
Em dois homens que passavam
E uma bolsa levavam

Com dinheiro em quantidade.

Este crime foi levado
De dia em pleno clarão
No meio da ira pública
Por entre a população
Foram 6 os assaltantes
E os dois pobres viajantes
Ficaram mortos no chão.

Praticado o negro crime
Fugiram por uma estrada
Metidos dentro de um auto
Que corria em disparada
Deixando acolá somente
Aos olhos daquela gente
Uma impressão desgraçada.

Muitas pessoas diziam
Que pelos traços ligeiros
E a maneira de agir
Dos terríveis bandoleiros
Tudo dava opinião
Que eles tinha as feição
De bandidos estrangeiros.

Então deram logo queixa
À primeira autoridade
E começaram a fazer
Suposições à vontade
Em tudo o povo se mete
Acusando Sacco e Vanzetti
De toda cumplicidade.

Os pobres italianos
Meteram numa prisão
Com a entrada na célula
De criminoso e ladrão
E o juiz foi estudar
Pra depois explicar
Se eles tinham razão.

De Sacco e Vanzetti foram
Os dois processos formados
Também não demorou muito
Surgir os advogados
Depois dos depoimentos
Trazendo seus documentos
Pra defender os culpados.

Depois surgiu uma causa
Onde o juiz se apegou
De que em uma das vítimas
A bala que se encontrou
De Sacco havia partido
Então logo decidido
Duas sentenças lavrou.

Duas sentenças de morte
Muito embora os condenados
Mostrassem constantemente
De que não eram culpados
Dentro da negra prisão
Implorando compaixão
Sendo os seus rogos baldados.

Houve alguém que arranjou
Revisar o processado
Porém com todo esse arranjo
Não deu nenhum resultado
Formou-se até comissão
Porém no fim da questão
O processo foi lavrado.

A justiça americana
Não concedeu o perdão
Dos pedidos que chegavam
De quase toda nação
Estava tudo acabado
Nem mais o advogado
Se envolvia na questão.

Sacco e Vanzetti passaram
Vários dias sem comer
Apenas só aceitavam
A água para beber

Tomaram tal decisão
Para ver se na prisão
Assim podiam morrer.

Baldados todos recursos
Chegou a desilusão
Sacco e Vanzetti esperavam
A maldita ocasião
No meio da tirania
O juiz marcou o dia
Da cruel execução.

Quando tocou meio-dia
Em 24 de Agosto
Foram prá sala da morte
Levando grande desgosto
Debaixo da indiferença
Cumpria negra sentença
Que o destino havia posto.

Em frente à cadeira eléctrica
Sacco pediu permissão
Para dizer umas frases
Antes da execução
Já no término da vida
Sua triste despedida
Compungia o coração.

Adeus minha mãe querida
E minha esposa fiel
Adeus filho de minh'alma
Neste momento cruel
Vou morrer sem ser culpado
Como um feroz afogado
Num oceano de fel.

Nisto veio um empregado
Foi fazendo a ligação
Botou logo as ligaduras
No pé, na perna e na mão
O fato foi consumado
Pobre de Sacco coitado
Ficou da cor do carvão.

Chegou Vanzetti depois
No meio da assistência
Ainda reafirmou
A sua grande inocência
Entrou na sala da morte
Entregando a sua sorte
Ao poder da providência.

Despediu-se dos amigos
Da terra que viu nascer
De sua mãe que o prezava
E não podia esquecer
Na cadeira ali sentado
Com um minuto passado
Acabava de morrer.

Quando chegou em New York
A nova da execução
Houve lágrimas sentidas
E triste lamentação
Grandes gemidos e prantos
Partidos de vários cantos
Daquela população.

Era o término horroroso
De uma tragédia fatal
De um drama que provocou
Agitação mundial
Quadro funesto e sinistro
Livro negro do registro
Na história universal.

Um guarda acolá contou
Uma história comovente
Que fez alguém conformar-se
De que tudo era inocente
Pois antes da execução
Eles dentro da prisão
Dormiam tranquilamente.

Celestino de Medeiros
Também morreu fulminado
Com um sorriso nos lábios

Alegre e resignado
Confessando a toda a gente
De que morria contente
Pois era um grande culpado.

Duas vidas que se foram
Duma forma dolorosa
Para as quais a esperança
Sempre fugiu caprichosa
Morrer assim tão fatal
Que sonhava o ideal
De uma existência de rosa.

Passar a noite agitados
Sob cruéis impressões
E ver os sonhos desfeitos
Em horrorosas visões
Dentro da angústia e do tédio
Morrer sem ter um remédio
Pra tantas desilusões.

Viúvas das esperanças
Noivas da fatalidade
Escravas do infortúnio
Sem a menor piedade
Da pátria muito distantes
Padecendo as torturantes
Agonias da saudade.

Foi condenado a tragédia
Envolto em tremendo véu
Quando a inocência padece
E vai ao banco do réu
Seja na paz ou na guerra
Contra a justiça da terra
Vem a justiça do céu.

Foram pois Sacco e Vanzetti
Dois filhos da mesma dor
Dos mesmos padecimentos
No mesmo quadro de horror
Irmãos dos mesmos gemidos
Dos instantes doloridos
Sem paz sem luz sem amor.
Sair da Pátria natal
Seguir para a terra alheia
Sonhando com liberdade
Morrer dentro da cadeia
É engraçada esta vida
Quanta esperança perdida
Quanto castelo na areia.

É como filho sem mãe
É como ave sem ninho
É como planta que nasce
Desprezada no caminho
A ave não tem parada
A planta não é tratada
O filho não tem carinho.

João Martins de Ataíde
SACCO E VANZETTI AOS OLHOS DO MUNDO
Folheto publicado sem indicação de local e data

À MARGEM DO TEXTO

É de insistir na identificação do trovador ao facto narrado. Este processo de identificação faz-se com base num colectivo social; por força das condições de vida, formação, condicionamentos, o poeta popular nunca é indivíduo ao compor os seus poemas. Através da rima ele passa a ser um reflexo de toda a estrutura social em que se insere. Conforme o tema vai sendo desenvolvido, emite julgamentos de valor, mas estes só são expressos na medida em que possam ser aceites, assimilidados e identificados pelo povo. A imaginação criadora do poeta, fertilíssima, fá-lo criar o cenário físico e psicológico onde a história se enquadre, estando estas ocorrências estreitamente vinculadas à tradição do artesanato literário-folclórico. A comunicação dese-

com o público permite assim ao humilde homem nordestino estabelecer relações naturais e quase de companheirismo com os dois anarquistas. São também recorrentes as ilustrações enumerativas dos conhecimentos gerais do autor, referindo-se a situações tão difundidas que possam de imediato ser reconhecidas por quem ouve ou lê. Aqui e ali o autor intervém, procedimento também corrente na literatura de cordel, fugindo ao tema inicial e a ele regressando logo.

Por outro lado, os dados de que o autor dispõe são puramente jornalísticos. Há uma ausência de conhecimento da causa mesma que movia e dava forças a estes dois anarquistas, ausência essa clara nas palavras de despedida de cada um, inteiramente desprovidas de conteúdo político, como aliás quase todo o poema. O que importa porém é que, como homem, como pobre, o trovador depara neste processo com pontos de semelhança com o seu próprio estatuto. Sendo por isso que o cantador, de mentalidade aberta aos temas, se impressiona e manifesta sobre a injustiça, o sofrimento, as desigualdades sociais, quer esses elementos se refiram ao indivíduo ou ao sistema político. ■

Autor: Bernardino de Sena
Poeta Nordestino
ESTÓRIA DO MATUTO QUE "ENRICOU" COM A LOTERIA ESPORTIVA
J. BORGES

A BATALHA
Jornal de expressão anarquista, ano 21, VI série, nº 149, Janeiro - Fevereiro 1995
sumário: Diversidade do movimento ecológico; O povo russo e o povo checheno; Juve Leo, juve laranja e outras juves; A ditadura do "status quo"; Ideologia, anarquia e os iroqueses, etc...
contacto: R. Marquês Ponte de Lima, 37 - 2º dº - 1100 Lisboa - PORTUGAL

INQUIETAÇÃO
nº 4, periodicidade inesperada
sumário: Fanzines ou o exercício do anti-poder; O "Zapatismo": certezas e dúvidas; Casa Reciclada; A mercadoria como espectáculo; Juventudeshhhhhhhh!, etc...
contacto: Apartado 4013 - 4001 Porto - PORTUGAL

O SAL DA IRA
nº 95, Maio-Novembro 1994
sumário: Ideal e realidades do anarcosindicalismo; Okupas anarquistas; O caso "Angoche"; Os germes da violência; Todas as perguntas e respostas mais vitais sobre a SIDA; As prisões: despojados da sociedade; António Sérgio; O anarquismo na América Latina, etc...
contacto: Equipa H, Caixa Postal 2529 - 1113 Lisboa Codex - PORTUGAL

SINGULARIDADES
...modos de ser inconformista, Ano II, nº 3, 1º quadrimestre 1995
sumário: Solidariedade com autores perseguidos; A imagem nãoviolenta do cinema antibelicista; Memórias de uma tournée; Biografia de Hem Day; Acção Directa contra a guerra, etc.
contacto: R. da Costa, 66 - 1º Lisboa - PORTUGAL

LE MONDE LIBERTAIRE
Hébdomadaire de la Féderation Anarchiste, nº 992, Março 1995
sumário: Pas une voix pour les marchands d'illusions; Chronique de l'imigration; Sans-abri et mal-logés; A propos de la Bosnie-Herzégovine: Bakounine - "Les pays oú les nationalités sont mêlées", etc.
contacto: 145, rue Amelot - 75011 Paris - FRANCE

al margem
Portavoz del ateneo libertário, Ano III, nº 12, Invierno 1994.
sumário: 0,7%: La limosna de la progresia; Crónicas de outros tiempos; Pensiones: Públicas ou privadas?; Por qué los pobres se reproducen tanto?, Hablando de okupación; Dinero nuclear; La revolution social, etc...
contacto: C/Baja, 8 - 1º - 46003 - Valéncia - ESPAÑA

LIBERA
Informativo do círculo de estudos libertários, Ano 5, nº 44, Janeiro 1995.
sumário: "Um passinho atrás, por favor..."; Conhecendo Flora Tristán; Intervenção militar: uma guinada à direita; Carnaval, caruru e miséria; Bonaventure: uma escola libertária; etc...
contacto: Caixa Postal 14576 - CEP 22412-970 Rio de Janeiro/RJ - BRASIL.

TESÃO - Prazer & Anarquia
Jornal da Soma, nº3, Junho 1994
sumário: Quem tem medo do voto nulo?; Pedagogia libertária; Soma - uma terapia anarquista; Amor e Anarquia; O Tesão nosso de cada dia; A páscoa do menor abandonado; Capoeira Angola; Candelária embrutecida; etc...
contacto: Caixa Postal 70513 - CEP 05013-990 Perdizes - São Paulo - BRASIL

ETCETERA
Correspondencia de la guerra social, nº 24, Noviembre 1994
sumário: La guerra de Argélia; Comunitarismo religioso y nacionalismo: el caso argelino; Sobre Cuba; Los motivos de Chiapas; El problema nacional, problema capital para Yugoslavia; Hemos perdido las razones, y con ello la razón, etc...
contacto: Editorial Etcétera - Apartado Correos 1.363 - Barcelona - ESPAÑA.

CIRA
Bulletin nº50, Février 1994
sumário: Bréves nouvelles; Liste alphabétique des mots-matières, Livres, Brochures; Documents; etc...
contacto: CIRA (Centre International de Recherches sur l'Anarchisme) - Avenue de Beaumont 24, - CH-1012 Lausanne - SUISSE.

JÁ NADA FUNCIONA, E EM NADA SE CRÊ

«A ideia de eternidade é a mais grosseira que um homem pode conceber a respeito dos seus actos. [...] O principal drama afectivo da vida, a seguir ao perpétuo conflito entre o desejo e a realidade que se lhe mostra hostil, parece de facto ser a sensação do tempo que se esvai.»

Guy Debord, *Rapport sur la construction des situations...*, 1957

A morte de Debord não suscitou em França, na imprensa, as mesmas reacções que a sua existência invariavelmente provocara desde sempre. Vários jornais acolheram-na até com louvores, em particular relativos à profundidade da análise exposta n'*A Sociedade do Espectáculo* e à demonstrada excelência do estilo deste autor. A dimensão do homem que se suicidava a 30 de Novembro de 1994, aos 62 anos, por certo não é estranha a essa tão notória diferença de tratamento; e já se tratava de um defunto. Durante algum tempo pôde especular-se acerca dos motivos dessa morte, inclinando-se em geral os comentadores para um desespero moral, ideia essa porventura sugerida (tão mecanicamente) pelas análises sem concessões, e por isso *negras*, que o co-fundador e co-dissolvente da Internacional Situacionista fora dando a público, até 1993, do capitalismo e da sociedade em que mundialmente este se prolonga. Na realidade, o *post scriptum* que Debord juntou ao seu último filme conhecido, difundido no Canal Plus da TV francesa em Janeiro de 95, põe de parte semelhante conjectura: «Doença designada com o nome de polinevrite alcoólica, assinalada no Outono de 1990, a princípio quase imperceptível e depois progressiva, tornou-se efectivamente penosa apenas a partir de finais de Novembro de 1994. / Como em qualquer doença incurável, é de longe preferível uma pessoa não procurar nem aceitar curar-se. Aquilo que se pode contrair, em lamentável imprudência, é o oposto da doença. / Nessa negação se deve pôr, pelo contrário, a fiel obstinação de toda uma vida.»

A obstinação crítica de Debord ficou assim marcada até ao fim, não só neste «testamento» mas também no aludido filme. Um mês após a sua morte, pela primeira vez um canal de televisão dedicava-lhe um programa, «Guy Debord, son art et son temps», por ele realizado pouco antes de morrer com a colaboração de Brigitte Cornand e constando de dois outros filmes: *La société du spectacle*, de 1974, e *Réfutation de tous les jugements tant élogieux qu'hostiles qui ont été jusqu'ici portés sur le film 'La société du spectacle'*, de 1975. Neste último, é notável a presença do movimento proletário em Portugal.

Convirá lembrar que o estatuto de cineasta de Debord ainda hoje é controverso no seio dos «especialistas», residindo isso no facto de também neste capítulo se ter mostrado intratável. O seu primeiro filme, de 1952, *Hurlements en faveur de Sade*, anuncia já o fim do cinema: o som, diálogos realizados a partir de colagens de textos preexistentes, decorre paralelamente a um ecrã branco; e uma sequência de 24 minutos chega mesmo a apresentar o ecrã sempre negro. (Segundo Asger Jorn, o silêncio na música, por exemplo, terá sido adoptado por John Cage na sequência deste filme.) Os seus outros filmes são feitos com

base em colagens significativas de imagens, desde excertos de filmes conhecidos a extractos de reportagens televisivas e anúncios publicitários, tudo isso desviado pela banda sonora, que é, com frequência, um texto dito em tom neutro. Um tal procedimento manter-se-á, no capítulo cinematográfico e até ao referido e último *Guy Debord, son art et son temps*, em conformidade com o propósito inicial: combater o espectáculo com os seus próprios meios.

Um dos temas deste derradeiro filme, uma colagem de «actualidades» comentadas em voz off e em legendas, incide de novo nos meios de formação de massas, cuja importância se tem tornado obsessiva na realidade do modo de produção. As primeiras sequências, extraídas de um famoso programa literário de TV, de 1988, dirigido por Michel Polac, são quase exemplares. «Criticando» o livro de Debord *Commentaires sur la société du spectacle*, editado nesse ano, um ramalhete de críticos profissionais, todos eles figuras conhecidas e «responsáveis», sai-se *livremente* com as maiores insanidades, e à *negra* análise de Debord sobre a ascensão do poder oculto que acompanha inelutavelmente os progressos do capitalismo e a integração estatal e económica, um desses jornalistas contrapõe, com a autoridade típica dos que falam de poleiro, a «transparência» democrática vitoriosa por esse mundo fora, da Argélia à Jusgoslávia... Uma outra sequência, imagens de telejornal, apresenta a morte duma jovem num poço de lama, após uma erupção vulcânica algures nos Andes, com gente em redor incapaz de lhe prestar socorro; a criança, antes de para sempre desaparecer sob a lama, fala aos pais, também presentes. A este tipo de vampirismo jornalístico, que se foi tornando miseravelmente corrente na sociedade do espectáculo, segue-se, em texto, o comentário: «Todos os profissionais firmemente concluíram que nada se deve esconder das desgraças do mundo. Nenhuma pieguice do público deverá impedir que se projecte aquilo que com mérito se filmou na oportunidade; e muito menos quando finalmente se trata de algo verdadeiro.» (Lembremos que a catástrofe em causa, de origem natural, foi mais um exemplo clamoroso da comum incúria estatal.)

O requisitório implacável de *G.D., son art et son temps*, que quanto a imagens se limita a expor, com a lógica necessária, narrativas em bruto do estado do mundo extraídas do universo da subtil falsificação mediática, é obtido através do entendimento não-oficial dessas imagens: «Julgou-se que a economia era uma ciência; era um evidente engano. De resto, sabe-se agora muito bem que ela não é a primeira nem a última das *ciências do inimigo* a revelar-se falaciosa.»

◆

A personalidade de Debord não é pacífica, apesar de em aparência a sua morte ter *pacificado* em parte os comentários vindos a lume a seu respeito na imprensa. Em 1985, após o assassínio do seu amigo e editor Gérard Lebovici, ainda hoje «inexplicado», tornou-se de resto perfeitamente notório que foi, em França e não só, um dos autores mais vilipendiados deste século. O livro que nesse ano publicou é sumamente instrutivo a respeito do ódio que alguém como ele pôde suscitar e da calúnia sistemática e quase incontrolável que a imprensa a seu respeito conseguiu produzir. Instrutivo, também, no respeitante ao silêncio do chamado «mundo intelectual» quando a infâmia impunida cobre um indivíduo, neste caso um autor; só Régis Debray, aparentemente, veio então a público dizer que Debord não era um assassino. E este, ante a crescente impudência de vários jornais que sugeriam ser ele o autor do homicídio, teve então de os pôr em tribunal por difamação, ganhando o seu advogado facilmente todos os casos.

Deste livro, *Considerátions sur l'assassinat de Gérard Lebovici*, e dum posterior, que foi a sua última publicação conhecida, *"Cette mauvaise réputation..."*, extraímos e traduzimos algumas passagens.

[Júlio Henriques]

Não julgo ter lido, no máximo, mais de cinco ou seis factos verídicos relatados a meu propósito, fosse qual fosse o tema abordado; e nunca, em nenhum caso, dois ao mesmo tempo. [...] Nunca tantos falsos testemunhos terão rodeado homem tão obscuro.

A palavra guru [G.D. foi assim denunciado no semanário *VSD*, acusando-o este de conduzir Lebovici à morte] cheira a seita, e eu era sozinho; a doutrina cheira a redenção, e eu sempre fui inimigo de qualquer fixação do pensamento em sistema ideológico; cheira talvez a secreto e a oculto, e aquilo que pensei continuamente se viu exposto à luz do dia, e não na «noite norte-americana» do espectáculo, onde todas as vacas são pardas. Se empregam o termo de guru é justamente por ser o exacto contrário de tudo quanto eu sou. E não o ignoram.

Gabam-se [nos meios cinematográficos franceses] de nada saberem a meu respeito. Uma excelente razão os leva a isso. Caso eu tivesse existido, muitos autores de filmes teriam perdido em parte a sua reputação de inovadores; e alguns tê-la-iam perdido por inteiro.

Já sabíamos da existência, e não só na Rússia ou no Chile, de bastantes jornalistas-polícias. Na altura em que todos os poderes se conjugam, desmentindo assim Montesquieu mas mantendo o domínio do Estado, vemos que o poder para-judiciário da imprensa não se atrapalha com ninharias formais que anteriormente a Justiça era obrigada a respeitar.

O simples facto de eu nunca ter querido que de mim se aproximassem as desoladoras celebridades do momento, conceder-me-ia, se tanto fosse preciso, prestígio suficiente junto dos que têm a desgraçada obrigação de se dar com elas.

O recuo do pensamento racional, tão evidente, e tão deliberadamente exigido no espectáculo, faz acoimar de magia negra, de adesão às forças obscuras dos gurus, do vodu e quejandos toda e qualquer prática que se mantenha fora da magia oficial organizada pelo Estado, fora do omnipresente espelho do mundo onde tudo se apresenta às avessas. Dizer que dois e dois são quatro está em vias de se tornar um acto revolucionário.

Os jornalistas dos nossos dias estão de tal modo habituados à submissão dos cidadãos, ou até à beatitude que estes demonstram perante as exigências da informação, da qual aparentemente os primeiros são os grandes sacerdotes mas na realidade se limitam a ser os assalariados, que francamente julgo que muitos dentre eles supõem culpado o indivíduo que pretenda não se explicar ante a sua autoridade. Por mim, sempre achei repreensível falar a jornalistas, escrever nos jornais, aparecer na televisão, ou seja, colaborar, por pouco que seja, na grande empresa de falsificação do real que os *mass media* conduzem. Muito natural é que o pense e que aja em consequência, visto ter publicado a teoria disso, há muito tempo. Facilmente se imagina que todos quantos podem aceder a esta espécie de celebridade dum instante o querem, e o querem até o mais frequentemente possível. Mas eu nada tenho para vender. A discrição é mal vista na nossa época. O *Nouvel*

Observateur de 23 de Março [de 1984] disso fornece um exemplo que vai bastante longe: «"Nunca vi, na minha longa carreira, um caso tão estranho e tão misterioso" [o assassínio de Lebovici], declara este grande dirigente da polícia... E conclui, em tom pensativo: "Mas que quer? Quando se vive em segredo, na escuridão se morre."» Dá-se aqui o aparecimento duma nova lei sociológica que nos deixa, com efeito, pensativos. Este «grande dirigente da polícia» acaba de fornecer uma contribuição brilhante para a teoria do espectáculo, ao introduzir assim a definição de um novo delito. Quem se não vá mostrar sempre que possa no espectáculo, vive efectivamente no segredo, visto toda a comunicação corrente da sociedade passar por esta mediação. Ora quem vive em segredo, é um clandestino. E um clandestino cada vez mais será considerado como um terrorista. Seja como for, um clandestino não pode frequentar pessoas dignas; não sendo por conseguinte de espantar por aí além se tiver morte violenta e misteriosa.

Disse Hegel que só as pedras são inocentes. É porém admirável que ninguém ouse dizer com precisão do que me acusam; e que todos acumulem, não só sem provas, mas também sem qualquer verosimilhança, as mesmas incriminações estúpidas, que só pela repetição alcançam provam.

Que estranho e desgraçado país onde as pessoas são informadas da obra de um autor mais depressa e mais seguramente pelos arquivos da polícia do que pelos críticos literários duma imprensa livre, ou pelos universitários que fizeram profissão de conhecer!

Contam os séculos dos meus domicílios. Mas fui mais excessivo: durante muito tempo morei em Florença numa casa do século XIV. E no entanto a vida de palácio não é exactamente o que me convém. Também vivi à vontade entre a escória, no seio dos cabiles de Paris, rodeado de ciganos, sempre em boa companhia. Em suma, vivi em todo o lado mas nunca entre os intelectuais desta época. É naturalmente porque os desprezo; e quem, conhecendo-lhes as obras completas, poderá espantar-se?

Em toda a parte, os profissionais subalternos do espectáculo julgam que são e devem ser os únicos a fazer perguntas, a enunciar, a avaliar, a arquivar os documentos. Sucedendo o contrário, isso desmoraliza-os.

Sempre negligenciei a imprensa. Nunca nela tentei exercer um direito de resposta, e ainda menos teria eu querido intentar qualquer acção em justiça contra pessoas que nunca deixaram de me difamar, tão longe quanto me leve a memória. Nunca porém tinham dito que eu assassinara, ou mandara assassinar, um amigo. Fizeram mal ao ir tão longe. Considerei tão excepcional semelhante coisa que abri uma excepção. Processei por conseguinte alguns jornais. E de imediato todos deixaram de fazer a mínima insinuação desse género.

In *Considérations...*, Éditions Gérard Lebovici, Paris, 1985.

Dizer que quase tive êxito parece-me chocante. O êxito social, fosse de que maneira fosse, não entrou nos meus projectos. Por outro lado, julgo que me era a bem dizer impossível falhar, visto que, não podendo senão fazer aquilo que fiz, sem dúvida alguma fiz o que devia. Pensando eu, quase em todos os aspectos, o contrário do que toda a gente pensava, consegui dizê-lo bastante publicamente, e a catástrofe anunciada de toda uma sociedade desde então demonstrou não ser eu falho de espírito. [...] Uma particularidade de carácter, ao que penso, ter-me-á profundamente distinguido de quase todos os meus contemporâneos: *nunca acreditei que alguma coisa no mundo fora feita com a intenção precisa de me agradar.*

Que necessidade terão de me «tirarem um retrato»? Não terei eu feito, nos meus escritos, o melhor retrato possível, caso o retrato em questão manifestasse a mais leve necessidade? Em que poderia eu interessar os meus contemporâneos senão expondo o que eram, a meu ver, certos aspectos cruciais e terríveis da vida que lhes era imposta, aspectos esses que em geral os responsáveis pelo andar das coisas não queriam que eles caíssem na tentação de observar muito de perto? Desprezo a imprensa, tenho razão; eis por que recuso desde sempre qualquer entrevista. Desprezo-a por aquilo que diz e por aquilo que é. Não sou evidentemente o único, mas provavelmente serei quem o pode dizer com mais franqueza, sem qualquer cerimónia; isto porque talvez seja o único que nunca se preocupa com os seus desprezíveis elogios, e ainda menos com as suas censuras. É a isto que se chama, na visão invertida do espectáculo, alimentar «maquiavélicos enigmas à volta da sua própria pessoa».

O *Libération* de 29 de Junho de 1989 relata que o *Times* de Londres acaba de publicar esta revelação mais directa: «Guy Debord, o filósofo e intelectual herói revolucionário, foi nos últimos meses elucidado com toda a evidência. No passado mês, um artigo de fundo do *Village Voice* [jornal de Nova Iorque] revelava que Debord fora recrutado pela C.I.A. logo no início da I.S., recebendo pagamentos regulares dos seus escritórios parisienses. Esta informação, durante muito tempo dissimulada, acaba de ser desenterrada por mero acaso, durante investigações laboriosas levadas a cabo nos documentos da Segurança norte-americana recentemente abertos ao público...» O herói jornalístico que havia «desenterrado» um facto tão bem escondido desta vez tinha nome, chamava-se Adrian Dannat. Tendo-se mexido algumas pessoas de Londres, que manifestaram a inocência de se interessarem pelo que poderia ler-se nos «documentos da Segurança norte-americana», ou pelo que o *Times* de Londres pode vomitar a meu propósito desde que foi comprado por Murdoch – contando-se entre elas o historiador norte-americano Greil Marcus –, Donnat limitou-se a sossegá-las com o facto de que aquilo não passava de um fabrico «imaginário, uma piada». Pode prová-lo ao afirmar que nada com esse conteúdo fora publicado no *Village Voice*. Asseverando o *Libération* por seu lado: «No *Village Voice*, em Nova Iorque, Scott Samuelson confirma nunca ter lido no seu semanário qualquer artigo referente a ligações entre Debord e a C.I.A.» Vemos portanto que Samuelson positivamente dá mostras de prudentíssima moderação quanto a este aspecto da questão. E o próprio *Libération* parece não aprovar a alegação não efectivamente demonstrada «contra um homem que já teve mais do que o seu quinhão em

difamações». Os que apenas tiveram aquilo que este escrupuloso jornal parece assim considerar como justo quinhão de difamações, são sempre os que não desagradaram de modo extraordinário a toda a gente. Como se adquire um tal género de mérito, é coisa que deixo aos meus leitores conjecturarem por si mesmos. É facto que tantas vezes me vi «elucidado com toda a evidência», e desde há tanto tempo, que julgo estar hoje colocado acima de qualquer calúnia – peso o que digo – por força da variedade dos seus acumulados abusos. Em todo o caso, é assim que a mim me considero, a tão justo título.

Podemos sublinhar nesta matéria algumas técnicas precisas, doravante postas à disposição dos defensores dos valores da nossa época. [...] Qualquer um dos que pertencem a estes sectores dos empregos sociais responsáveis pela verdade, ou pelo menos pela informação, poderá relançar a falsa notícia no dia que lhe apetecer, em qualquer jornal de Singapura ou de Bogotá, citando o *Times* de Londres, ou até o *Libération*, ou quiçá o *Village Voice*.

O outro facto notável é este: um mediático tem doravante o direito de se divertir com a sua ferramenta profissional, em certos casos. Um general, por exemplo, não podia divertir-se à testa das suas tropas, nem um juiz ao pronunciar sentenças, e não sei se ainda será mesmo permitido ao responsável duma central onde se produz a energia nuclear divertir-se, no sentido próprio da palavra, no momento em que dá a conhecer as suas directivas. Está porém literalmente fora de dúvida que um mediático não pode ser privado de semelhante direito. É um assalariado notavelmente especial, que não recebe ordens de ninguém, e que sabe tudo a respeito de todos os assuntos de que quer falar. Significa ele, portanto, de acordo com a *sua* deontologia, que não poderá trair sem medonha concussão literalmente toda a consciência da época. Se ele não pudesse divertir-se, onde estaria então a liberdade de imprensa e, por conseguinte, a própria democracia?

Nunca detestei os ricos pelo simples facto de o serem. Bastava que se soubessem comportar com tacto bastante; e com bastante estilo. Pois não teria eu sido muito mais condenável se a riqueza deste ou daquele indivíduo parecesse impressionar-me? Ou lhe permitisse pensar que podia, por via desse simples pormenor, influenciar-me? Ou simplesmente falar-me em tom ligeiramente mais alto? Julgo que eles bem viram que não. Em todo o caso, foi o que continuamente pensei, e agi em consequência, conforme devia. Nunca fui pessoa rica; e nunca tive tão-pouco de reconhecer-me como pessoa necessariamente pobre. Nunca nada estava garantido.

Uma das múltiplas utilidades do próprio espectáculo [...] consiste em dirigir o grande público para debates de bastante fama e até prefabricados *ad hoc*. Mostra-se pois cautela a respeito dos «efeitos perversos» que por vezes podem suscitar estas tendências aglutinadoras que tão encorajadas foram no público do tempo, o qual excessivamente sempre se mostra inclinado a ler seja o que for, pela simples razão de ser um best-seller. Assim se cuida da honra do grande público, que deve interessar-se pelos verdadeiros grandes problemas favorecidos pela máquina, Umberto Eco, por exemplo.

[...] estou longe de ter todos os mediáticos na conta de imbecis; embora se não possa duvidar que este sistema muito fez para aumentar na sociedade a porção de imbecilidade, porção essa que já antes nunca foi pequena. De resto, não sou dos que exageram a parte de responsabilidade pessoal e directa dos mediáticos; não passam de assalariados, e poucos se elevam ao estatuto de escroques. Tomá-los por uma espécie de casta dominante seria tão néscio como pôr-se alguém a imaginar, no tempo de Napoleão III, por via de então visivelmente se apreciarem os prazeres da boa mesa, que os mordomos deviam estar possuídos duma mais majestosa importância que os ferreiros.

Nada esperei. A todos os momentos, só a mim mesmo me identifiquei; e nomeadamente a nenhum «ismo», nenhuma ideologia, nenhum projecto. O meu tempo foi o presente.

Gabo-me até, considerando-se a forma e o conteúdo do que sempre quis realizar, nas artes e na crítica social, de nunca ter tido qualquer actividade que possa passar por socialmente honesta; com excepção do assaz breve período da minha juventude em que muito bem pude viver só a jogar ao poker, visto o fazer sem batota: por pura capacidade estratégica.

[...] mais geralmente lançavam-me em rosto isso de ser um paranóico, dando como prova que eu era quase o único no mundo a discernir a bem dizer por todo o lado agentes secretos, conspirações e um grande número de informações dissimuladas.

Desde então, pôde ver-se a Democracia tão bem sentenciar o tirano na Roménia (*o* país onde os urbanistas se tinham tornado doidos) e triunfar graças às vítimas de Timisoara-cidade-mártir; Ubu voltar a ser rei na Polónia, na dinastia dos Walesa; a coligação mundial contra o Iraque e o seu esmagador não-resultado; as repúblicas russas e o desenvolvimento de todas as suas guerras civis com a democracia dos prevaricadores, sob Ieltsine; os campos de concentração da Sérvia, mais as negociações étnicas de Sarajevo, que prosseguem durante o extermínio, apesar da corajosa mediação da Europa; o desembarque mediático-humanitário de Mogadíscio, que levava tanto arroz; a vitória do Estado de Direito contra Escobar, na Colômbia, bem como as limpezas realizadas pelos «esquadrões da morte» em todo o subcontinente; a abolição formal do *apartheid* e os massacres dos negros na África do Sul; a Argélia que se pretendeu apresentar como o único país onde a economia teria deixado de funcionar, e talvez por culpa dos islamistas; a Itália das Mãos Limpas, que alfim estabelecia a prova da inocência de Andreotti. Por toda a parte a *especulação*, para acabar, tornou-se a parte soberana de toda a propriedade. Autogoverna-se mais ou menos, segundo as preponderâncias locais, em torno das Bolsas, ou dos Estados, ou das Máfias: federando-se todos numa espécie de democracia das élites da especulação. O resto é miséria. Por toda a parte o excesso do Simulacro explodiu como Tchernóbil, e por toda a parte a morte se difundiu tão depressa e maciçamente como a desordem. Já nada funciona, e em nada se crê.

In *"Cette mauvaise réputation..."*, Gallimard, Paris, 1993.

NOTAS E COMENTÁRIOS

1 - Das exigências nacionais ao interesse da população

A sociedade estatal-capitalista cria uma sensação permanente de crise. O desemprego, o emprego a prazo, são hoje, como já o foram em outras épocas, uma das condições da economia. E à medida que sobra a mão-de-obra multiplica-se a sujeição da população despossuída aos "senhores" dos meios de produção e dos meios materiais.

Lançada durante alguns dias num ano a exercer uma aparente soberania, a população continuará durante o resto do ano o seu "destino histórico" sacrificada a viver uma vida de recordações - uma vida ontem - e uma vida de modernização - uma vida amanhã. O presente adiado em favor de um passado e de um futuro cheio de ilusões. Exigência e interesse nacional eleito pelos interesses particulares das classes dominantes.

Todavia, na ordem política actual não só o parlamento continua a ser uma instituição dotada para servir de "válvula de segurança", escreveu Bakunin, "máscara por detrás da qual se esconde o poder discricionário e absoluto do Estado, assente sobre a finança, a polícia, o exército" *(1)*. E no espectáculo! Escreveu hà perto de quarenta anos o suicidado Debord: "O espectáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizadas por imagens."*(2)*. Como o " processo de modernização" de que falam não tem sido outra coisa mais do que a continuação da errante expansão sem remorso do mundo de mercado.

Se as exigências ou interesses nacionais são um dos grandes propósitos que os senhores da polítíca e da economia dizem querer alcançar (são os "interesses nacionais" que legitimam, juntamente com outras unicidades, a comunidade nacional), a situação social tem mostrado, para quem possa ver, a fenda aberta nesta muralha.

Por exemplo, entre outros acontecimentos, as acções empreendidas, pelo menos nos primeiros instantes levadas à prática à revelia do estado, dos partidos e dos sindicatos, a manifestação-motim dos utentes da ponte 25 de Abril "o buzinão, a maior manifestação inorgânica de que hà memória no país"*(3)*, ou os protestos dos trabalhadores da Marinha Grande que chegaram ao corte da estrada e da via férrea ameaçando realizar um outro 18 de Janeiro de 1934 *(4)* caso não fossem resolvidos os seus problemas; revelam no seio da "comunidade nacional" divergências nos "interesses nacionais".

Ao estar em causa o "interesse nacional", os dirigentes politicos preocupam-se em reconciliarem-se com a "sociedade civil" *(5)*, isto é, sugarem para dentro do "cabresto" das leis todos os fenómenos da vida social e a reduzi-los a uma norma. Daí a brutal violência empregue pelas "forças da ordem" na repressão a este tipo de acção "inorgânica".

Os grandes propósitos dos senhores da economia não são o "interesse nacional", por detrás deste escudo escondem sempre os seus interesses comerciais próprios. O comportamento patriótico destes senhores está sempre relacionado com a ganância *(6)*. Têm feito tudo o que esteve ao seu alcance para defenderem os seus interesses particulares. Foram eles quem, na história, com mais ferocidade resistiram a todos os ensaios para produzir e viver de outro modo. São eles que com chantagens e medidas financeiras desestabilizaram a economia e provocam a inflacção. Fazem desvios financeiros e corrupção. Sabotam o pagamento de impostos. Desenvolvem um exército de especuladores e açambarcadores. Como resultado podem extrair lucros incalculáveis enquanto os despossuídos da cidade e do campo pagam os prejuízos assistindo ao seu cada vez maior empobrecimento.

Não tem sentido falar de uma "comunidade de interesses nacionais". Aquilo que as classes dominantes de cada país defenderam até aqui como "interesses nacionais" não foi outra coisa mais do que os interesses das minorias sociais privilegiadas. Interesses assegurados mediante o salariato, a criação de necessidades de consumo, o espectáculo.

A violência com que as acções "inorgânicas" são reprimidas advém do medo das classes dominantes. Estas acções revelam capacidade

autónoma da população. E a população, ganhando consciência de que pode livrar-se dos velhos e novos tutores, pode descobrir na solidariedade, no apoio mútuo, na cooperação o gosto pela conquista, com as próprias mãos, da liberdade plena, apropriando-se da VIDA. Será aqui que reside o interesse objectivo da população.

2 - Insurreição de Chiapas A luta dos povos indígenas pela dignidade

No primeiro dia de 1994, no Estado mexicano, na região de Chiapas, os camponeses índios insurgiram-se em armas.

A persistência de uma miséria generalizada num país onde, por exemplo, onze grupos financeiros controlam 42% do Produto Interno Bruto, em 1993, setenta e oito milhões de pessoas sobreviviam na pobreza, em cada ano morrem 185.000 crianças e somente uma em cada cem consome regularmente carne, leite e ovos*(7)*; favoreceu o aparecimento do EZNL (Exército Zapatista de Libertação Nacional).

É dramática a situação de milhões de pessoas que viram o seu poder aquisitivo diminuído ou que se encontram desempregadas. O que tem feito aumentar o número de gente empregada no narcotráfico.

Têm sido os camponeses indígenas um dos sectores mais atingidos por esta situação. A sua vida é uma constante luta pela sobrevivência, empurrados a procurarem trabalho nas grandes cidades ou a emigrarem para os Estados Unidos - em 1992, 133 mexicanos foram assassinados pela polícia dos Estados Unidos quando tentavam sair do México *(8)*.

Na política, apesar da constituição mexicana contemplar o direito do povo modificar ou alterar a forma do governo, nem sequer esta aparência tão querida ao sistema democrático é consentida.

A democracia, que se apoia na noção colectiva da vontade geral, tem sido no México a prática institucional descarada da fraude eleitoral, o que tem permitido a imposição de "representantes populares" bastante típicos: activistas do partido, há sessenta e seis anos no poder, o PRI (Partido Revolucionário Institucional), empregados do governo e membros das forças governamentais de segurança.

Para completar o quadro da situação, acrescente-se o assassinato de jornalistas, políticos, indígenas e população em geral. Desde 1988 até à data foram, por exemplo, assassinados 230 militantes do PRD (Partido da Revolução Democrática). Cinquenta pessoas da etnia Triqui no estado de Oaxaca foram, desde 1980, assassinadas. Em Huastegas da Hidalgo, Vera Cruz e San Luis Potosi foram vitimados 80 indígenas Nahuas. Em 1992 a imprensa mexicana registou 72 assassinatos por motivos políticos *(9)*, e a saga parece prosseguir.

Em Agosto de 1993 o Papa, de visita ao México, foi agraciado pelo bispo de San Cristóbal de las Casas, estado de Chiapas, Samuel Ruiz, com uma carta pastoral, *En esta hora de Gracia*, que revela a situação social, económica e política atrás descrita, e particularmente a situação do povo indígena de Chiapas:

"Perante a falta de terra e o desemprego, o governo desenvolve um controle político, porque a pobreza que se produz pelo despojo deste sistema social é um perigo para a política."

"O governo obriga-nos a produzir o que convém e trata de nos fazer crer que "com o trabalho de todos se solucionará a crise".

"Os poderosos, os acomodados e os encarregados das cantinas estão chupando-nos o sangue."

"Há repressão no campo e na cidade. Reprimem-nos ao tomarmos as terras. Colocam a polícia e o exército e investigam-nos. Há corrupção geral nas autoridades. A justiça está ao serviço do dinheiro e da ideologia dominante."

Na parte final desta carta pastoral, Samuel Ruiz, que tem sido vitíma de uma intensa campanha movida pelo núncio apostólico Girolamo Prigiona para que abandone a diocese, escreveu:

"Se bem que o Estado que surgiu da revolução mexicana tenha pretendido apresentar-se como o garante de uma identidade "nacionalista" ao qual se incorporou o

ingrediente indígenista, vive-se nestas regiões atitudes omnipresentes de racismo e discriminação..."*(10)*

Pela ajuda à compreensão das causas da rebelião dos indígenas de Chiapas do EZNL, este testemunho de Samuel Ruiz é sem dúvida pertinente. Todavia, é de assinalar que desde o assassinato de Emiliano Zapata, em 1919, a palavra de ordem que representa todo um programa, lançada em 1911 pelo partido liberal mexicano dos irmãos Flores Magon, "Terra e Liberdade"; nunca foi esquecida e permaneceu presente na memória colectiva do povo. Esta a herança Zapatista.

Em 1910 o povo mexicano encontrava-se subjugado pelo poder absolutista do ditador Porfirio Diaz. A oligarquia que controlava o país excluía a burguesia. Nestas condições, Manuel Madero, representante moderado da burguesia (mais tarde chefe do governo) elabora uma série de propostas que visavam pôr termo à expropriação de terras aos camponeses por parte dos grandes latifundiários, à miséria dos operários industriais a ao parasita que sugava a riqueza do país - o capital dos Estados Unidos. Entretanto, o libertário Ricardo Flores Magon escrevia no jornal "Regeneracion" de 15 de Outubro de 1910:

"Proletários: é tempo de reflectir. O movimento revolucionário não pode parar... Agora uma nova revolução está em vias de fermentar. O excesso da tirania de Porfirio Diaz fere toda a gente, proletárioss, homens e mulheres, velhos e novos. É melhor morrer defendendo o futuro das famílias, que continuar a sofrer, no meio da paz, da afronta da escravatura, da humilhação da miséria e da ignorância. Porém, não deixem às classes dirigentes o direito de pensarem por vós e de tratarem da revolução de modo a que ela seja favorável aos seus interesses." *(11)*

Assim, depois desta tomada de consciência colectiva, Pancho Villa subleva-se contra a oligarquia em Chihuahua - no norte do país - e Emiliano Zapata, de origem índia, no comando de um exército indígena subleva-se em Morelos. Desencadeada a revolução mexicana, instala-se a divisão entre burgueses e revolucionários. Pancho Villa com posições variáveis procurava o poder pessoal e Zapata firme na luta por terra para todos, coisa que chegou a pôr em prática em Morelos, a zona que militarmente controlava.

A etapa histórica seguinte foi o acesso da burguesia ao poder. O PRI em 1921 instala-se e ainda hoje permanece. Com ele têm permanecido como sombra a influência zapatista. Em núcleos de guerrilheiros nos anos 60 e 70 - Ignacio Fernandez Galindo e a sua mulher Luisa Quevedo, dois anarquistas que encabeçaram uma sangrenta insurreição maia nos anos 70...-, em organizações políticas como a constituída Frente de Morelos, em 1940, na revolta estudantil em 1968 na cidade do México,

No dia 1 de Janeiro de 94 o levantamento camponês e indígena de Chiapas foi um fenómeno surpreendente, não só porque parecia não serem prováveis este tipo de acontecimentos, como foi surpreendente a constituição de um exército guerrilheiro sem que o estado do México se tenha dele prevenido.

Na América Latina o surgimento de grupos e exércitos guerrilheiros tem sido permanente. Em todas as revoltas camponesas e índias, tem sido invariável a centralização dos seus problemas na luta pela posse da terra. E sempre esta questão central tem tido avanços e recuos permanentes. Contingências de mercado, golpes militares, dependência de empréstimos monetários, crise política, etc., são alguns dos factores que têm provocado esta situação.

O E.Z.L.N. justifica a sua constituição em grupo armado, como grande número de guerrilhas historicamente o fizeram, no sentido de fugir da repressão para a selva e deste modo poder sobreviver fisicamente. Outra ideia central é a ideia de *justiça*, lutam pela necessidade histórica de acabar com a miséria e a marginalização social em que continuam vivendo os indíos e os camponeses pobres de Chiapas.

"Desde o dia 1 de Janeiro do presente ano as nossas tropas zapatistas iniciaram uma série de acções político-militares, cujo objectivo primordial é dar a conhecer ao povo do México e do resto do mundo as condições miseráveis em que vivem e morrem milhões de mexicanos.

especialmente nós, os indígenas". (comunicado do EZLN, Janeiro de 1994) *(12)*.

Contráriamente a outros grupos de guerrilha historicamente criados na América Latina, o E.Z.L.N. não fez até à data nenhuma referênca ao socialismo, não existem posicionamentos internacionalistas, centrando-se exclusivamente no México como nação. Um dos outros grandes objectivos que lhe são queridos é o combate à fraude eleitoral que tem possibilitado ao P.R.I. estar ininterruptamente no poder. No entanto, nas eleições do final do ano passado, embora a fraude tivesse sido menor do que em anteriores eleições, acabou por acontecer precisamente na região de Chiapas. O EZLN de imediato exigiu a demissão do governador eleito e este último em Março de 95 pediu a demissão.

Para além deste tipo de questões, existe um conflito étnico e civilizacional.

"Na nossa linguagem, nós possuímos dezenas de palavras para designar a neve, cada uma delas corresponde a um estado particular da natureza." (Elina Helander, do conselho sami. Oaxtepec, Morelos - Outubro de 93) *(13)*.

Aprendam a viver com a terra e não da terra, afirma o delegado miskita, Myrna Cunningham na mesma reunião de Morelos, onde estiveram presentes representantes dos povos indígenas de 26 países, reunidos para aprovarem uma estratégia comum junto das instâncias internacionais.

Rigoberta Menchú Tum - prémio nóbel da paz - na alocução inaugural da reunião de Oaxtepec sublinhou:

"O balanço do ano é pobre. Ainda não conseguimos reunir os fundos necessários para pôr em marcha os projectos de desenvolvimento que estabelecemos. As terras índias continuam a sere utilizadas para fins militares e a servir de depósitos químicos. Alguns dias mais tarde, quarenta irmãos "yanomani" tombaram vitímas da barbárie no Brasil. A destruição de centros cerimoniais e de lugares sagrados não terminou. Todavia, nós estamos decididos a romper o silêncio. A nossa luta é longa e nós não fazemos mais do que começar por a organizar" *(14)*

Os debates duraram cinco dias, empregues a debater os problemas económicos e jurídicos e a consolidar as estruturas do movimento. Lázaro Pari, da Bolívia, afirmou:

"Nós somos os herdeiros de valores culturais e sociais importantes. Evitem a noção confusa de minoria: em alguns países nós representamos a maioria. É melhor falar de "povos", com o direito à nossa auto-determinação e a participar no bem-estar nacional e internacional."

Tony Gonzalez, do Arizona, denunciou a poluição do rio Colorado e os estragos ecológicos que o Tratado do livre câmbio irá provocar nos povos das regiões fronteiriças entre o México e os Estados Unidos (os Seris, os Papagos, os Navajos, etc.) *(15)*.

Sarah James, do Ártico, no Alaska, declarou: "Em dois anos a temperatura subiu a valores extremos, de 40º C no verão a 65º C negativos no Inverno. As multinacionais não cessam de levare madeira, peixe e minerais. O caribu, principal riqueza do nosso povo, é cada vez mais raro. Que fazemos sem ele?".

O encontro de Oaxtec, Morelos, teve pouca ressonância internacional. Porém explica a luta pela dignidade, cultura e civilização dos povos indígenas. Luta pelo reconhecimento no meio das nações mundiais multi-étnicas.

O levantamento armado do EZLN em Chiapas tem que ser observado dentro deste contexto. Como escreveu Claudio Albertani: "No México e no mundo não existirá paz nem democracia enquanto as etnias forem oprimidas." *(16)*

Desconhecida a evolução futura do EZNL termino esta "nota" com as palavras do sub-comandante Marcos (proferidas durante a Conferência organizada pelo EZNL no meio da selva Lacondona e que contou com a participação de convidados não só do México como de outros países):

"Não nos interessa ressuscitar as guerrilhas desaparecidas. Aquilo que nos interessa é renovar a luta pela dignidade. As grossas patranhas da nova ordem internacional, do neo-liberalismo ou do liberalismo social não se vendem mais. Aqui, nestas montanhas do sudeste mexicano, abriu-se uma brecha. Outras surgirão se o resto do continente retirar as lições. A história não acabou, ela somente começou. E ela

não segue no sentido dos poderosos, mas de todos aqueles que ainda não tiveram até aqui a possibilidade de dizer: nós ganhámos."(17)

3 - TV a ideologia do autêntico

O futuro pode vir a trazer, de uma forma totalizante e não já timidamente, lojas, hipermercados, museus, etc. para dentro das nossas casas. Trouxe-nos os anúncios comerciais que não têm valores de produção mais altos (embora custem mais por segundo) do que os programas que giram à volta deles, mas são rendimentos indispensáveis à indústria da informação. A televisão produziu uma importante mudança na percepção cultural, alterou o modo de ver o mundo. Ela oferece um permanente acesso a milhares de imagens.

A realidade da televisão é imediata, todavia nós somos testemunhas dos acontecimentos antes de os conhecermos. A cabeça e o corpo estão separados. Exactamente os que veêm estão separados, cada um na sua própria casa olhando em isolamento privado. Este doméstico consumo concede à indústria da informação a penetração no mais distante nicho das nossas vidas.

Por outro lado, não existe nada mais real do que ver os "artistas", não por aí na Rua Augusta, nos pavilhões, nas discotecas, nos estádios de futebol, no Coliseu dos Recreios, mas vê-los num écran de TV. A televisão, sob o controlo do capitalismo e do Estado, é simultaneamente o promotor e o medium "universal" da sociedade tecnológica e ainda de muitos novos sistemas de comunicação que a vão substituindo. E estes, por sua vez, devem tornar-se obsoletos. Porém, a televisão permanece "mágica", possuindo um estatuto privilegiado na terra, na medida em que, de uma forma ou de outra, é mais "autêntica".

Todos sabem que os desastres, calamidades "naturais", actos políticos, acontecimentos diversos, somente ganham um poder real uma vez que foram processados pelos media. A ideologia do "autêntico" é usada para nos vender a pseudo-alternativa depois de prescrita a data. Ao mesmo tempo, reforça as relações sociais burguesas pela oferta que nos dão de escolher o espectáculo debaixo do domínio do capital.

O nosso mundo de eventos eleva-se à tona do oceano, escorre dentro de clips e cortes, suspenso no fluxo sem fim de imagens. Uma singular sequência de variedade infinita, em que somente a passagem do tempo é contínua.

José Tavares

notas

1 - Miguel Bakunine, *Aux Compagnons de la Féderátion Jurassienne*
2 - Guy Debord, *A Sociedade do Espectáculo*
3 - *O Público* de 19 de Fevereiro de 1995
4 - A insurreição armada de 18 de Janeiro de 1934, contra a coorporativização dos sindicatos às mãos de Salazar, foi planeada para ser desencadeada por todo o País. A insurreição, o último e digno gesto do sindicalismo livre e independente do estado e dos partidos políticos, foi abortada pelas contradições existents entre os insurrectos e pela força avassaladora do estado salazarista. Na Marinha Grande, com as armas enviadas pelo Comité de Acção da Confederação Geral do Trabalho, os trabalhadores revolucionários tomaram conta do quartel da GNR, dos Correios, ... durante dois dias a Marinha Grande esteve nas suas mãos.
5 - Por exemplo, Fernando Nogueira no dia em que foi eleito presidente do PSD no Coliseu dos Recreios, prometeu ir fazer todos os esforços para reconciliar a sociedade civil com o Estado...
6 - Vd. transações e compras no mercado. Corrupção e governo.
7 - En una trinchera de la resistencia popular, in *Solidaritat Internacional* inverno de 94 - Barcelona
8 - Op. cit.
9 - Op. cit.
10 - ALAI - Agência Latinoamericana de Informacion, nº 184 de 17/1/94. Quito, Equador.
11 - *La Revolution Mexicaine de Ricardo Flores Magon.* Edição da Spartacus, Paris, Janeiro de 1979.
12 - *Amor y Rabia* nº 1, Janeiro de 94. Periódico anarquista revolucionário - México.
13 - *Et pour quelques pesos de plus... Le Mexique dans la tormente*, editions souterraines, Paris- ocosingo, 1994.
14 - Op. cit.
15 - Op. cit.
16 - Op. cit
17 - Op. cit

DE PARTE NENHUMA

1.

Saza descia as escadas. Esbugalhado, vislumbro algo inconcebível naqueles lugares: na ponta dos seios dois televisores color! Cada um deles transmitindo canais diferentes.

Saza é bela dentro do vestido de veludo vermelho. Passou por mim lentamente, para que eu a pudesse olhar. Corria uma novela no seio direito e outra no seio esquerdo. E quando ela passou por mim, quase me tocou. Deixou no ar um perfume de âmbar estonteante. Cuspi e falei-lhe:

- Jóia, és brilhante mas não sintonizas a SIC. Só a RTP, a 1 e a 2. Bolas!

Ela continuou a andar de costas voltadas. Mas logo e de súbito se voltou, erguendo as saias. Foi quando, por instantes, pude de relance vislumbrar um terceiro televisor, instalado no meio das pernas. Saza foi rápida. Não deu para confirmar se seria a SIC que lhe estaria no meio das pernas. Aquele pequeno televisor porém estava ligado. E no rosto daquela bela mulher podia enxergar o desprezo que tinha por mim. Queria lá ela saber se eu acreditava ou não que podia sintonizar os três canais!

As ancas gingando, com a ajuda de um bom e bonito par de sapatos altos, vi-a desaparecer ao fundo da rua.

Fui depois ver, ao terceiro andar do sebento prédio, se o J'aquim estava a dormir. Para lhe entrar em casa utilizei uma gazua. Entrei e ei-lo que dormia. Ouvi vozes, vindas da casa ao lado. Encosto o ouvido à parede e que descubro eu? Que os vizinhos do J'aquim estão a dizer mal de toda a gente, incluindo-a a ele. Grande coisa, murmurei. Até descobrir, pelo rolar da conversa, que o homem era motorista do primeiro-ministro. Fiquei espantado. É sempre surpreendente encontrar um serviçal das grandes figuras. Mas eu sou um otário. Ainda não sabia da missa nem metade.

"Eu cá votava no gajo se ele fosse candidato a gerente de bombas, gasolineiras, percebes ? E olha que mesmo assim pensava mil vezes, hesitava. O gajo é uma...".

E não consegui escutar mais nada: o despertador do J'aquim pôs-se a tocar com uma irritação hércula e movi-me. O J'aquim acordou. Dei-lhe os bons-dias e uma lata de sumo concentrado.

-É pá ! Dormi como se deve dormir, sonhando. Boa merda, disse eu. Entrou pela casa dentro o apito de um cargueiro, vindo do rio. Foi lindo.

-Sonhei com a princesa que tem dois televisores incorporados no sutiã.

-Não é assim tão inovador, disse eu sem lhe dizer que conheci a Saza.

-Foi uma bela sujidade, os dois na cama, no sonho, é claro, misturados com a programação das TVs.

Será o mel que atrai as abelhas, interroguei-me. Certamente. E também existe quem afirme que as bestas atraem as moscas, etc., voltei a pensar.

-Ontem estive com os hiérquicos, bebemos chá. Ao dizer isto o J'aquim levantou-se da cama. Fomos directos ao assunto. Cinquenta milhões de dólares. Quatrocentos milhões de ecus. Duas assinaturas. Uma chamada telefónica. Registo no computador. Finalmente o Fax para a imprensa e ficava tudo resolvido. Ainda bem. Suava. E agora queria era sair dali, percorrer o caminho de regresso.

Gosto muito de estar no escritório. Só excepcionalmente dali arranco. Só ao domingo.

2.
Mal saio do escritório não sendo domingo, estou tramado. Suponho que foi a uma segunda-feira. Saí do escritório e fui até ao Sheraton. Fui, não. Não cheguei a entrar. Não sei que porra de movimento fiz ou que cara tinha naquele momento.

a) Parei defronte de uma loja que vende roupa interior. Por sinal, interessante. O certo é que diligentes funcionários da agência Democra-Cesso, repararam no meu acanhamento. Abordaram-me, simpáticamente fizeram as apresentações, e depois de me vasculharem quantos bolsos tinha, anunciaram ter eu acabado de ganhar uma estadia no novo hotel Democra-Cesso.

b) Do alto da rua vem a descer gente. Saem do cinema. Trabalhadores, lá adiante, andavam a amanhar uns postes de comunicações intergalácticas. À noite as pedras vibrariam e as mais fogosas raparigas, de olhos inquietantes e sorrisos de lua, arrebatariam os corações de lata esculpindo toscos rapazes.

c) Esteja à vontade, disseram-me os funcionários da agência, agarrando, contentes, uma Frichuca* que eu tinha adquirido em saldo. Caramba ! A Frichuca estava premiada. Senti-me incomodado e estúpido. Não gosto da sorte que os concursos, os jogos e a vida nos reservam. Por momentos arrependi-me de ter concorrido ao prémio: uma estadia no novíssimo hotel Democra-Cesso. Logo fui comprar a frichuca, disse em voz alta, a culpa é toda das feridas que provocaram no meu veículo a motor. Foi dessas feridas que adveio a necessidade da Frichuca .

Sim, compreendo, disse um deles.

Estavam nervosos e, indecisos, perguntaram a uma só voz: Não deseja o nosso prémio?

Bom, agora já cá está. Vamos então, disse eu, onde fica o hotel, tem coisas bonitas? Olhem que eu dirigia-me ao Sheraton, conhecem?

Sim, claro, disse um outro dos funcionários, e continuou: Bom, primeiro vamos aqui à Agência. Haverá uma pequena recepção. Fotos, entrevista, beberete,...

Eh lá, interrompi, o programa é para VIP !

De seguida gritei, como costume e sempre que fico emocionado. Gritei e pensei no que está escrito no prospecto publicitário da Frichura:

É um excesso, comprando Frichura sem licença, que pode ser punível com multa cuja importância varia entre os 20 e os 40 mil escudos. E, evidentemente, não beneficiará, no caso de não possuir a licença da nossa empresa, ao prémio que atribuímos.

Não sei porque, talvez pressentimento, mas esta nova empresa, a Democra-Cesso, voltei a pensar, cheira-me a esturro. E por momentos desejei poder pagar a multa e sair daquela situação

* Frichuca : objecto excêntrico, esquisito e molhado ou impregnado de urina. Devido ao seu intenso cheiro, aconselha-se o uso de um nariz específico. Utiliza-se como isco para o lume. Cuidado porque queima. Encontra-se à venda nas casas da especialidade ou no mercado negro, nas esquinas de ruas discretas.

como um cidadão normal, sem prémio vindo do acaso. Não o poderei nunca fazer, recordei-me. O passado persegue-me no presente. O presente contém o passado. O futuro, este ? - interroguei, é ontem!

d) Acabei por gozar o prémio oferecido pela novíssima Democra-Cesso. Passei uma noite num dos seus hotéis e não gostei. O hotel não corresponde em absoluto a tudo aquilo de que a publicidade fala, difunde, impinge e vende. Ai não corresponde não. Asseguro!

e) Observe o serviço de transporte, da agencia para o hotel, é um exemplo de uma verdadeira situação de estado de sítio. Fui algemado a uma cadeira reservada aos utentes do serviço da agencia. Fui algemado por um diligente funcionário da empresa que praticava, deste modo, o método radical que o hotel diz ser exclusivamente seu; contra eventuais atentados ou roubos aos hóspedes. Para uma maior segurança, disse o funcionário que me algemou. Eu não tive sequer hipóteses de dizer não. Imobilizado à cadeira estou seguro dos ladrões? interroguei-me. O Presente contém o Passado, voltei a pensar como que alucinado pelos métodos daquela empresa e pelo rigor dos seus funcionários. Ensaiei recordar-me em que parte do prospecto publicitário se encontravam aqueles rigores, em vão.

f) Afirmo, foi uma situação imposta pelo exagero, força e autoridade dos funcionários de serviço.

Quis reclamar e prescindir do prémio junto da gerencia. Fui informado que a gerencia após as fotos, entrevista e beberete tinha saído. Protestei enérgicamente. Refilaram, dizendo que eu havia ido para ali com o Código Penal.

Era demais. Com semelhantes trogloditas, reflecti, não dá para conversar. Comecei a ler o que tinha dentro do bolso interior do meu casacão. Li, com uma única das minhas mãos segurando o livro já que me encontrava impossibilitado de utilizar a mâo esquerda, algemada à cadeira para uma maior segurança, disseram. Li a "Sociologia da Familía" escrito por uma senhora italiana, Chiara Saraceno. Eu não quero fazer-lhe publicidade, só a que merece. Trata-se de uma simples e banalíssima tese académica. Uma pequena passagem, escreveu Saraceno: "Grupos domésticos "simples", grupos domésticos extensos e grupos domésticos múltiplos".

Vieram perguntar-me se eu desejava telefonar à família. Desviei os olhos do livro. Coloquei-lhes a questão do pagamento (comigo sómente se encontravam 5 notas húngaras). É um direito que está incluído nos nossos serviços, responderam. Ah! exclamei pensando para qual família iria telefonar, haveria por ali uma lista telefónica, as páginas amarelas para poder consultar? Pensei na Saza. Que disparate, nem era da minha família, nem, a conhecia bem e lá no fundo detestava tudo o que Saza representava. E verdade seja dita, não sabia se Saza tinha telefone em casa.

Respondi que não valia a pena. Muito obrigado pela lembrança. Eles então diligentemente escreveram no livro do ponto: Não quis telefonar à família.

g) Continuei algemado a ler "Sociologia da familía" e não consegui encontrar-me em nenhuma das "categorias fundamentais de estrutura de convivência familiar". Tanto pior, sou um caso perdido, pensei o que não deixa de ser significativo. Sociologia dos outros, voltei a pensar.

Aborrecia-me. Irrequieto mexi-me na cadeira. As algemas apertaram-se ainda mais ao pulso. Foda-se, disse para comigo, vou ficar com um vermelhão durante dois dias. Eu não gosto de usar

pulseiras. Bolas!
Permaneci, a aguardar transporte da agencia para o hotel, algemado à cadeira durante 5 horas e 47 minutos!

h) Aos solavancos fui finalmente parar ao hotel Democra-Cesso. Os porteiros, estremunhados, com as camisas fora das calças e despenteados registaram o nome dos hóspedes recém-chegados. Fiquei com uma péssima impressão.
Á cautela belisquei-me a verificar se não seria um sonho ou uma alucinação (uma trisavó minha teve muitas). Qual quê ? Eu estava acordado e muitíssimo sóbrio. Tinha chegado ao hotel e o meu espanto aumentava de minuto a minuto. Mortas a imaginação e a criatividade por um enfarte de miócárdio, o hotel Democra de Cesso optou pelo exótico e pelo absurdo.
As camas uma grandessísima merda, desculpe lá a expressão, tábua! Rijas tábuas! A adesão aos concursos por parte da população é total, como toda a gente bem sabe. Com o objectivo, nunca dissimulado, de dar-se a conhecer, a empresa Democra-Cesso patrociona a grande maioria deles. Controla o mercado. Ora..., naquela noite o hotel transbordava de hóspedes, atraídos pela propaganda espectaculista da empresa multidimensional Democra-Cesso com todas as suas agencias, repartições, imóveis, seguros, estradas, pontes, estátuas, fábricas, computadores, satélites,... houve hóspedes seus que se deitaram ao chão, revestido a cimento.

i) Pela manhã foi servido um pequeno almoço que nem aos animais irracionais faria inveja. Passei um fim de tarde, uma noite e uma boa parte da manhã horríveis. Como certamente compreende, não estou na disposição de ser um dos que falam e defendem a acima citada empresa.
Acabei em casa a tomar o pequeno-almoço e a escrever uma carta, nada intelectual, à Associação de Defesa dos Protectores, à gerencia do muito acima citado hotel e outra ao Conselho de Administração da D.C., carta a que dei o título: Quem nos protege dos diligentes protectores?

Da parte da tarde, atarefado na demolição da enganosa publicidade, não fui ao escritório. Os acontecimentos tinham turbado a minha disposição. Depois de ter escrito a demolidora carta, fiquei a olhar o meu vizinho do prédio, o senhor Cardoso Pereira, a fumar como uma chaminé. Fuma com uma pressa extravagante, os lábios a fazer biquinho. Foi nesse instante que recebi um Fax do escritório, comunicando que tinha acabado de perder uma pequena fortuna (por falar nisso, eu sou Corrector na Bolsa, não me recordo se vos tinha dito...). Uma vez mais disse para comigo, chocado com a notícia: foda-se!

Resolvi ir dar uma volta a pé pelas ruas da cidade. Andar faz bem e ajuda a colocar as ideias em ordem. Passaram-se aproximadamente 20 minutos, já distante de casa, quando o acaso me levou ao Bunker Kultural.

Fui ver
Lá estava a Saza
Vestida com roupa de montar
Bela! Bela para beijar...

Aproximei-me e Saza deu por mim, estava a ver que não. Virou-se de costas, sem se esquecer

de ligar o canal 1 instalado no seu seio esquerdo, e desceu as calças até aos joelhos. Inclinou-se graciosamente. Estremeci, parecia uma das meninas de Avignon do Picasso. Estremeci e tomei perfeita consciência do quanto para mim era demasiado, positivamente entenda-se, visualizar a forma e o contorno do "rabozinho" de Saza.

Olhava feito um basbaque a exposição quanto ao "rabo" de Saza se acendeu um écran de TV muito pequenino, incorporado na cueca vermelha e rendada a branco. Lindo! Era a TVI, o quarto canal de televisão de Portugal!

Naquele momento o programa era baço e tristonho. Ali pespegado na cueca sexy de Saza, comendo lentamente os minutos e a vida. Surgiu no pequeno ecran uma criança a saltar, veio a correr e com as faces vermelhas, disse que o padrasto lhe tinha batido enquanto os pardais voam para uma árvore e as botas do tecnocrata ouvem-se nas lajes do passeio. Um mendigo que se avista, sentado junto á árvore bocejando, espreita a criança.

Saza puxou as calças de montar apertando-as com um cinto (vim a saber mais tarde) de marinheiro. Deixei de ver a TVI! No enorme salão Bunker Kultural os visitantes e inclusivamente os inúmeros vigilantes de obras de arte, voltaram para os seus respectivos lugares abrindo as bocas de rasgados elogios à Saza.

Vinda dos bastidores, 25 minutos e 43 segundos mais tarde, Saza veio em minha direcção.

Orgulhosamente, apesar de ter doado tudo a Maria Brogueira, que namorei durante uma eternidade, dirigi-me a Saza sem mais formalismos. Beijo-lhe os lábios durante uns bons 10 minutos. Eu sei alguma coisa de primeiros socorros, fui bombeiro voluntário, tenho certa resistencia fisíca, tudo computurizado, faço amor com controle (uso "perservertido" até na língua!) e, disse a Saza, seguro de que ela ficaria contente e satisfeita em saber, além de TUDO ganho LIMPOS: 434.577$00, mais as comissões e as ajudas de custo.

Surpreendida Saza aproximou-se ainda mais de mim, o melhor que soube, e deixou que eu lhe ligasse o 2º canal de televisão, instalado na sua maminha direita. No ar um programa que me pareceu económico: uma telenovela sul-americana.

Saza jantou pela primeira vez em minha casa. A minha vizinha Conceição ficou sem pinga de sangue. Logo que viu Saza correu com as mãos erguidas, implorando a aparição do Sr. Manuel Ferreira, o senhorio, e amarrotando com os dedos das mãos folhas da Sagrada Escritura.

E agora?, perguntou Saza dentro da cozinha. E agora ?, repeti. Agora vamos comer que a comida já está pronta hà mais de tres quinze dias, basta esquentá-la no Micro-Ondas.

Saza, continuei, depois de comermos podemos ir... Ela impediu-me de continuar.

Pela primeira vez, que eu visse, beijou espontaneamente, colando com ternura o seu corpo ao meu. Logo ali pensei que teríamos que imediatamente remover, para ficarmos mais á vontade, os televisores.

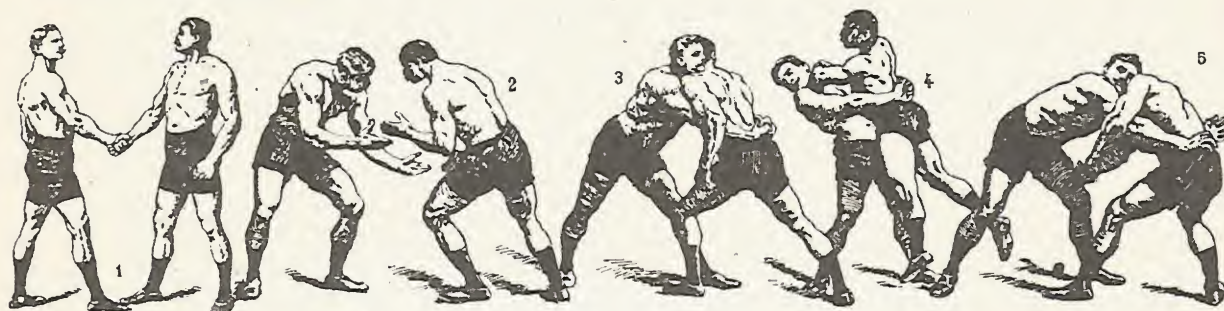
José Tavares

Almeida Faria sobre *Os Lusíadas*...

Os Lusíadas, de Manuel da Silva Ramos e de Alface, publicado em 1977 por Assírio e Alvim, é um romance que, noutro país, seria assinalado, discutido, estudado, justamente considerado como algo de anormal. Mas que fazer se a terra dos Lusíadas caiu em profundo coma e já nada a abala? Assim o livro foi saudado pelo silêncio total, sem prémios, sem leitores, sem crítica, rara notícia ou excerto num jornal. O leitor parece vacinado (ou viciado, ou anestesiado) contra toda a capacidade de surpresa, é difícil espantar-se e, se algo sai das baias, dos varais que nos amarram à timorata estreiteza, à tacanhez tão cordata desta casa portuguesa, finge não ter visto, prosseguindo o elogio ao sabido, aos sabidos literatos que não arriscam, jogam sempre no cavalo certo do sucesso, de preferência fácil.

Isto vem a modo de furioso desabafo ante a estante a que foi condenado o talvez mais provocatório feito ou facto literário dos célebres «8 séculos». [...]

Aqui, no mais mesquinho, mísero, invejoso e maldoso torrão do mundo, nicles de elogios, peva de antologias para ensinar a ler, reler e tresler os meninos. Na pindérica Lisboa, na notável imortalidade dos suplementos literários e programas de rádio, nesta cidade que não vale dez réis de mel coado mas ao menos viu editar *2 Lusíadas 2* no curto intervalo de 4 séculos, ninguém se espanta de nada nem se deixa abalar por coisas de coragem. Pelo contrário, houve literato a gozar à brava os gozos verbais da obra, sem perceber que ele literato é que nela era gozado.

Colóquio / Letras, Janeiro de 1979

... e Roger Vailland sobre a portugalização

Entre 1904 e 1914, entre os vinte e os trinta anos, viajara por toda a Europa, durante as férias universitárias, para, segundo a vontade paterna, completar a educação. Um certo Verão, ao regressar de Londres, indo ele embarcar de Valência para Nápoles, demorara-se por Portugal, ali muito se interrogando a propósito do declínio desta nação cujo império envolvera o globo. Conhecera então escritores que não escreviam para ninguém; homens políticos que governavam por conta dos ingleses; homens de negócios que liquidavam as suas feitorias do Brasil e viviam de insignificantes rendas, em cidades da província, sem objectivos. Pensara assim que a pior das desgraças era nascer português. Em Lisboa, pela primeira vez na vida, deparara com um povo que se tinha *desinteressado*.

Pensa hoje que por seu turno os italianos, os franceses ou os ingleses se *desinteressaram*. [...] Os italianos e os franceses começaram a *portugalizar-se* depois da segunda guerra mundial.

La Loi, Gallimard, 1957, pp. 89-90

A CONSPIRAÇÃO UTÓPICA DE SEGREDOS PÚBLICOS REVELA EM PRIMEIRA MÃO

AS JORNADAS COMEMORATIVAS DO XVIII ANIVERSÁRIO DE PUBLICAÇÃO D'OS LUSÍADAS

uma organização da
Fundação Nacional para a Alergia ao Trabalho
Lisboa | Portugal

No contexto de LISBOA 2000, a Fnat promove e organiza, na sua sede e em locais a anunciar, as I Jornadas Comemorativas do XVIII Aniversário de Publicação d'Os Lusíadas. Com a participação de um vasto leque de personalidades de reconhecido mérito, dessas jornadas constam, nomeadamente, os seguintes eventos:

MENSAGEM DE BOAS-VINDAS E AUTO-EXPLICAÇÃO, por S. Exa. Prof. Dr. Eng. Mauro Lopo Suores, Presidente Honorário e Adutor, a que se seguirá um Banquete Democrático servido de pé. Das Comunicações já registadas, estamos em condições de anunciar:

◆ OS LUSÍADAS NA MORFOLOGIA SEMÂNTICO-EMPRESARIAL PORTUGUESA, Prof. Dr. Dr. Viriato Hermínio Montes, do Instituto de Vendalismo Literário Aplicado.
◆ UMA PERSPECTIVA DIACRÓNICA DE ARROMBAMENTO DE COFRES-FORTES. CAMÕES E O BANCO DE PORTUGAL, Prof. Dr. Eng. A.D. Várzea Salinas de Moura, do Instituto de Formação de Arrombamentos Diacrónicos.
◆ BENFICA VERSUS SPORTING. A SUPERIOR INTELIGÊNCIA NACIONAL E OS LUSÍADAS, Prof.ª Dr.ª Arq.ª Vanda Anunciação P.M. Mortada Honofre, da Associação Nacional Pro-Patria.
◆ PORTUGAL NA ALTA MORGUE. À VENTURA LUSÍADA E O NÍVEL ACIDENTÁRIO AUTOMOBILÍSTICO A NÍVEL NACIONAL, Prof.ª Dr.ª Dr.ª Eng.ª Maria do Céu T.M. Silva Azinheira Rebolo, da Secretaria de Estado de Acidentes Mortais.
◆ A QUESTÃO DO LOMBO DE PORCO AO NÍVEL DA GÉNESE LITERÁRIO-NACIONAL DE OS LUSÍADAS, OU A FOME DE CAMÕES ALÉM-MAR, Prof.ª Dr.ª Eng.ª Agr.ª Dulce Maria Lança Chaves, Nutricionista-Chefe do Instituto Nacional da Carne de Porco e Derivados.

Nótula - Por razões de segurança, os autores de *Os Lusíadas* não estarão presentes nestas Jornadas. Ambos declaram todavia que «O homem descende do fato macaco» e que «Cremos ser já hoje desnecessário o nevoeiro». As sessões de autógrafos, entretanto, não só se mantêm como irão ser desenvolvidas (mesmos locais e horas). **Alface** e **Manuel da Silva Ramos** aproveitam a oportunidade para a todos saudar: «Se é hoje o dia do seu aniversário evite cair num pessimismo sem justificação. Para vencer as dificuldades presentes vá várias vezes à mesa por dia.» Observação final - Quaisquer actos de violência que porventura venham a ocorrer não poderão nunca ser classificados como portugueses, e muito menos como nacionais. Para todos os contactos, telefónicos, por fax, telegrama ou correio azul : Doutora ALICE CORINDE, que assegura o Secretariado e as Ligações.

CAPITALISMO & DESPORTO

L'ARGENT FOU DU SPORT, de J.F. Bourg
La Table Ronde, Paris, 1994

O autor deste livro, especialista de desporto em matéria de direito e economia, lavra nele um requisitório contra aquilo a que chama «a subversão do desporto pela economia», situando-se do ponto de vista duma ética para a qual se trata de impedir que a actividade desportiva morra às mãos do «complexo económico-desportivo» que a vai afeiçoando estrategicamente.

Este *amanho* já transformou toda a actividade desportiva: «Doravante, o desporto já não pode ser assimilado a uma escola de virtudes; pelo contrário, é ele que precisa de se moralizar para ser desporto.» Com efeito, da «industrialização do futebol» à vigarice que por todo o lado invade o desporto, é um atestado de doença que o autor fornece, com muitos números e dados aflitivos, do género desta declaração de Samaranch acerca dos Jogos Olímpicos de 1996: «Uma etapa importante do olimpismo será concluída em Atlanta [Estados Unidos], em 1996, a seguir à qual se há-de impor uma revolução, pondo de parte todos os desportos que hoje só vivem pelo facto de serem olímpicos» (p. 177). Comenta J.F. Bourg: «Mais afastada ainda do espírito de Coubertin, a família olímpica ver-se-á assim privada dos seus participantes "amadores", que serão excluídos dos Jogos Olímpicos do ano 2000 em virtude do nível insuficiente das suas proezas.» (id.)

Este ensaísta, já com obra anterior publicada sobre o assunto, estuda cuidadosamente a evolução do desporto que o foi conduzindo a semelhante desgraça, e fá-lo até no plano semântico: «a palavra *sport* [inglesa] susbtitui o vocábulo francês *desport*, que nos escritos de Rabelais significava recreio e divertimento» (p. 256). Situa assim a génese do desporto, tal como virá a ser conhecido neste século, por volta de meados do século XIX, na Inglaterra, bem entendido, berço da revolução industrial e do capitalismo em tudo, o qual irá também fazer do desporto «um objecto mercantil cerca de 1850». No entanto, só de há uns dez anos a esta parte, ainda segundo Bourg, é que toda a actividade desportiva descamba, a partir da época em que «já não há competições desportivas que não estejam estruturadas pelas determinações económicas» (p. 188).

É a análise da «redução do desporto a uma actividade económica» (p. 178) que sem dúvida constitui a contribuição mais original, e actualíssima, deste livro. Esta análise, ao mesmo tempo global e pormenorizada, mostra com grande pertinência o processo através do qual as empresas multinacionais puderam chegar a um controle quase total do desporto profissional, sem distinção de disciplinas, sendo de resto justamente este controle o responsável pela exclusão de algumas.

Este domínio exerce-se hoje através da televisão: «O desporto já não pode existir sem a TV» (p. 173), que o «instrumentaliza e o submete à sua lógica comercial», isto porque «o peso crescente dos direitos de televisão no orçamento das competições contribui para fazer do desporto um produto dos canais televisivos» (p. 174).

Transformado assim numa atracção para espectadores, o desporto adquiriu do mesmo passo um temível estatuto ideológico, de tal modo que todos os regimes políticos a ele recorrem cada vez mais com vista a assegurarem as suas estratégias económicas. O caso da China, país tipicamente ditatorial segundo as concepções políticas correntes, é eloquentíssimo: «A organização dos Jogos Asiáticos em 1990 e a candidatura de Pequim aos J.O. do ano 2000 são testemunho [da utilização do desporto como substituto da ideologia debilitada]. Fazer calar, fazer crer, fazer esquecer: assim podem ser resumidas as motivações chinesas.» (p. 221) «O que está em jogo [na abertura da China às competições mundiais] é coisa de muito peso, visto tratar-se da abertura de um mercado de 1,17 biliões de consumidores e da sua conquista pelas multinacionais [...]». É assim provável que «a China venha a acolher no dealbar do terceiro milénio os J.O. de Verão, bem como o campeonato mundial de futebol.» (p. 223)

Será útil lembrar aqui o que o autor descreve noutra parte deste livro acerca da determinação dos lugares onde deverão ser organizados os Jogos Olímpicos: «o *lobbying* dos principais parceiros do movimento desportivo orienta a escolha das cidades onde se realizam as grandes competições de tal forma que essa escolha obedece amiúde a imperativos extra-desportivos. Nos bastidores, diz-se que a Adidas, "proprietária" de 30 dos 90 votos no seio do Comité Internacional Olímpico, ofereceu os J.O. a Barcelona, cidade de Samaranch. E também se conta à boca calada que os Jogos Olímpicos de 96 foram atribuídos a Atlanta, sede da

Coca-Cola, devido a pressões desta marca, que os utilizará como uma montra para uso planetário» (e antes de mais em direcção da China, «imenso mercado potencial para esta bebida» (pp. 177-178).

◆

J.F. Bourg, como notámos de início, não é nenhum revolucionário; é mesmo um *especialista*, ou seja, um membro da burocracia estatal, consistindo o seu propósito em evitar o possível descrédito e a usura duma instituição cujos serviços, para o capitalismo, se mostram relevantes. Lembremos só, em Portugal, o papel que o futebol teve no apoio ao fascismo e ao colonialismo, um papel que chegou a ser directamente político, e a importância que continua a ter no contexto duma democracia onde grassa a fome (Setúbal há anos, agora o Alentejo) e onde o escape, como sempre, reside na emigração. Os riscos de deterioração de instituição tão importante levam os que vêem mais longe a falar sem esconder os factos. E é assim que o nosso autor conclui o seu estudo, revelador de muita coisa, com uma enérgica proposta de medidas que possam salvar o desporto, medidas essas, de carácter jurídico, tendentes a preservar *a ética do desporto*, ou seja, o seu valor de uso não inteiramente contaminado pelo valor de troca.

- J.H.

A VOLTA DOS DEUSES

A VINGANÇA DE DEUS. Cristãos, Judeus e Muçulmanos à Reconquista do Mundo, de Gilles Kepel
Publicações D. Quixote, Lisboa, 1992

O breve e claro discurso de Gilles Kepel sobre *A Vingança de Deus. Cristãos, Judeus e Muçulmanos à Reconquista do Mundo* constitui uma leitura sobremaneira aconselhável para todos os que não queiram ser apanhados desprevenidos pelo conflito entre as interpretações do mundo que - mediante o desenvolvimento regional ou global de uma ou outra das religiões que veiculam ou implicam - disputam as [illegible] maiores da crise contemporânea. Com efeito, Kepel escreveu uma obra criteriosamente documentada sobre o redespertar das ambições [illegible] em [illegible] significativas ou, aqui e ali, dominantes, do cristianismo, islamismo e judaísmo - configurando outros tantos projectos de organização do mundo, diversos entre si e potencialmente votados a uma competição radical, mas que têm, todos eles, em comum a rejeição decidida, em nome da Revelação e da Fé, do projecto de desmitificação e democratização que, a partir da "segunda Idade Média" europeia animou diferentes lances decisivos da história do mundo, para se ver agora, pelos militantes da "vingança de Deus", sumariamente condenado como erro fundamental do Iluminismo.

Mas se o livro de Kepel, até pelas notas bibliográficas que o acompanham, é uma descrição bem articulada da história recente dos projectos de reconquista religiosa organizada do poder temporal e da subordinação de acção política a uma outra modalidade de autoridade religiosa (tutelada pelo monopólio dos meios de violência legítima e outros instrumentos distintivos do Estado que se propõe conduzir) e se as análises que nos proporciona não deixam de ligar explicitamente a emergência da "vingança de Deus" às frustrações e impasses daquilo a que demasiado vagamente tendemos hoje a designar como "modernidade" ou "modernização", enquanto processos "laicos" e "seculares", a verdade é que a sua leitura deixa, em meu entender, um tanto na sombra as ligações de tipo causal ou quase-causal existentes entre, por um lado, a travagem, sobretudo após as comoções dos anos 60, do projecto de democratização, nas sociedades que o viram nascer, pela lógica das tendências de burocratização e privatização de uma ordem dos conjuntos sociais assente na centralidade da economia produtivista e, por outro, a crise institucional, a crise da relação entre os membros de uma sociedade e as suas instituições, a favor da qual a "recristianização" e a "rejudaização" se afirmam no mundo dos ricos ou nalgumas regiões do leste da Europa, enquanto a política desse mesmo mundo no plano internacional e em relação às regiões dependentes foi cúmplice da formação, nas zonas de cultura tradicional muçulmana, das condições propícias a movimentos de reislamização, que se reivindicam de uma ruptura radical com a herança do colonialismo, acusando, não sem bases empíricas de vulto, os Estados laicos pós-coloniais de continuadores das concepções "estrangeiras". E no entanto parece ser bem o retrocesso civilizacional da imaginação democrática e o enfraquecimento da sua capacidade de contágio em relação às periferias o pano de fundo da evolução que,

no essencial, Kepel correctamente descreve no "fundamentalismo" norte-americano, no catolicismo polaco, na "revolução" iraniana, e assim por diante.

Em todo o caso, a elucidação das condições de emergência, como fundamentos constitucionais da autoridade temporal, de dogmas religiosos singularmente crispados a que hoje assistimos, exige a intervenção de um terceiro tema de análise, que se desenha na crise da capacidade legitimadora e integradora da ideologia do crescimento económico e do "welfare state", enquanto modelo de alcance mundial. Este modelo, depois do refluxo da contestação de que foi objecto pelos movimentos radicais dos anos 60, confronta-se hoje com uma paisagem histórica em que a racionalidade económica ou os mecanismos integradores, burocráticos e tecnológicos correspondentes, são incapazes de resolver satisfastoriamente os próprios problemas que sempre privilegiaram em termos de concepção do mundo, e incapazes também de proporcionar sentido e segurança às sociedades que organizam. Baseando-se na imposição de uma heteronomia esmagadora nas mais diversas encruzilhadas da vida quotidiana à esmagadora maioria dos agentes de uma produção tomada, juntamente com o poder de Estado que pressupõe e alimenta, como ponto de referência último - e oferecendo o aumento dos bens de consumo ou a identificação delegada com a força imperial de um Estado ou bloco de Estados, como compensação última - a dominaçãop da economia política burocrática, ao prevalecer sobre os movimentos e projectos de democratização, ao mesmo tempo que criava mais problemas do que aqueles que era capaz de resolver, deu origem ao florescimento de ideologias em ruptura com a modernidade, que, paradoxalmente, se não hesitam em servir-se de toda a panóplia tecnológica ou de investigação aplicada da racionalidade dominante, responsabilizam a tradição crítica do livre exame e da democracia pelo mal-estar da civilização contemporânea, transformando-a em inimigo prioritário.

A ressacralização do mundo cujas manifestações Kepel reconstitui aponta sem dúvida - quer se faça pelo topo (isto é, pela conquista do poder político ou pelo exercício de uma influência determinante nas suas decisões e programas), quer pela base (criando contra-sociedades ou comunidades de fiéis que não visam imediatamente o exercício do poder) - para uma maior mobilização e participação dos indivíduos. Nesse aspecto, actualiza uma reacção ao ciclo de trabalho forçado / consumo forçado, à ideologia funcionalista do Estado neutro, ou a outras figuras afins da modernização, contra cuja lógica se afirmará também qualquer cultura da cidadania democrática. A diferença está em que a cultura da cidadania democrática implica uma participação autónoma, assente numa relação com as instituições em que estas são investidas e reconhecidas como construção colectiva, ao mesmo tempo que auto-limitadas no seu funcionamento - enquanto os movimentos fundamentalistas, no sentido corrente (cuja imprecisão é, de resto, justamente sublinhada por Kepel), promovem uma participação dependente ou arregimentada, em que as energias individuais, a produtividade da "praxis", a dinâmica afectiva das representações da identidade e do seu campo de acção, etc., são postas ao serviço de uma ordem institucional, como expressão de uma lei intocável, ao mesmo tempo que o seu alvo de intervenção ignora limites de princípio, visando a imposição de um sentido único e total à totalidade da existência humana.

Devemos assim compreender - e uma leitura atenta de "A Vingança de Deus" demonstra-o suficientemente - que não é a razão instrumental da economia política capitalista e do Estado burocrático o que a rejeição ressacralizadora do Iluminismo recusa, embora o seu caldo de cultura sejam os efeitos do triunfo da racionalização instrumental à escala planetária. O que a reconquista ressacralizadora do mundo rejeita e condena, quando procede ao seu requisitório contra o Iluminismo, é a razão democrática, assente no diálogo, no livre exame e na promoção política das condições de liberdade e igualdade que actualizem e expandam o seu exercício. Neste sentido, apesar das "divergências significativas nas suas relações respectivas com o Estado, a lei e a coacção democrática", justificadamente sublinhadas por Kepel, que existem entre "os movimentos de reislamização, de rejudaização e de recristianização pelo topo" (ou seja, em termos de poder político), talvez fosse preferível insistir sobretudo nas semelhanças de fundo. Se é, evidentemente, verdade que, ao contrário do que se passa no mundo muçulmano, onde " a falta de abertura do sistema político" e outros factores "favorecem o recurso a diversas formas de violência e a uma forte intolerância", o "mundo cristão europeu e americano" impôs a "coacção democrática" (quer dizer, os mecanismos do sistema representativo e as garantias fundamentais) à

acção dos "movimentos de recristianização pelo topo", isso não prova que " o dualismo inscrito na própria doutrina religiosa", distinguindo o gládio espiritual do temporal, traduza a desão ao primado e inviolabilidade das liberdades democráticas, nem que não estejamos, no caso dos fundamentalistas americanos, ou da "Comunhão e Libertação" italiana, ou da Opus Dei peninsular (sobre a qual Kepel não chega a debruçar-se), perante movimentos decididos a explorar a legalidade liberal em vista da sua substituição, a prazo mais ou menos longo, por uma ordem política de natureza confessional, que tevè em certos regimes corporativistas deste século antecedentes de monta.

A lógica do fundamentalismo na América, segundo a qual quem não for bom cristão naão é bom americano, será excluído do ensino e, em seguida, talvez do direito de voto, como a que vemos em acção na Polónia do pós-comunismo ou em numerosas declarações do cardeal Lustiger, que advoga a limitação dos direitos da razão ou da decisão democrática pelos artigos da Fé, significa, em meu entender, que a doutrina da distinçaõ entre poder espiritual e poder temporal, a que Kopel alude, não implica qualquer adesão de fundo às liberdades civis que, para a referida lógica, não podem ser mais que um expediente pedagógico ou um compromisso transitório. Que a vontade, por parte dos adeptos da "nova evangelização", de manterem as mãos limpas e salvaguardarem o prestígio espiritual confiando o "trabalho sujo" à esfera monopolizadora dos meios de violência, possa dar lugar, no caso de "a vingança de Deus" avançar suficientemente longe, a surpresas desagradáveis (do ponto de vista dos novos evangelizadores), decorrentes da dinâmica própria de um poder temporal sacralmente legitimado, que decida desligar da mediação eclesiástica a sua natureza de instituição divina, é um aspecto que de maneira nenhuma contradiz a feição anti-democrática essencial aos desígnios de "recristianização pelo topo" que emergem na cena política contemporânea. Ao pretender impor-se como lei acima da lei submetida à interrogação, reflexão, debate e transformação, com que o livre exame e a democracia se encontram radicalmente comprometidos - de um Estado confessional, a força espiritual de um qualquer movimento religioso torna-se, de facto, demasiado humanamente cúmplice dos processos conducentes à idolatrização característicos do poder hierárquico absoluto e da peste [illegible].

[illegible] arcebispo de Paris se multiplique em engenhosas revisões da história política e intelectual do Ocidente, a verdade é que o totalitarismo não foi a "divinização da razão humana que recusa qualquer crítica", mas a sacralização de um poder absoluto, indiscutível, assente num mito e numa doutrina dogmática ávidos de tornar o mundo inteiro altar dos seus cultos forçados. Pelo contrário, se não estivermos dispostos a reconhecer seja a que poder for o direito de impor uma lei inquestionável por qualquer instância humana; se nos empenharmos na construção de uma razão capaz de se auto-limitar e orientar numa criação de sentido tendente, entre outras coisas, a religar-nos ao cosmos e ao caos que habitamos e por que somos habitados; se, finalmente, quisermos subordinar a razão instrumental que, sob as formas de racionalidade económica e de razão de Estado, reduz a matéri-prima ou capital calculável tudo aquilo em que toca e codena, por isso, à privatização, e, por conseguinte, à impotência ou a decoração subsidiária todas as dimensões da existência individual e colectiva que a excedem - então, resta-nos apostar na reinvenção do projecto de autonomia e da cidadania instituínte contra todas as formas de reconversão religiosa do poder de Estado como de racionalização produtivista da dominação hierárquica.

Miguel Serras Pereira

Meet a Loucura da Normalidade

A LOUCURA DA NORMALIDADE, de Arno Gruen ed. Assírio & Alvim, Lisboa, 1995.

Muito recentemente, a Assírio & Alvim editou um livro que, logo pelo seu título, recordará algo a muita gente: " A Loucura da Normalidade". O autor, Arno Gruen, não se limita a constatar que a realidade tem traços doentios. Muito melhor que isso: procura as causas de tal estado de coisas.

Arno Gruen, psicólogo e psiquiatra de profissão, considera que a loucura manifesta dos esquizofrénicos desvia as nossas atenções (mesmo as dos "especialistas") de uma patologia diferente, muito mais grave e perigosa. Para dificultar ainda mais as coisas, este tipo de loucura é muito mais difícil de detectar porque escolheu para disfarce as aparências da " normalidade".

O facto desse disfarce enganar a quase generalidade da comunidade científica deve-se à definição demasiado redutora da saúde mental a que ela recorre e que se limita a perguntar pela medida, em que uma pessoa se relaciona *racionalmente* com a realidade. Deixando de parte, na sua análise, o relacionamento *emocional* com a realidade, os discípulos demasiado fiéis de Freud não têm meio de se aperceberem da existência de um tipo de doença mental que tem por base uma perturbação mais emocional que racional. Pior ainda, os testes não acusam nada. Nem podem, uma vez que estão feitos para detectar outro tipo de loucura. De qualquer forma será difícil desenvolver testes adequados à loucura da normalidade: sendo de cariz fundamentalmente emocional, constitui sobretudo um desafio à capacidade de empatia do observador:

"O que é ostentado são as estruturas sólidas de uma personalidade sã e razoável. Mesmo todas as formas de expressãomímicas e linguísticas e os juízos de valor intelectuais e emocionais são a condizer. Só muito lentamente levanta-se a suspeita de que, apesar desse aspecto intacto... não se trata aqui de uma pessoa minimamente intacta, mas sim de uma máquina de reacções subtilmente construída que sabe imitar uma personalidade humana às mil maravilhas. Este aparelho psíquico perfeitamente afinado não só não se cansa de produzir amostras de pensamento correcto, como também produz as imitações dos sentimentos humanos a condizer que reagem a quase todos os estímulos da vida. A cópia de um homem perfeito e normal é tão perfeita que ninguém que o atenda na situação clínica consegue especificar em termos científicamente objectivos como o porquê não é real. Mesmo assim, sabemos ou sentimos que ele não tem uma realidade no sentido de uma vida vivida de uma forma plena e saudável. " (cap. 7)

Na opinião de Arno Gruen, a saúde mental pressupõe um Eu autónomo. A autonomia, na definição de Arno Gruen, é o estar-se enraizado nas suas percepções e nos seus sentimentos. Para poder sentir alegria e felicidade, uma pessoa não pode negar a angústia e a dor. Só um Eu autónomo pode assumir plena responsabilidade pelo que faz.

Mas o que é que torna a loucura da normalidade tão preocupante? Tal como a esquizofrenia, caracteriza-se por uma cisão, mas de uma forma muito diferente. Enquanto o esquizofrénico enlouquece numa tentativa pouco feliz de salvar a sua verdade interior de um mundo sentido como hipócrita e maligno, o psicopata dá a volta à sua loucura fugindo ao seu interior. A sua mente não suporta contradições. Como ele próprio tem uma visão reduzida da realidade, e precisa de mantê-la reduzida sob pena de se ver confrontado com o seu Eu reduzido, impinge a mesma redução da realidade aos outros.

Segundo Arno Gruen escreveu num livro anterior, "Der Verrat am Selbst" *(A traição do Eu)*, todos nós, mais cedo ou mais tarde, temos de decidir-nos: ou pelo amor, ou pelo poder. Se uma pessoa optar pelo poder, a ausência de amor cria um vazio interior que a pessoa tentará encher com objectos, posses e mais poder. E à medida que o enchemos, o vazio aumente, clamando por mais objectos, mais poder e por em adiante. É por isso e por serem mais aguerridos que a maior parte das pessoas devido à sua necessidade de defender a sua cisão intrior que encontramos tantos psicopatas em lugares de chefia, tanto na economia como na política. Só entre os últimos presidentes dos Estados Unidos, Arno Gruen encontrou uns quantos.

A loucura da normalidade desenvolve-se a partir do momento, em que uma criança se subordina à "opinião" da"autoridade" (dos pais), separando-se do que as suas percepções empáticas e os seus sentimentos lhe diriam Com isso, separa-se do seu interior. Este acto da sujeição dá origem ao ódio de si próprio, a sentimentos vingativos, à obsessão pela morte, a todo o tipo de comportamentos destrutivos. A tudo menos a pessoas que mereçam a nossa confiança.

O que é mais insidioso no meio disto é que, embora a personalidade da psicopata seja essencialmente conformista, a personalidade rebelde tem em comum com o conformista maior parte do seu percurso psicológico. Por isso, um indivíduo rebelde acaba muitas vezes por perpectuar aquilo que pensa estar a combater. No entanto, a rebelião é um passo indispensável para a rcuperação da autonomia interior.

Convém portanto sabermos reconhecer os psicopatas à nossa volta e aprendermos a lidar com elas da forma mais adequada. E seria ideal, se um ou outro dos visados também se reconhecesse neste livro e ganhasse a coragem de sentir. Mas, como alguém escreveu, o perigo é grande que a leitura de livros de saúde nos leve a descobrir os sintomas de todo o tipo de doença no próprio corpo, ao passo que a leitura de livros de psicologia nos faz diagnosticar todo o tipo de psicoses nos outros.

•

Arno Gruen nasceu em 1923 em Berlim. Em 1936

emigrou para os estados Unidos onde, em 1961, se doutorou em Psicanálise com Theodor Reik. Para além da "Loucura da Normalidade", publicou em 1987 " Der Verrat am Selbst" *(A Traição do Eu)*, em 1988 "Der fruhe Abschied" *(A Despedida Precoce)* e, em 1991, "Falsche" *(Deuses Falsos)* - sobre o amor, o ódio e a dificuldade da paz.

Lumir Nahodil

OS COMPANHEIROS - VOl. 1

OS COMPANHEIROS, vol. 1, de Edgar Rodrigues
Editores Associados, Rio de Janeiro, 1994

Na sua já imensa obra, Edgar Rodrigues continua a publicar uma série de livros cuja finalidade é a divulgação das ideias e práticas anarquistas.

Trata-se, sem dúvida, de um trabalho notável de investigação e de militância por uma causa que desde muito cedo abraçou e, pelos vistos, jamais abandonará. Entre os vários livros e artigos já publicados, referenciamos: *Na Inquisição de Salazar*, Rio de Janeiro, 1957 (esgotado; *A Fome Em Portugal*, Rio de Janeiro, 1958 (esgotado); *O Retrato da Ditadura Portuguesa*, Rio de Janeiro, 1962 (esgotado); *Nacionalismo e Cultura Social (movimento Operário 1913-1922)*, Rio de Janeiro, 1972 (esgotado); *ABC do Anarquismo, Lisboa*, 1974 (esgotado); *Breve História do Pensamento e das Lutas Sociais em Portugal*, Lisboa, 1977 (esgotado); *O Deus Vermelho*, Porto, 1978; *O Despertar Operário em Portugal (1834-1911)*, Lisboa, 1980; *Os Anarquistas e os Sindicatos em Portugal (1911-1922)*, Lisboa, 1981; *A Resistência Anarco-Sindicalista em Portugal (1922-1939)*, Lisboa, 1981; *A Oposição Libertária à Ditadura (1939-1974)*, Lisboa, 1982: *Os Libertários. Ideias e Experiências Anárquicas*, Rio de Janeiro, 1988; *Quem tem Medo do anarquismo?*, Rio de Janeiro, 1992; *O Homem em Busca da Terra Livre*, Rio de Janeiro. 1993; *Os Anarquistas no Banco dos Réus* (1969-1972), Rio de Janeiro, 1993; etc...

O facto de não referenciar outros livros e artigos publicados não significa qualquer "menosprezo" pela qualidade dos mesmos, mas tão-só não querer esgotar o assunto num espaço analítico que pertence por direito próprio ao seu último trabalho subordinado ao tema - *Companheiros - Vol. 1*.

O livro *Os Companheiros* foi concebido com os mesmos objectivos da maioria das obras precedentes: as ideias anarquistas não têm vida se por trás delas não subsistir uma acção social emancipalista. O simples deleite intelectual dos princípios subjacentes ao anarquismo não são suficientes para que se desenvolva um movimento social capaz de realizar a revolução social. Não basta que a pessoa mlitante que se auto-proclama de anarquista se feche numa "Torre de Marfim" e se condidere o epicentro de um mundo imaginário circunscrito ao seu ego. Na relação entre a teoria e a prática, segundo Edgar Rodrigues, o anarquismo é antes de mais a acção militante dos companheiros anónimos que lutam por um ideal sem nada pedir em troca.

As pequenas biografias sobre muitos militantes anónimos que estiveram na origem do movimento social anarquista no Brasil desde o princípio do século até aos nossos dias são, nesse capítulo, muito pertinentes. De diferentes regiões geográficas e com diferentes realidades sócio-profissionais verifica-se que o anarquismo no Brasil foi, antes de mais, um construído social composto pela vida quotidiana de homens e mulheres que lutavam abnegadamente pelos seus ideais. Evidentemente que houve excepções, em toda essa pléiade de militantes anónimos. Esse facto foi, no entanto, uma excepção à regra. Com a informação que podemos extrair das biografias publicadas no livro *Os Companheiros* denota-se que mais do que nunca precisamos de aprender e reflectir sobre o passado, de tal forma que no presente e no futuro possamos dignificar a memória histórica de todos aqueles que nunca se vergaram no combate pela liberdade e a fraternidade humana.

J.M. Carvalho Ferreira

O VOO *DA* ALBATROZ

Os estrangeirados foram sempre mal vistos em Portugal; ao cosmopolitismo sempre neste canto da península se pôde opor com êxito o provincianismo. E no entanto (como tudo isto é curioso!), após ter-se Portugal tornado reino independente no século XII, três séculos depois os portugueses começam logo a expatriar-se em massa, nunca mais deixando de o fazer. Quase metade da população portuguesa vive agora no estrangeiro – e apesar disso ainda hoje em Portugal o nacionalismo e as respectivas susceptibilidades merceeiras fazem o húmus da mentalidade dominante.

Vem isto a propósito duma revista, a *Albatroz*, «órgão oficial da literatura de aguarrás», que também é uma editora. Criada em 1986, em Paris, por um grupo de portugueses internacionalistas a que se associaram pessoas de outras nacionalidades, elaborou e pôs em prática este projecto: unificação da vida e da literatura, apagamento das fronteiras linguísticas, ataque declarado às montras do poder mercantil, forja paciente de ferramentas necessárias à criação de outro mundo. Bilingue, português-francês, com inéditas incursões lexicais no imigrês, a *Albatroz* publicou o seu nº 11 em Janeiro deste ano (dedicado a um jovem colaborador, Eric Delord, falecido em Fevereiro de 1994). Pela forma, pelo conteúdo amiúde incendiário e pela abertura de espírito que revela, a *Albatroz* é uma revista rara no panorama português – ou mesmo inédita, tendo em conta que se trata duma revista internacional. A sua leitura, de resto, facilmente mostra a distância que separa o terreno nacional (onde as contradições sociais, muito menos avançadas, não puderam ainda suscitar este separar das águas entre indivíduo e Estado, entre literatura e vida) de um terreno *mais minado*, onde as mediações entre as pessoas e aquilo que as domina com frequência passam pela revolta em actos, forjadora de experiência e de conhecimento socializáveis. Sempre atenta às realidades portuguesas, a *Albatroz* projecta nelas uma visão e um espírito alicerçados nas dilacerações, rupturas e tumultos vividos no capitalismo central, irrompendo deste espontâneo confronto uma clarificadora iluminação.

Publicação independente, e por certo pagando caro esta «particularidade», a Albatroz passou a certa altura a designar também uma editora, mantendo nos livros que publica as mesmas características que a individualizaram: o bilinguismo, os desígnios da crítica radical, o internacionalismo. O seu catálogo, já vasto, reparte-se por quatro colecções: Poesia Palmípede, com cerca de trinta títulos, La palme et le groin (ou seja, Os Loiros e a Focinheira), com três títulos, Textos de Aguarrás, com cento e sete, e Memória, já com duzentos e quatro. É obra.

Tal como na revista, de excelente aspecto e com a colaboração de óptimos desenhadores, os autores são portugueses, árabes, franceses, italianos, espanhóis, e até canadianos. Na col. Aguarrás, que integra os textos de carácter ensaístico, são de sublinhar os livros de Tom Thomas, nos quais a análise de questões como a ecologia, o indivíduo ou o trabalho demonstram um raro esforço na percepção do que está em jogo na presente e assassina fuga em frente do movimento capitalista (uma destas obras foi aliás publicada em Lisboa por Edições Dinossauro, com o título *A Ecologia do Absurdo*), ou o quão especial *Anal/f/abertos*, de Manuel Vaz, livro onde a sociedade portuguesa, de fora e de dentro, é vista a apropriada lupa, num estilo que reactiva as *Farpas*. Na poesia, o leque das edições Albatroz é arejado, assente porém nas linhas de força que fazem deste amplo nome baudelairiano um fulcro de resistência ao inferno *democrático*.

Do nº 11 de *Albatroz* respigamos passagens dum artigo de Manuel Vaz (pp. 15-16) cuja *extraordinária actualidade* é um poço de reflexões, já veremos porquê: «Teremos nós, por acções, palavras e imagens, a malévola intenção de deprimir ou especial inclinação pelo descrédito sistemático? Seremos nós levados pelo orgulho da originalidade, pela afeição ao paradoxo, pelo espírito da controvérsia capciosa e da polémica estéril, pela raiva da devastação? Professaremos nós uma política perigosa, uma filosofia suspeita? Esconderemos nós no íntimo o punhal terrível do sarcasmo que sobre os factos se abate à traição, assolando a todo o transe as instituições obsoletas e aniquilando os homens que são ridículos? / Façamos nossas estas interrogações que outrora se punha, há mais de um século, o ilustre antepassado [Ramalho] Ortigão. E a resposta dele também: não! / As nossas acções, palavras e imagens não têm a presunção da ciência (ou da ficção científica). Não sentenciam, armadas dos instrumentos infalíveis da acaciana justiça. Elas resumem, tão-só e simplesmente, – *a criancice da verdade*.» ■ Correspondência: Albatroz, B.P. 404 - 75969 Paris Cedex 20.

- *J.H.*

POETA PATRONAL

A Marinha Grande é a vários títulos um símbolo. Na memória de todos mantém-se a lembrança viva da revolta que os operários vidreiros ali materializaram a 18 de Janeiro de 1934. De armas na mão, dominaram a vila dessa época durante horas. Mal tiveram porém tempo de proclamar o conselho operário, abatendo-se sobre eles a feroz repressão dos fascistas no poder, que os esmagou. A inexperiência do movimento operário e os subterfúgios dos dirigentes comunistas de então explicam em parte o revés de um levantamento que deveria ser geral.

Mais eis que de novo os trabalhadores da Marinha Grande sacodem a paisagem política consensual em que se vão tramando os negócios da nação. Durante o mês de Dezembro de 1994, foram para a greve: fábricas ocupadas, quadros administrativos sequestrados, caminhos de ferro e estrada nacional interceptados. Enfrentam corajosamente a polícia de choque, vinda para os arrancar dali. E finalmente a população da cidade, arrebatada e solidária – facto este estimulante e novo – cerca a esquadra central, resolvida a não se deixar ficar.

Trata-se dum novo episódio na luta dos assalariados contra uma forma particularmente cínica da exploração patronal, em vigor neste canto da Europa: o não pagamento dos salários (sistematicamente atrasados há meses) e dos subsídios de férias. Em suma, é mesmo a luta contra a fome!

Ora que sentimentos inspirarão tais ocorrências aos poetas fiéis à burguesia? A repulsa horrorizada, evidentemente! Os louros conquistou-os um tal Vasco Graça Moura, protótipo do dótor bacoco nacional, advogado de negócios, guloso de toda a espécie de prebendas *(1)*, poeta nos seus tempos livres. Abriu o coração ao *Figaro* do sítio (o *Diário de Noticias*, 1-1-95), confidenciando-lhe este monumental verso patronal: «Há situações em que essa massa se converte em canalha. A canalha intima-se a dispersar. Quando não dispersa, varre-se.»

A tão directo e tão límpido só se atreveram – contra a Comuna de Paris – os Dumas Filho, Edmond de Goncourt, Théophile Gautier e outros George Sand que tais.

Moura, este insignificante poeta patronal, é editado em francês por J.M. Chandaigne e La Différence, casas editoras que o *establishment* credencia. É certamente nestas lojas literárias que Jean Gandois, o novo presidente da organização patronal francesa vai às compras, para poder depois declarar à imprensa a sua «*grande paixão: a leitura dos poetas de língua portuguesa*» (23-11-94).

MANUEL VAZ

(1) Vimo-lo em 1988 fazer parte do cortejo dos poetas seleccionados para representarem Portugal nas «Belles Étrangères» [certame anual dedicado em França às literaturas estrangeiras], e mais recentemente presidir à oficialíssima Comissão para as Comemorações dos 500 anos dos Descobrimentos. [Artigo traduzido da publicação internacional ***Albatroz***, nº 12, Março de 1995.]

UTOPIA define-se como revista anarquista de cultura e intervenção, o que significa a reivindicação do património histórico das ideias libertárias e do movimento anarquista, ainda que à luz de um pensamento próprio, activo e actual, e no respeito face a outras interpretações desse património.

Ao definir-se como de cultura e intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de tolerância, diálogo e criação, procurando contribuir para o aperfeiçoamento dos homens e para o alargamento das suas possibilidades de expressão e de invenção.

Ao definir-se como de cultura e intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de análise e debate dos fenómenos sociais e políticos das sociedades contemporâneas, procurando contribuir para a emancipação e a liberdade dos indivíduos e dos grupos sujeitos a quaisquer situações de opressão, repressão e intolerância, assim como procurará opor-se aos sistemas e mecanismos conducentes a manter situações de constrangimento e desvantagem social e económica de indivíduos e grupos em relação a outros, e ao Estado, entendido como um poder a que todos os homens devem obedecer mesmo que em desacordo com ele.
Nesta intervenção, UTOPIA será expressão de lucidez e de revolta, assumindo plenamente o carácter utópico das tarefas a que se propõe.

UTOPIA guiará a sua acção por uma ética de honestidade, frontalidade, solidariedade e tolerância, que se procura expressar nestes princípios editoriais e que levará à prática em cada edição e em quaisquer actividades que venha a desenvolver.

As colaborações não solicitadas são desejadas, embora sujeitas à apreciação do colectivo editorial. Qualquer colaboração não publicada será devolvida ao autor, com a justificação dessa decisão. O colectivo editorial compromete-se a abrir rubricas de debate quando tal for considerado enriquecedor e esclarecedor para os leitores e para os princípios aqui defendidos, sendo os autores previamente informados dessa intenção.

A indicação de um proprietário e de um director da revista deve-se a exigências legais, sendo desejada a rotatividade da direcção entre todos os que fazem UTOPIA.
A responsabilidade dos textos assinados é dos seus autores e a responsabilidade pelo projecto é de todo o colectivo editorial.